

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO (PRP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS/UEG)
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E RELAÇÕES DE PODER**

NAYARA COSTA GUIMARÃES

**ONTOLOGIA DO SER SOCIAL: DESIGUALDADES E PRECARIZAÇÃO DO
ACESSO À EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19 (2020-2022)**

MORRINHOS/GO

2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO (PRP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS/UEG)
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E RELAÇÕES DE PODER

NAYARA COSTA GUIMARÃES

**ONTOLOGIA DO SER SOCIAL: DESIGUALDADES E PRECARIZAÇÃO DO
ACESSO À EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19 (2020-2022)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás para a realização do Exame de Defesa de Mestrado como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos

MORRINHOS/GO

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UEG
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CN331 Costa Guimarães, Nayara
o Ontologia do Ser Social: Desigualdades e
Precarização do Acesso à Educação em Tempos de Pandemia
Da Covid-19 (2020-2022) / Nayara Costa Guimarães;
orientador Flávio Reis dos Santos. -- Morrinhos ,
2023.
138 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico em História) -- Câmpus Sudeste -
Sede: Morrinhos, Universidade Estadual de Goiás, 2023.

1. Educação a Distância. 2. Ensino Remoto. 3.
Covid-19. 4. Classes Subalternas. 5. Desigualdade
Social. I. Reis dos Santos, Flávio , orient. II.
Titulo.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS)
LINHA DE PESQUISA: CULTURA E RELAÇÕES DE PODER

**ONTOLOGIA DO SER SOCIAL: DESIGUALDADES E PRECARIZAÇÃO DO
ACESSO À EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19 (2020-2022)**

Nayara Costa Guimarães

Exame de Defesa de Mestrado Realizada em 06/02/2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos
(Orientador)

Profa. Dra. Rosemary Aparecida Santiago
(Membro Externo)

Prof. Dr. Júlio Cesar Meira
(Membro Interno)

O mestrado é uma trajetória permeada por desafios, ansiedades, incertezas, alegrias, porém o processo investigativo reúne várias pessoas que são indispensáveis para encontrar o caminho correto para a caminhada. Assim foi possível chegar até aqui com o apoio de várias pessoas, a quem dedico especialmente este projeto de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus minha força, Jesus Cristo minha busca diária, Nossa Senhora a proteção e o Espírito Santo por sempre me inspirarem com sabedoria, inteligência e discernimento na minha vida.

À minha família pelo constante apoio, carinho e dedicação.

Ao meu esposo Romário Candido Rodrigues sempre presente, generoso, compreensivo, alegre e disposto em ouvir as minhas leituras, compartilhar conhecimentos sobre gráficos, além do cuidado com o nosso filho Emanuel enquanto estive ausente no processo de desenvolvimento da pesquisa.

Ao meu querido filho Emanuel, que amo incondicionalmente.

À minha mãe, que mesmo enfrentando sérios problemas de saúde jamais deixou de me apoiar.

Ao meu pai pelo incentivo e apoio em estudar para autonomia.

À minha irmã Sara, que sempre esteve em oração, intercedendo por mim.

Ao meu irmão Pedro Paulo por me apoiar nas diversas e adversas situações.

À minha sogra Minervina Candida Rodrigues e ao meu sogro Antônio Rodrigues pela ajuda no cuidado do meu filho Emanuel.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos, por acreditar no meu trabalho, pelo apoio e confiança. Agradeço suas correções e orientações com rigor científico e crítico, que contribuíram para enriquecer o presente estudo.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS/UEG), pela contribuição acadêmica ao longo do curso de Mestrado.

Ao Prof. Dr. Júlio Cesar Meira e Profa. Dra. Rosemary Aparecida Santiago por suas leituras críticas e atentas da versão preliminar para qualificação.

À minha amiga de mestrado e confidente Joseângela Oliveira por estar presente em minha vida. Agradeço o apoio e motivação incondicional que ajudaram a tornar este trabalho uma válida e agradável experiência de aprendizagem. Muito grata pela nossa amizade.

À minha companheira de mestrado e amiga Francisca Vilândia por compartilhar seus conhecimentos e pela leitura dos meus textos com afinco, profundidade, elevada competência, total disponibilidade e encorajamento nos momentos cruciais desta difícil jornada na construção da dissertação.

À equipe da SEMEL de Caldas Novas pela concessão de licença integral para que eu pudesse me dedicar aos estudos, especialmente, à Eliane Rodrigues e Aldenir Chagas que compartilharam os documentos e dados necessários para esta pesquisa.

A todos que de alguma forma contribuíram para a construção desta dissertação.

GUIMARÃES, Nayara Costa. **Ontologia do Ser Social: Desigualdades e Precarização do Acesso à Educação em Tempos de Pandemia da Covid-19 (2020-2022)**. 2023. 132f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2023.

RESUMO

A crise pandêmica da Covid-19 abalou a sociedade mundial e ainda abala, seja por seus efeitos de longo prazo, seja pelo surgimento de novas cepas que elevam número de infectados, de hospitalizados e de mortos e nos levou a buscar informações em diversas direções, particularmente, com vistas a observar os seus efeitos no campo educacional. Nesse sentido, buscamos informações acerca da temática relacionadas ao desenvolvimento das atividades de formação escolar na Educação Básica de nosso país. Tais informações de documentos oficiais e veículos de informação e comunicação nos possibilitaram investigar as transformações que envolveram parte das atividades educacionais em nosso país. O abrupto isolamento social, a suspensão das aulas presenciais e a adoção das aulas remotas transformaram completamente a realidade cotidiana de alunos, pais e professores. O objetivo primeiro deste trabalho se remete à averiguação do direito de acesso à educação em tempos de pandemia, considerando as relações de poder estabelecidas no interior da sociedade capitalista. Nos orientamos por uma abordagem analítica do contexto histórico em tempos de pandemia, pois entendemos que pode propiciar a leitura de elementos que representam a realidade educacional pública brasileira vem sua precariedade. Os procedimentos metodológicos se encaminharam para uma revisão bibliográfica que nos possibilitou o embasamento teórico para as nossas premissas, tendo em vista a análise dos fatores externos e internos, seguidos por uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. Aclaramos, que que a nossa direção para a pesquisa documental se caracteriza pela busca de informações em registro escritos, que sejam utilizados como fonte de conhecimento. As informações coletadas na primeira fase da pesquisa tiveram o propósito de averiguar os aspectos causados pela pandemia na esfera educacional em nosso país e no município de Caldas Novas/GO. Utilizamos uma fundamentação teórica Marxista pois de acordo com as nossas sondagens iniciais constatamos a falta de recursos materiais e imateriais para população com baixo poder aquisitivo (classes subalternas) para manter os seus filhos na escola, pois não dispunham dos recursos e equipamentos tecnológicos necessários para acompanhar as aulas e atividades de aprendizagem remotamente.

Palavras-Chave: Educação a Distância, Ensino Remoto, Covid-19, Classes Subalternas.

GUIMARÃES, Nayara Costa. **Ontology of the Social Being: Inequalities and Precarious Access to Education in Times of the Covid-19 Pandemic (2020-2022)**. 2023. 132f. Dissertation (Master in History) – State University of Goiás, Morrinhos, 2023.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic crisis shook world society and led us to seek information in different directions, particularly with a view to observing its effects in the educational field. In this sense, we seek information about the theme related to the development of school training activities in Basic Education in our country. Such information from official documents and information and communication vehicles enabled us to investigate the transformations that involved part of educational activities in our country. The abrupt social isolation, the suspension of face-to-face classes and the adoption of remote classes completely transformed the daily reality of students, parents and teachers. The first objective of this work refers to the investigation of the right of access to education in times of a pandemic, considering the power relations established within capitalist society. We are guided by an analytical approach to the historical context in times of a pandemic, as we understand that it can provide the reading of elements that represent the Brazilian public educational reality due to its precariousness. The methodological procedures led to a bibliographic review that allowed us the theoretical basis for our assumptions, in view of the analysis of external and internal factors, followed by an exploratory, descriptive and explanatory research. We clarify that our direction for documentary research is characterized by the search for information in written records, which are used as a source of knowledge. The information collected in the first phase of the research had the purpose of investigating the aspects caused by the pandemic in the educational sphere in our country and in the municipality of Caldas Novas/GO. We use a Marxist theoretical foundation because according to our initial surveys, we found a lack of material and immaterial resources for the population with low purchasing power (subaltern classes) to keep their children in school, as they did not have the necessary technological resources and equipment to follow classes and learning activities remotely.

Keywords: Distance Education, Remote Learning, Covid-19, Subaltern Classes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Escolas com Atividades Presenciais Suspensas no Brasil (2020)	80
Figura 2 - Monitoramento das Atividades Remotas de Ensino (2020)	81
Figura 3 - Estratégias e Ferramentas Utilizadas para o Desenvolvimento do Processo de Ensino e Aprendizagem no Período Pandêmico (2020)	82
Figura 4 - Plataformas e Ferramentas Digitais Utilizadas no Processo de Ensino e Aprendizagem no Período Pandêmico (2020)	83
Figura 5 - Distribuição das Escolas que Realizaram Aulas Síncronas Mediadas pelos Recursos Digitais/Tecnológicos	84
Figura 6 - Estratégias de Comunicação e Apoio Tecnológico Disponibilizados aos Alunos durante a Pandemia de Covid-19 (2020)	85
Figura 7 - Estratégias Adotadas pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação para a Prática Docente no Período Pandêmico (2020)	86
Figura 8 - Acesso dos Alunos da 1ª Fase do Ensino Fundamental ao <i>Whatsapp</i> , <i>Classroom</i> e <i>Drive Thru</i> em Caldas Novas	106
Figura 9 - Acesso dos Alunos da 2ª Fase do Ensino Fundamenta ao <i>Whatsapp</i> , <i>Classroom</i> e <i>Drive Thru</i> em Caldas Novas	107
Figura 10 - Acesso dos Alunos ao <i>Google Meet</i>	109
Figura 11 - Estratégias e Ferramentas Utilizadas para o Desenvolvimento das Atividades de Ensino Pós-Pandemia da Covid-19	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Criação e Implantação de Programas TDIC (1990-2002)	61
Quadro 2 - Criação e Implantação de Programas TDIC (2005-2010)	62
Quadro 3 - Criação e Implantação de Programas TDIC (2011-2015)	64
Quadro 4 - Criação e Implantação de Programas TDIC (2017-2020)	67
Quadro 5 - Catalogação dos Documentos Analisados.....	98
Quadro 6 - Informações Gerais das Escolas	103

SIGLAS E ABREVIATURAS

Art - Artigo

Síncronas - Aulas ao vivo

Assíncronas - Aulas gravadas

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CETIC - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CGI - Comitê Gestor da Internet no Brasil

CGPID - Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNE - Conselho Nacional de Educação

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação

COVID-19 - Coronavírus 2019

FNCEM - Fórum das Entidades Educacionais

GESAC- Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ibid - Na mesma obra

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Mbps - Megabit por segundo

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MEC- Ministério da Educação

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS - Organização mundial da saúde

ONG - Organização Não Governamental

Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PBLE - Programa Banda Larga nas Escolas

PBLT - Programa Banda Larga para Todos

PIB - Produto Interno Bruto

PNBL - Programa Nacional de Banda Larga

PNE - Plano Nacional de Educação

PROINFO - Programa Nacional de Tecnologia Educacional

RECOMPE - Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional

SID - Secretaria de Inclusão Digital

TCU - Tribunal de Contas da União

TDIC - Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

TIC's - Tecnologias da Informação e da Comunicação

UCA - Um Computador por Aluno

UNCME - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

UNDIME- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

USP - Universidade de São Paulo

1° ao 5° Ano - Anos iniciais

6° ao 9° Ano - Anos finais

§- Parágrafo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 A ONTOLOGIA MARXISTA DO SER SOCIAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	24
2.1 Marxismo: Forças Produtivas do Trabalho e Formação Ontológica do Ser Social..	25
2.2 Papel do Estado na Sociedade Capitalista: A Luta de Classes.....	35
2.3 Reprodução Capitalista no Âmbito Educacional	43
3 AS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E AS RELAÇÕES DE PODER: O ACESSO AOS RECURSOS TECNOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM TEMPOS PANDÊMICOS DA COVID-19	51
3.1 Historicidade das Desigualdades Educacionais.....	51
3.2 Abismo Tecnológico Educacional: Inclusão Social Necessária	59
3.3 Contextualização do Acesso aos Recursos Tecnológicos na Educação Pública em Tempos Pandêmicos	69
4 OS EFEITOS PANDÊMICOS DA COVID-19 NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO PÚBLICO DO BRASIL	75
4.1 Acesso à Educação: Dados Oficiais Relativos à Pandemia da Covid-19 (2020-2022)	76
4.2 Impactos no Processo de Escolarização em Tempos Pandêmicos da Covid-19: Dados da Imprensa Nacional	87
5 CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA NO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS/GO	97
5.1 Acesso à Educação no Biênio Pandêmico 2020/2021: Análise dos Documentos Oficiais do Município de Caldas Novas/GO.....	97
5.2 Tecnologias Digitais em Tempos de Pandemia em Caldas Novas: Desafios, Mediação e Acesso.....	101
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
7 REFERÊNCIAS	118

APÊNDICES.....	131
APÊNDICE A- Pesquisa	131
ANEXOS	133
ANEXO A - Relatório de Acompanhamento das Aulas Não Presenciais (Professores)	133
ANEXO B - Planilha de Acompanhamento Pedagógico.....	137

1 INTRODUÇÃO

A pandemia evidenciou a necessidade de nos adequar para o exercício da profissão docente. De súbito nos vimos obrigados a adotar os recursos tecnológicos digitais para atividades remotas como alternativa para a continuidade do processo de ensino e aprendizagem, bem como para nos afastarmos da contaminação do coronavírus para a preservação da vida saudável, uma vez que sua expansão foi rápida e trouxe impactos econômicos, sociais, políticos e culturais para a sociedade e cujo efeitos se fazem presentes. Além do mais, os marcadores sociais de raça, classe e gênero têm se revelado como condições que vulnerabilizaram alguns grupos populacionais.

As carências e necessidades da maior parcela da sociedade brasileira são latentes e históricas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), cerca de 100 milhões de pessoas em nosso país não tinham acesso a tratamento de esgoto e 30 milhões não possuíam água encanada. Grande parte dos estudantes das escolas públicas não tinha acesso à internet e às condições materiais para continuar os seus estudos.

Em 26 de maio de 2020 estudo feito pelo TIC domicílios 2019 pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), órgão vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), apontava que mais de 20 milhões de lares no Brasil não possuíam acesso às tecnologias digitais e, portanto, à internet. Por isso, é necessário repensar as políticas públicas para a democratização e universalização do acesso da massa populacional à educação e às tecnologias digitais - de informação e comunicação.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Contudo, o contexto pandêmico atual e suas consequências têm afetado a organização e realidade de vida da população mundial, pedindo assim, atuação mais profunda e ágil por parte do Estado-Nação.

Para tanto, nos orientamos por uma abordagem analítica do contexto histórico em tempos de pandemia, pois entendemos que pode propiciar a leitura de elementos que representam a realidade educacional pública em sua precariedade, bem como da sua intensificação. Nesse sentido, pensamos que considerar a superestrutura da sociedade, pode revelar informações que nos permitam exprimir o contexto da educação pública em contexto tão adverso e, portanto, merecem atenção da academia, do Estado e da sociedade.

Nesse sentido, a problemática que norteia a presente pesquisa é como se expressa a

ontologia marxista nas desigualdades sociais e a precarização do direito de acesso à educação em tempos de pandemia? Para investigar a problemática em questão, nos valem da pesquisa bibliográfica, documental e exploratória. Para tanto, os procedimentos metodológicos partiram primeiramente de uma revisão bibliográfica que possibilitou o embasamento teórico de nossas premissas, tendo em vista a análise dos fatores externos e internos, seguidos por uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, orientada pela técnica da pesquisa científica.

Assim, foi possível desenvolver nosso referencial teórico subsidiados por livros, teses, dissertações, artigos e reportagens/matérias disponibilizadas pela mídia nacional e pela mídia internacional. Buscamos os escritos científicos em bases digitais disponibilizadas pelas instituições oficiais do Estado, Instituições de Ensino Superior - IES e veículos de informação e comunicação de nosso país e do exterior.

Ainda na análise documental utilizamos jornais, atas de reuniões, publicações de palestras realizadas, relatórios, projetos, materiais não impressos como vídeos, fotografias que a partir dos estudos de Pimentel (2001) permitiu que a partir das leituras e fichamentos foi possível organizar o material para uma análise criteriosa que gerou levantamento qualitativo. Não é demasiado aclarar, que a pesquisa documental se caracteriza pela busca de informações em documentos ou qualquer outro registro escrito, que possa ser utilizado como fonte de conhecimento.

As informações coletadas na primeira fase da pesquisa tiveram o intuito de analisar os aspectos causados pela pandemia na esfera educacional em que atuamos, na medida em que geram desigualdades. De acordo com as nossas sondagens iniciais, constatamos a falta de recursos da população com baixo poder aquisitivo para manter os seus filhos na escola, pois não dispunham dos recursos tecnológicos para acompanhar as aulas e atividades de aprendizagem remotamente.

A partir da busca, separação, revisão bibliográfica e documental direcionamos os nossos esforços para desenvolver as leituras, análises, interpretações e reflexões do material selecionado para apoiar e fundamentar as nossas argumentações e, antes, para responder às nossas inquietações. Realizamos um levantamento de dados estatísticos disponibilizados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com o objetivo de sintetizar as realidades econômicas e sociais em contexto adverso.

Nessa direção, nos apropriamos das concepções marxianas e marxistas no que tange à igualdade e indicam a defesa das necessidades pessoais para assegurar a existência. Entretanto,

é evidente que a omissão de ações do Estado e da sociedade para minimizar os problemas educacionais no momento, agrava a realidade posta, o que evidencia as agruras de uma sociabilidade excludente. Portanto, a ausência de políticas públicas que garantam o direito à universalização do acesso à educação pode agravar as questões sociais e econômicas, aprofundando abismos sociais, econômicos e educacionais, demasiadamente presentes em nossa realidade atual.

Considerando tal contexto, entendemos ser fundamental informar que o impulso inicial para a realização desta pesquisa se deveu ao fato de que a proponente desta investigação exerce a função de professora há mais de dez anos na rede pública municipal de ensino na cidade de Caldas Novas/GO e, posteriormente, ocupou a função de coordenadora geral de formação tecnológica para os professores da Secretaria Municipal de Educação de Caldas Novas/GO. Diante disso, por conhecer os contextos temos acompanhado a realidade que caracteriza as desigualdades escolares e sociais, que em momento pandêmico se evidenciaram de forma mais explícita.

Relativo às motivações e inquietações preliminares, foi no início da pandemia em maio de 2020 juntamente com a equipe gestora de nossas escolas/secretaria que empreendemos uma pesquisa por meio de ligações telefônicas aos pais e/ou responsáveis para saber o motivo pelo qual os alunos não estavam dando devolutiva.

Diante disso, constatamos que a maioria não tinha celular, computador ou acesso à internet. Como alternativa para contornar a ausência dos recursos tecnológicos adotamos *Whatsapp* e também a estratégia do “*drive thru*” para que as aulas e atividades pudessem chegar até os alunos e os pais em dias pré-definidos, disponibilizando roteiros e as atividades programadas pelos professores para que os alunos pudessem acompanhar o processo de aprendizagem.

Foi a partir dessa problemática que me surgiu a iniciativa de pesquisar academicamente o tema e assim comecei a procurar uma instituição que abordasse e estudasse essa perspectiva, ao que encontrei a UEG no mestrado de História o ponto acerca das relações de poder, o qual se relaciona diretamente com minha pesquisa para responder tais indagações.

Neste sentido, foram indagações preliminares: quais são as implicações políticas, econômicas e sociais que envolvem o acesso às tecnologias digitais para a educação/ensino em tempos pandêmicos? As relações de poder que caracterizam o capitalismo insistem em não se ocupar da disponibilização de recursos para a escolarização formal de boa qualidade para as massas populares, portanto, há possibilidades de reverter tal realidade? Tais questionamos é que fizeram emergir a questão norteadora apresentada acima.

Este mesmo panorama que se chega tanto de forma individual quanto coletiva denota a questão social da temática proposta, por sua vez, pode ser justificada pela perspectiva da realização de um levantamento teórico-histórico que expressa as desigualdades sociais e econômicas na sociedade capitalista, diretamente vinculada às relações de poder no movimento da luta de classes que determina as direções políticas e econômicas de cada estágio das formas sociais, que no tempo presente aprofunda a dicotomia das produções materiais e ressoa diretamente no direito ao acesso à educação em tempos de pandemia da Covid-19.

Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo tem a finalidade de averiguar a expressão da ontologia marxista nas desigualdades sociais e precarização do direito de acesso à educação em tempos de pandemia, considerando as relações de poder estabelecidas no interior da sociedade capitalista, ao passo que elencamos como objetivos específicos as seguintes ações: efetuar uma revisão teórica e conceitual sobre a desigualdade socioeconômica com ênfase na análise da realidade empírica educacional atual; investigar as desigualdades socioeconômicas e as relações de poder que impossibilitam ao dominado o acesso aos recursos tecnológicos na educação formal pública; e analisar as pesquisas referentes aos efeitos pandêmicos na vida escolar dos alunos da rede pública municipal de ensino de Caldas Novas/GO.

Dada tal importância é que a produção de conhecimento científico vem dedicando-se a temas desta natureza há tempos e por se tratar de um eixo que se renova à medida que se renovam as mazelas do capitalismo, nossa pretensão de análise do contexto histórico adverso que enfrentamos na atualidade pode contribuir para a sua compreensão e para a indicação de caminhos possíveis para a superação das necessidades e dificuldades de acesso dos estudantes de escolas públicas às tecnologias de informação.

Reiteramos, que o interesse pela discussão da temática surgiu em decorrência da Covid-19, que gerou a pandemia e as informações dos veículos de comunicação nos permitiram substanciar os questionamentos desta proposta, que se tornaram notórios a partir da realização das aulas remotas, pois observamos que a maioria dos alunos não conseguia acompanhar a nova sistematização como, por exemplo, entregar as atividades atrasadas, ou até mesmo não entregar.

Compreendemos que o contexto histórico dos problemas coletivos enfrentados a partir das relações de poder, desigualdades econômicas e sociais no momento de pandemia pode ser analisada por meio dos postulados de Karl Marx (1988) sobre a divisão e luta das classes sociais, bem como pelos estudos realizados por pesquisadores sobre a temática proposta aqui, em especial, ao que diz respeito às relações no interior da sociedade, pois compreender essa dinâmica sugere ultrapassar as prerrogativas mediante a leitura e análise de nossa realidade que não se ajusta em modelos prontos. Portanto, precisamos desvendar as dificuldades que

influenciam na configuração da sociedade atual, de seus sujeitos e classes sociais.

O debate sobre as questões sociais evidenciadas pela pandemia é premente e abarca várias vertentes, dentre as quais identificamos a questão do acesso à educação que é fundamental para a sustentação de uma condição de cidadania plena, emancipadora. Muito embora precisamos ter uma postura diligente para lidar com temas tão atuais na perspectiva histórica.

Logo, estudar a sociedade de um tempo presente na história da humanidade, é necessário observar que as relações são estabelecidas pela força e inteligência e que ao longo do tempo, com a intensificação das relações comerciais e a expansão do capitalismo, essas relações são aprofundadas, refletindo as mudanças ontológicas¹ e gnosiológicas.

O estabelecimento do capitalismo como sistema econômico hegemônico passou a expressar que aquele que detém a propriedade dos meios de produção impõem a sua dominação àqueles que apenas dispõem da venda de sua força de trabalho. Dessa forma, quem detém o capital é quem tem as melhores condições socioeconômicas e expressa o seu poder para quem vende a sua força de mão de obra, na perspectiva de assegurar a sua existência.

Assim sendo, não é demasiado lembrar que a pandemia evidencia esta dinâmica, especialmente quando nos impôs o isolamento social, nos colocando em reclusão em nossa própria casa. Tivemos que nos adequar ao trabalho remoto enquanto docentes no exercício de nossa atividade profissional.

As nossas novas atividades cotidianas por via remota (internet) se viram diante um problema que, muitos de nós, profissionais da educação, não tínhamos conhecimento prévio e muito disso atribuímos à exclusão digital. Desse modo, quem não estiver conectado não terá acesso ao conhecimento. Essa situação denuncia as escassas condições que as famílias já viviam em situação de vulnerabilidade social e explicitaram a ausência de condições de acesso às tecnologias da informação.

O aprofundamento das desigualdades sociais tem posto desafios às políticas educacionais e à sua materialização nas escolas públicas, que ampliam os objetivos e as finalidades da educação no sentido de responder ou solucionar as contínuas demandas em relação à educação, pobreza e desigualdade social nos processos de planejamento e gestão educacional em tempos de pandemia.

Em vista disso, para esquematizar em analogia com os pensamentos de Karl Marx e especificar as notícias dos meios de informação e comunicação que demonstram as

¹ Conforme o dicionário do Pensamento Marxista: Ontologia, a teoria da natureza última e dos constituintes do ser.

desigualdades socioeconômicas e escolares/educacionais, nos debruçamos sobre os escritos de autores que desenvolvem e pesquisam essa temática. Logo, sobre a pandemia da Covid-19 no Brasil, entendemos que a sistematização das notícias/informações nos possibilita compreender a realidade² em que estamos inseridos e as premissas da teoria marxista para a sua possível compreensão.

Recobramos que a finalidade da pesquisa de forma geral visa solucionar dúvidas e questionamentos por meio de técnicas científicas “a partir de interrogações formuladas em relação a pontos ou fatos que permanecem obscuros e necessitam de explicações plausíveis e respostas que venham a elucidá-las” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 42).

A pesquisa teórica expressa o exercício de construir um trabalho científico. Portanto, é por meio da absorção da teoria que se conhece o tema, com base em um rigoroso levantamento bibliográfico. Assim, para que uma pesquisa científica aconteça é mister dominar o conteúdo teórico com o acúmulo de leituras de obras de referência. Da mesma forma, o papel fundamental da hipótese na pesquisa é sugerir explicações para os fatos de forma prévia e provisória que serão corroboradas ou não com a execução da pesquisa em si. Essas “sugestões podem ser a solução para o problema [...] conduzem à verificação empírica, que é o propósito da pesquisa científica” (GIL, 2002, p. 60).

Desse modo, o presente estudo propõe que sejam testadas as seguintes hipóteses: a) a desigualdade social brasileira, sobretudo, acerca do acesso à internet viola o princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, disposto no artigo 206 da CF/1988; b) o ensino remoto tem deixado suas cicatrizes em uma considerável parcela de alunos devido à falta de oportunidades e acesso às tecnologias, além de causar traumas e reatividade a qualquer educação mediada por tecnologias em decorrência da estratificação causada pela desigualdade social; c) a falta de governabilidade é um problema de natureza política para além do problema de acumulação, distribuição de recursos, bens e serviços, esvaziando a autonomia das pessoas que estão inseridas em determinados contextos históricos.

A adoção de tal enfoque metodológico permite a reflexão sobre os fatores estruturais que atuam no contexto histórico. Nessa direção, a mídia tem infinitas informações sobre desigualdade social e prática pedagógica do professor, por exemplo. Na pandemia o uso das

² Conforme o dicionário do Pensamento Marxista: A realidade, insiste Althusser, é irredutivelmente complexa e variada, sujeita à causação múltipla, numa palavra é “sobredeterminada”, e o conceito científico, marxista, de totalidade social não deve conseqüentemente ser confundido com o hegeliano, cuja complexidade é apenas aparente. As características diferentes de uma época histórica, segundo Hegel, sua economia, estrutura política, arte, religião, são todas expressões de uma única essência, ela própria apenas uma etapa no desenvolvimento do espírito do mundo. Sendo cada totalidade sucessiva assim concebida como “expressiva”, a explicação da história torna-se reducionista, simplificando-se para chegar a uma origem central única.

tecnologias pode propiciar aos discentes conhecimentos para desenvolver uma prática educativa de qualidade, incluindo e não excluindo as classes que não tem acesso deste vasto mundo de informações que estão disponíveis por meio dos recursos tecnológicos.

“A Teoria de Karl Marx” em Donário e Santos (2016) elucida que Marx foi um pensador fundamental frente ao sistema produtivo capitalista que analisou o sistema econômico e o desenvolvimento do homem como um ser social e histórico, cujo objetivo principal é analisar a luta de classes e suas contradições. Donário e Santos (2016, p. 4) afirmam que “Marx considera o Homem mergulhado nas relações sociais, as quais moldam os seres humanos, bem como, influem no que pensam e no que fazem, levando a que as relações sociais condicionem o comportamento individual”.

No que tange a estrutura deste trabalho dissertativo, o primeiro capítulo (seção 2), intitulado “A Ontologia Marxista do Ser Social e as Desigualdades Sociais e Econômicas no Capitalismo Contemporâneo” está dividido em três subseções: Marxismo: Forças Produtivas do Trabalho e Formação do Ser Social; Papel do Estado na Sociedade de Classes; Reprodução Capitalista na Esfera Escolar.

Abordamos a precarização do direito de acesso à educação que não é uma problemática recente, mas que foi aprofundada com a Pandemia da Covid-19, e que se perpetua historicamente pelas relações de poder estabelecidas no interior da sociedade capitalista, podendo ser averiguada pela expressão da ontologia marxista nas desigualdades sociais.

Para tratar esta perspectiva, realizamos uma análise exploratória do marxismo no que tange ao método histórico-dialético que tem por característica a materialidade e o pensamento humano. Buscamos explicar a organização do homem em sociedade por meio da história e assim analisamos a formação social das classes por meio das forças produtivas do trabalho que desenvolvem a explicação ontológica do ser enquanto ser social, haja vista que é por meio do trabalho que os indivíduos são integrados na sociedade.

Examinamos o capitalismo contemporâneo caracterizado pela luta de classes e seu processo de exploração da força de trabalho e acumulação do capital a fim de estabelecer uma relação do capitalismo nas práticas educativas mediante a ação do Estado hegemônico. Discutimos ainda, as desigualdades sociais com base em escritos de alguns autores que vem responder a sistematização do método de Marx e a Ontologia do Ser Social. Por conseguinte, a sociabilidade capitalista gera a necessidade de transformação da sociedade, demandando um projeto histórico que demonstre a realidade social, com vistas à possibilidade real de conhecimento definido pela sociabilidade existente.

O segundo capítulo (seção 3) cujo título é “As Desigualdades Socioeconômicas e as

Relações de Poder: O Acesso aos Recursos Tecnológicos na Educação Pública em Tempos Pandêmicos da Covid-19” também apresenta três subseções: Historicidade das Desigualdades Educacionais; Abismo Tecnológico Educacional: Inclusão Social Necessária; Contextualização do Acesso aos Recursos Tecnológicos na Educação Pública em Tempos Pandêmicos.

Realizamos uma abordagem integrada ao contexto histórico educacional em relação em tempos de pandemia, pois entendemos que sintetiza elementos estruturais que representam a realidade educacional que já existia há muito tempo, no entanto, era camuflada. Nesse sentido, pensamos que sua análise, enquanto estrutura, pode revelar elementos explicativos da organização educacional.

Na subseção 3.1 efetuamos uma contextualização histórica sobre a educação e as desigualdades educacionais. Na subseção 3.2 evidenciamos a utilização das tecnologias na educação e questões relacionadas às desigualdades quanto ao acesso que parecem seguir o mesmo caminho reducionista que relaciona a exclusão social com a exclusão digital.

Disponibilizamos os resultados das análises realizadas no ano de 2015 pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os programas, leis e ações referentes ao acesso à internet no Brasil, visto que contribui para o entendimento de como o Estado brasileiro vem se comprometendo com a inclusão digital ao longo dos anos. Na subseção 3.3 examinamos a relação entre educação e tecnologia durante o período pandêmico, no qual passamos a viver em isolamento, demandando o uso das tecnologias para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de forma remota.

No terceiro capítulo (seção 4) sob o título “Os Efeitos Pandêmicos da Covid-19 no Processo de Escolarização no Ensino Público do Brasil”, analisamos as fontes de pesquisa sobre o processo de escolarização no ensino público brasileiro durante a pandemia da Covid-19. Abordamos os dados estatísticos disponibilizados por veículos de informação e comunicação, bem como documentos oficiais do Estado brasileiro (leis e decretos federais, estaduais e municipais. Mantivemos a organização em duas subseções. Na primeira discorremos sobre o acesso à educação no período de 2020 a 2022, com base em dados coletados em documentos oficiais relativos à pandemia da Covid-19;

No quarto capítulo (seção 5) apontamos as fragilidades e deficiências no processo de ensino e aprendizagem em tempos pandêmicos, considerando as notícias disponibilizadas por veículos de informação e comunicação; analisamos os procedimentos legais adotados pelo município de Caldas Novas/GO para a realização das atividades educativas/educacionais de forma remota no período de pandemia. Nesta direção, orientados pela fundamentação teórica marxiana/marxista, levamos em conta a realidade educacional que caracterizou o período na

perspectiva de apontar os fatores que dificultaram, restringiram e/ou impossibilitam o acesso dos alunos aos recursos tecnológicos e sua utilização na educação formal pública.

2 A ONTOLOGIA MARXISTA DO SER SOCIAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A precarização do direito de acesso à educação não é uma problemática social recente, muito embora tenha sido alargada e evidenciada ainda mais com a Pandemia da Covid-19, mas, é revelada historicamente a partir das relações de poder estabelecidas no interior da sociedade capitalista, a qual pode ser averiguada pela expressão da ontologia marxista nas desigualdades sociais. Dentro dessa perspectiva, vamos fazer uma análise exploratória do marxismo no que tange ao método histórico-dialético e analisar a formação social das classes por meio das forças produtivas do trabalho que desenvolve a explicação ontológica do ser enquanto ser social, haja vista que é através do trabalho que os indivíduos são integrados na sociedade. Diante disso, iremos abordar a explicação do capitalismo contemporâneo que permeia a sociedade de classes e seu processo de exploração através da acumulação do capital a fim de estabelecer uma mediação do capitalismo nas práticas educativas e a relação do Estado hegemônico que permeia as relações dentro do contexto que está inserido.

Nesta perspectiva, as relações de poder evidenciam o desenvolvimento do capitalismo para a afirmação da desigualdade social na construção dos próprios sujeitos e das relações em sociedade em contraposição à disponibilização de recursos, seja na distribuição de renda seja na escolarização formal das massas populacionais ou em outras searas da vida social. Nesse sentido, a presente proposta desta seção prima em perceber, analisar e compreender o objeto de pesquisa, a partir da dialética, entendida por Platão a arte do diálogo em que toda ideia pode ser contraposta por outra ideia.

Para Friedrich Hegel, uma ideia contrária não é algo que determinadamente desconstrói a ideia original, mas pode constituir algo novo, que não está em consonância com a ideia original e nem consigo mesma enquanto nova ideia. Marx (2013) de sua parte busca a interpretação da realidade a partir dos pressupostos dos estudiosos que o precederam. O método histórico-dialético marxista dá origem às contradições que demandam soluções, este é por fim empregado para uma interpretação da realidade na pesquisa qualitativa através do contexto social, político, econômico. Logo, a dialética fornece dados que indicam os fatores sociais.

De acordo com esse quadro, torna-se necessário evidenciar alguns fatores relacionados com o contexto histórico do século XIX. No livro “A História entre a Filosofia e a Ciência de História” de José Carlos Reis (1996) apoia-se na filosofia para estudar os procedimentos da história. Desse modo, essa metodologia desenvolveu-se determinando correntes historiográficas através dos tempos. Dessa forma será exemplificado algumas características e

conceitos referentes: a Escola Metódica (Positivista), o Materialismo Histórico (Marxismo) e a Escola dos Annales (História Nova).

Nesse sentido, Reis (1996) define a escola metódica (positivista), em que estudava os fatos conforme aconteciam relatando-as de forma neutra. Suas fontes de pesquisa eram os escritos oficiais e a metodologia heurística. Por outro lado, o materialismo histórico, em que teve por precursor Karl Marx e por Friedrich Engels, objetiva-se em estudar os fundamentos históricos das sociedades através dos fatos econômicos, sociais e políticos a partir das condições materiais dadas a seu tempo, cujo objeto de pesquisa em Marx é precisamente a sociedade burguesa (MARX, 2013).

Em consenso com o raciocínio anterior, torna-se importante mencionar a Escola dos Annales, Reis (1996) destaca que a história é estudada valendo-se de fontes históricas política, através das narrativas econômicas, sociais, políticas, cotidianos, mentais, interdisciplinaridades, culturais e assim os historiadores começaram a observar também relatos orais e visuais e também incluiu àqueles que estavam à margem da sociedade considerados excluídos e através dessas pesquisas surgiram as interpretações, indagações, para entender o ser humano que se constituem uma determinada sociedade. Portanto, é de extrema importância ressaltar que essas escolas embora tenham divergências ajudaram no entendimento para entender a humanidade e suas historicidades. (REIS, 1996).

O historiador tem por objetivo estudar o passado da humanidade. As diversas correntes de interpretação da história constituem as referências para explicar a sociopolítica e econômico-cultural e são conduzidos em suas crenças e práticas que são utilizadas como conceitos utilizados para interpretar o passado. Diante disso, Reis (1996) aponta a importância do Materialismo Histórico marxista que utilizou do método material através da dialética para explicar a história dos homens através do tempo.

2.1 Marxismo: Forças Produtivas do Trabalho e Formação Ontológica do Ser Social

É necessário descrever Reis quando postula que, “O objeto da história-ciência: uma formação social concreta, que é uma estrutura contraditória, uma totalidade em luta consigo mesma, tendendo à desintegração. A história-ciência trata da luta de classes no quadro do desenvolvimento das forças produtivas” (REIS, 1996, p. 27).

Desse modo, compreendemos a realidade histórica que estrutura-se em uma constante luta em seu processo produtivo desencadeando a divisão de classes em que um tenta a mudança de sua realidade material ou até mesmo do próprio conhecimento, ou seja, “o conceito, em Marx, é uma reconstrução ideal de algo exterior a ele, a realidade histórico-concreta” (REIS,

1996, p. 27) em que as ações humanas designam a estrutura econômica social individual e coletiva de uma sociedade em que funda-se uma ciência social “o marxismo, enquanto ciência da história, tomará como objeto as estruturas econômico-sociais, invisíveis, abstratas, gerais mas ‘chão’ concreto da luta de classes e das iniciativas individuais e coletivas” (REIS, 1996, p. 27). É importante notar que para Marx, os sujeitos são estudados e entendidos a partir de suas relações e organização que são pertencentes e que os constituem e os definem. Portanto, o marxismo é:

[...] uma síntese de todas as grandes filosofias da história de sua época: a negatividade hegeliana, a vontade geral revolucionária de Rousseau, o progresso racional iluminista, a superação da metafísica comtista, o evolucionismo darwinista. O sentido da história é a emancipação dos homens pela ação de um sujeito coletivo, o proletariado – que implantaria o universal humano, fazendo cessar a luta de classes (REIS, 1996, p. 29).

Esse fato reforça, ainda mais, a necessidade de ler e compreender “O Capital” de Karl Marx em que postula e escreve sobre as lutas de classe dentro da sociedade capitalista. Na apresentação do livro, elaborada por Jacob Gorender, ele descreve a obra com maestria definindo Marx como anatomista de um sistema de exploração da economia política que é vigente no capitalismo. Designando a divisão de classes como: o proletariado e a burguesia.

A partir desse contexto, Gorender (MARX apud GORENDER, 2013, p. 16) ainda relata as origens de Marx que era de classe média e ele tinha grande influência filosófica de Hegel e sua constituição democrática em sua produção intelectual. Porém, ao conhecer as ideias e escritos de Feuerbach, “causador de impacto e recebido com entusiasmo, o humanismo naturista foi uma revelação para Marx. Apetrecha-o da visão filosófica que lhe permitia romper com Hegel e transitar do idealismo objetivo deste último em direção ao materialismo”.

Por meios de tais informações desembocamos em ideais revolucionários desenvolvendo o materialismo que se pautava nas lutas de classes. Nessas descrições algo muito interessante que se deve enfatizar é que a experiência jornalística e o olhar do cotidiano permitiram um pragmático da realidade que o cercava principalmente os conflitos sociais desenvolvidos por questões econômicas.

Outro ponto que merece destaque é a vida dos operários descrita por Marx como produto do trabalho que executavam. “Evidencia-se, portanto, que Marx ainda não podia explicar a situação de desapossamento da classe operária por um processo de exploração, no lugar do qual o trabalho alienado constitui, em verdade, um processo de expropriação” (MARX apud GORENDER, 2013, p. 17). Desenvolvendo o materialismo histórico que como escreve Lukács “com certeza, insuprimível a base natural da existência humana, mas, para ele, isso é

apenas mais um motivo para acentuar a socialidade específica das categorias que nascem do processo de separação ontológica entre a natureza e a sociedade, precisamente sua socialidade” (LUKÁCS, 2013, p. 78).

Dentro dessa perspectiva as lutas revolucionárias daquela época desenvolviam uma grande crise financeira com diminuição de salários, uma exploração capitalista e uma luta de classe constante entre burguesia e proletariado que permitia Marx descrever e observar o modo de produção capitalista. Conforme Antunes (2020, p. 12) destaca que “sua lógica é expansionista, visto que seu modus operandi é conformado centralmente para a extração sempre crescente de mais-valor, e destrutivo, pelo sentido ilimitado de seus movimentos, o que o torna, ao fim e ao cabo, incontrolável”.

Gorender (2013), ainda elenca a colaboração intelectual e política de Engels para Marx e seus escritos, pois o mesmo o incentivava e também o criticava. Ambos os pensadores explicitam o direito e a igualdade dentro de uma sociedade. Marx quando publica “O Capital” desenvolve matéria prima interdisciplinar para formação social histórica econômica, como podemos verificar nos apontamentos de Gorender (2013):

As categorias econômicas, ainda quando analisadas em níveis elevados de abstração, se enlaçam, de momento a momento, com os fatores extraeconômicos inerentes à formação social. O Estado, a legislação civil e penal (em especial a legislação referente às relações de trabalho), a organização familiar, as formas associativas das classes sociais e seu comportamento em situações de conflito, as ideologias, os costumes tradicionais de nacionalidades e regiões, a psicologia social (MARX apud GORENDER, 2013, p. 28).

Conforme mencionado, todos os fatos eram explicados com detalhes baseando-se na historiografia do desenvolvimento social para explicitar um novo método de produção através de uma abordagem histórica da economia, da política e da legislação do trabalho e principalmente da relação do ser humano e seu modo produção.

A priori, vale ressaltar que Hebeche (2012) relata que a ontologia direciona para estudar aquilo que é essencial. Segundo o mesmo, a filosofia é dividida em dois períodos: o pré-socrático e o socrático. Essa informação torna-se muito importante pois nesse período foi debatido por Sócrates e outros sofistas rumo da ontologia da filosofia dos homens. Diante disso, é necessário conceituar que o mesmo diz que “A ontologia é o estudo do ser” (HEBECHE, 2012, p. 123), que é fundamental estudar a existência humana, que indaga ainda o motivo pelo qual Aristóteles e Platão não deram o nome a essa ciência é ele destaca que os próprios filósofos escreveram que investigar o ser nunca teria fim.

Em consenso com o raciocínio anterior de Reis (1996, p. 27), torna-se importante mencionar que “Marx trata de um objeto exterior, de um ‘ser’ – o ser social organizado para a

produção e reprodução da vida imediata. Este ‘ser social’ é material, objetivo, concreto, exterior ao pensamento. A ontologia marxista é ‘relacionada’”. Dessa forma, compreendemos que o ser social é definido por suas relações históricas. Logo, para Marx e seus estudos insere-se dentro da ontologia pois estuda e explica a constituição do ser e suas relações de produção de uma sociedade, essa capitalista.

Partindo dessa premissa, Marx (2013, p. 188) conceitua que “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” e indica que este processo da produção de valores satisfaz as demandas humanas individual e coletivamente.

Em consenso com o raciocínio anterior, torna-se importante mencionar a noção de ideologia encontrada em Marx “as ideologias expressam situações e interesses radicados nas relações materiais, de caráter econômico, que os homens, agrupados em classes sociais, estabelecem entre si” (MARX apud GORENDER, 2013, p. 22), em que os homens do interior da sociedade são movidos por suas forças produtivas e suas necessidades materiais gerando as transformações sociais e suas ideologias, assim observamos que as pessoas são as protagonistas da história.

É importante notar a importância da Ontologia para Marx quando Gorender na apresentação do livro “O Capital” ainda afirma que “conforme a tese ontológica fundamental do materialismo histórico, a base sobre a qual se ergueria o edifício teria de ser a ciência das relações materiais de vida – a economia política” (MARX apud GORENDER, 2013, p. 22). Posteriormente, “para este último, com o qual Marx teve relação direta de sequência e superação, a lógica por si mesma se identifica à ontologia, a Ideia Absoluta é o próprio Ser. Assim, a ontologia só podia ter caráter idealista e especulativo, obrigando a dialética” (MARX apud GORENDER, 2013, p. 30). Sob essa ótica o homem ontologicamente imprime movimento na história e o estudo do ser dialeticamente se faz necessária criando uma história de indagações, críticas e teorias através do trabalho.

Outro ponto que merece destaque é a obra “Para uma Ontologia do Ser Social” de Lukács (2013) em que define o conceito de ontologia como pertencente à metafísica após grandes condenações. Já no século XIX com uma nova roupagem é considerada ontologia do ser social. Segundo Lukács (2013, p. 10) “surge uma ontologia crítica marxista, acolhida de imediato com a suspeita e a desconfiança de que falei por representantes de todas as orientações da literatura crítica”, sendo explícito que teve certas dificuldades para seu reconhecimento historiográfico.

Na apresentação do livro “A Ontologia Constitui uma Virada”, Oldrini (2013, p. 10-12) destaca que para Lukács, quando confrontada com suas posições marxistas juvenis, como as que podemos encontrar no escrito “História e Consciência de Classe”. Assim percebemos a importância de Lukács para os estudos da ontologia ao longo da história, estudada pelo viés das críticas de Marx. Que “recupera ontologicamente (como conceito de ‘ente objetivo’) aquilo que Hegel havia dissolvido. Ao mesmo tempo, vai além de Feuerbach, uma vez que sublinha com clareza que a humanidade do homem tem o seu verdadeiro ato de nascimento na história”.

Portanto, o homem vai ressignificando sua existência através da sua realidade, suas objeções e relações e resultado do seu trabalho. Outro fator importante evidenciado por Lukács problemas concretos, dialética do real, historicidade, sociabilidade e o desenvolvimento histórico em sua totalidade. Desse modo, percebemos que o conhecimento da realidade é pautado pelo mundo interior e pela existência através do trabalho humano.

Diante do exposto, torna-se importante mencionar que Oldrini (2013, p. 22) expõe que Lukács utiliza a ontologia a partir da teoria marxista da objetividade que “remonta, por meio de uma série de mediações (nas quais a economia assume a função primária), dos estratos ontologicamente menos elevados até as objetivações humanas superiores, até a ontologia do ser social”. Nessa perspectiva, é necessário enfatizar que o trabalho individual e coletivo faz o processo em que o ser humano vai sendo representado pelas classes sociais em que está inserido e ligado à economia.

De fato, “os homens são continuamente chamados – em especial aqueles de uma época revolucionária, que estão lutando por uma ‘nova democracia’ – a tomar decisões repletas de consequências para o seu destino” (LUKÁCS apud OLDRINI, 2013, p. 20). E, esse estrato social vai justificando a existência e as experiências na vida real transversalmente em luta social em que processo ganha significado, em que alguns indivíduos vivem em condições mínimas e outros com condições de esbanjamentos, expõe a contradição do sistema capitalista.

Vinculada a essa concepção, ontologicamente a fundamentação e o desenvolvimento do ser social são determinados pelo trabalho, linguagem, cooperação e divisão do trabalho, e mostra que aí surgem novas relações da consciência com a realidade e, por isso, consigo mesma. Nenhuma dessas categorias pode ser adequadamente compreendida se for considerada isoladamente (OLDRINI, 2013). Nesse sentido, as realidades e transformações estão diretamente ligadas ao trabalho.

Diante disso, o trabalho tem uma distinção de um período e outro, de modo que ao longo da história a atividade humana do trabalho era realizada por escravos como valor de uso antes mesmo do capitalismo pois tinha por objetivo desde o tempo primitivo como subsistência,

em que os senhores usavam o trabalho para explorar. Já na idade média os servos trabalhavam para produzir alguns dias para si e outros dias para o senhor feudal para garantir a sobrevivência e o bem-estar dele.

Assim, Ricardo Antunes (2004) explana que sob o comando do capital o trabalho deixou de ser uma atividade para sobrevivência e sim uma atividade alienada imposta, acumulativa e exploratória. O ser humano passa a vender sua força de trabalho para o enriquecimento de poucos. A mercadoria dentro do capital passou a limitar quem pode consumir ou não, privatizando os bens úteis para mercadoria. O capital dela se apropria criando sua própria riqueza desenvolvendo o capitalismo. Em seu livro “Coronavírus: Pandemia Capital, Antunes (2022, p. 9) que “os mecanismos autênticos de interação humana – e em particular a atividade laborativa – são modulados e calibrados por uma segunda natureza, tal como destaca Marx, voltada essencialmente para a expansão e a reprodução do capital”. Essa reprodução modela e define a interação humana.

Em “Para uma Ontologia do Ser Social II” (2013) de Lukács vemos o estudo da obra de Marx e a explicação da ontologia em que compara o arquiteto define o que ele vai produzir e como vai fazer, à uma abelha que trabalha e instintivamente o operário sabe que ele precisa de dinheiro para sustentar sua família. Na verdade, Lukács define que o trabalho pertence ao gênero humano diferente do animal. O homem como ser social eles encontram no trabalho sua gênese e seu sentido como papel central, pois preciso pensar que para reproduzir é necessário consciência, sociabilidade e reflexão para o trabalho. Por isso, Lukács afirma que Marx desenvolveu o materialismo dialético e ontológico em sua cientificidade.

No século XX, veio a modernidade, a tecnologia, a privatização proletária na indústria de serviço que conduz o capitalismo para a mais-valia e vive da força de trabalho do capitalismo destrutivo. Lukács (2013) menciona, que “na gênese ontológica do valor, devemos partir, pois, de que no trabalho como produção de valores de uso (bens) a alternativa do que é útil ou inútil para a satisfação das necessidades está posta como problema de utilidade, como elemento ativo do ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 82). Isto é, o trabalho produz o valor, mas esse valor nunca é revertido para o trabalhador na realidade material. Antunes (2020, p. 13) relata que “a produção de bens não está voltada para a geração de valores de uso, com o objetivo de atender necessidades humano-sociais, mas para produzir valores de troca visando o lucro”.

O trabalho é considerado por Marx ontologicamente à realidade material e é necessário determinar o processo de todas as etapas. Por conseguinte, Lukács (2013, p. 40) define que “só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na

contínua realização de pores teleológicos”, ou seja, é necessário entender e conhecer o ser e sua existência para entender o real, logo ato teleológico.

O autor evidencia a importância de Engels, pois enfatiza que o processo de transição dos problemas ontológicos é lento na estrutura do ser e que a questão central do ser está no trabalho. Lukács (2013) elucida que o trabalho se torna o modelo de toda *práxis* social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas –, sempre se realizam teleologicamente, em última análise, de ordem material. Dessa forma, o trabalho é a experiência humana de necessidade social na vida diária que desenvolve o fator e a explicação do conhecimento e da argumentação por qual motivo que o sujeito executa determinada atividade.

Cumprido destacar que Lukács (2013, p. 47) aponta que “na teoria marxiana, o trabalho é a única forma existente de um ente teleologicamente produzido, que funda, pela primeira vez, a peculiaridade do ser social”. Na realidade em que o ser habita espelha a sua própria consciência que são as suas possibilidades, e assim expressa que “no plano ontológico o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos, que do ponto de vista do ser não só estão diante um do outro como heterogêneos, mas são até mesmo opostos: o ser e o seu espelhamento na consciência” (LUKÁCS, 2013, p. 50). Logo, determina as várias perspectivas reproduzidas em sua realidade a partir da consciência e do conhecimento, tal qual ocorre na vida material quando famílias de classes subalternas não conseguem custear simples materiais escolares e tampouco acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

É nesse cenário que “uma ontologia do ser social, essa sua constituição a não ser dizendo que ele, por causa da sua educação, da sua trajetória de vida, das suas experiências etc., mesmo estando desocupado, permanece” (LUKÁCS, 2013, p. 51). De fato, as atividades executadas pelo ser vão se tornando realidade no processo do trabalho e conduzindo as experiências, decisões, erros, acertos e aprendizagens em que todas as alternativas são de extrema importância para o desenvolvimento do ser. Esses dados são reforçados por Lukács (2013, p. 55) no sentido de que a consequência disso é que a “alternativa continua a funcionar como supervisão, controle, reparo etc., mesmo depois que terminou o processo de trabalho em questão e tais poderes preventivos multiplicam ininterruptamente as alternativas no pôr do fim e na sua realização”. Diante disso, compreendemos a humanização do trabalho por meio do seu desenvolvimento, possibilitando a transformação e o ensejo de selecionar, agrupar, determinar projetos e pontos de vistas quando tem por objetivo realizar algo.

Esse fato reforça, ainda mais a necessidade do processo social, a partir do qual podemos compreender as perguntas e respostas que determinam a consciência humana, que segundo Lukács (2013) ontologicamente indica no trabalho as formações sociais e seu

desenvolvimento econômico-social do valor de troca e de uso. Com base nessa percepção, é possível constatar que o essencial na ontologia é satisfazer uma necessidade do ser e isso insere-se no trabalho, pois a partir dele há mediação para conquistar os objetivos.

De acordo com Lukács (2013, p. 67), tanto em “relação ao velho materialismo quanto em relação ao idealismo, para resolver o problema ‘teoria-práxis’ é preciso voltar à *práxis*, ao seu modo real e material de manifestação, onde se evidenciam e podem ser vistas clara e univocamente suas determinações ontológicas fundamentais”. Portanto, desenvolve a solução do problema dentro do cognitivo humano por meio do trabalho que transforma a realidade que é um fato ontológico fundamental.

Mediante tais pressupostos, torna-se imperioso ressaltar que o trabalho ontológico permeia na consciência ou inconscientemente que delimita a difusão e o poder que influenciam o domínio nas relações sociais. A orientação econômica é conduzida pelo trabalho e sua socialidade. Assim sendo, Lukács (2013, p. 83) argumenta que “o homem na sua concreta *práxis* social, com suas ações e nas suas ações encarna e faz realidade o gênero humano. Marx sempre viu com clareza esse nexos entre a economia e aquilo que a vida econômica produz no próprio homem. Em conexão direta, no plano intelectual”. Logo, percebemos que a prática econômica produz um processo vivido pelo homem que conduz a dialética social e suas relações de desenvolvimento fundamentada nas realidades e possibilidades de essência do real.

De acordo com Lukács (2013, p. 85) “a objetividade do valor econômico está fundada na essência do trabalho como metabolismo entre sociedade e homem e, no entanto, a realidade objetiva do seu caráter de valor vai além desse nexos elementar”. Em outros termos, o trabalho originalmente satisfaz uma necessidade, porém com a intenção e o valor do mesmo com sua objetividade como mercadoria realiza o processo de acumulação do capital produzindo um valor econômico das atividades. Lukács (2013, p. 86) afirma que o trabalho exprime a “produção social pura – em cuja base não se encontre uma intencionalidade ontologicamente imanente para o devir homem do homem, no sentido mais amplo do termo, ou seja, da gênese ao seu desdobramento”. Essa constituição ontológica da esfera econômica ilumina a sua conexão com os outros âmbitos da *práxis*.

Diante dessas considerações, é necessário explicar o ponto de vista ontológico como a captura das determinações essenciais. De acordo com Tonet (2013), a assimilação do próprio objeto implica o pressuposto de que ele não se resume aos elementos empíricos, mas, também, e principalmente, àqueles que constituem a sua essência, pois é por meio dos elementos empíricos baseados na experiência e na observação dos seres que podemos entender por que alguns fatos sociais acontecem.

Dessa forma, para que possamos realizar uma leitura sobre as desigualdades sociais, recorreremos à obra de Tonet – “Método Científico: Uma Abordagem Ontológica” –, pois vem responder a uma necessidade por ele apontada, ou seja, a sistematização do método de Marx. Assim, classes sociais são grupos de indivíduos que no processo de produção e apropriação da riqueza definem as duas classes. Nas palavras do autor, “em todos os modos de produção encontramos duas classes fundamentais: a daqueles que produzem a riqueza e a daqueles que são proprietários dos meios de produção e se apropriam da maior parte da riqueza produzida. [...] que não produzem a riqueza material, mas se apropriam de parte dela” (TONET, 2013, p. 16). Assim sendo, o processo social acontece por meio da luta e apropriação das classes sociais. Ademais, sobre as relações de domínio de poder é necessário citar as forças materiais e não materiais para entender as condições constituintes das classes dominante e dominada. Tonet (2013) argumenta que a:

A manutenção do domínio de uma classe sobre outras exige que a classe que quer dominar lance mão não apenas de forças materiais, mas também de forças não materiais (ideias e valores). E, para isso, ela deve dar origem a determinada concepção de mundo que fundamente o seu domínio. Deste modo, conhecer e explicar o mundo de determinada forma são condições imprescindíveis para que uma classe conquiste e mantenha o seu domínio sobre outras (TONET, 2013, p. 16).

Diante disso, no que se refere ao conhecimento, o autor afirma que os sujeitos fundamentalmente estão contidos em classes sociais, organizadas por intermédio do processo produção, que determina as exigências e perspectivas da sociedade. Todavia, singularmente são os indivíduos que expressam e determinam as suas próprias teorias, bem como “as explicações e concepções de mundo. Ao elaborarem suas teorias, porém, os indivíduos, expressam, ao nível teórico, de modo consciente ou não, os interesses mais profundos das classes sociais” (TONET, 2013, p. 17).

Dessa forma, a desigualdade econômica, social e educacional que já existia, foi sendo aprofundada com a pandemia da Covid-19, intensificando o dualismo existente na realidade do sistema educacional brasileiro. Trata-se, portanto, “de conhecer a realidade social não para transformá-la radicalmente, mas para permitir a reprodução, certamente, com melhorias, dessa forma de sociabilidade” (TONET, 2013, p. 55). Por conseguinte, a sociabilidade capitalista gera a necessidade de transformação da sociedade, demandando um projeto histórico que demonstre a realidade social, com vistas à possibilidade real de conhecimento definido pela sociabilidade existente.

Donário e Santos (2016, p. 8), por sua vez, contribuem para o debate sobre a relação entre o materialismo histórico e as transformações produzidas pelo capitalismo ao inferir que de acordo com Karl Marx, tais transformações “ocorrem de acordo com as forças dinâmicas

internas da sociedade que, em consequência, são o resultado das relações de produção da sociedade”. Segundo os autores, o homem e suas relações sociais na conformidade da fundamentação teórica marxista, são moldados e sofrem a influência da sociedade no modo que pensam e no que fazem, levando as relações sociais a condicionarem o comportamento individual e as possibilidades de integração e disposição com acesso à educação.

Nesse sentido, podemos apontar que a sociedade é constituída “por indivíduos singulares que a precede ontologicamente e que ela é o resultado das relações, quer individuais quer grupais, que esses indivíduos estabelecem entre si. Essas relações sempre pressupõem a natureza essencial daqueles indivíduos como algo já dado” (TONET, 2013, p. 51). O autor argumenta que “uma ontologia do ser social é, pois, condição prévia para a resolução das questões relativas ao conhecimento. Além disso, essa ontologia também é condição imprescindível para, em interação com a ciência, produzir um conhecimento adequado da realidade social” (TONET, 2013, p. 76).

Frente ao contexto da pandemia da Covid-19, há a necessidade de uma constante construção do conhecimento que possa embasar a prática e servir de subsídio para a análise das pessoas que permanecem à mercê das imposições da sociedade capitalista e à sua margem, pois a reflexão se constitui como método essencial no repensar e reorganizar o cuidado. Segundo Tonet (2013):

Indivíduos, reais e ativos, que se encontram em determinadas condições materiais de vida, condições essas, por sua vez, que já são o resultado da atividade passada de outros indivíduos e que continuam a ser modificadas pela atividade presente. Indivíduos cujo primeiro ato, imposto pela necessidade de sobrevivência, é a transformação da natureza, ou seja, o trabalho (TONET, 2013, p. 81).

Em vista disso, a leitura do lugar enquanto parte integrante de uma totalidade e como expressão dos processos sociais que o abarcam, permite reconhecer as relações sociais que se estabelecem nele e a influenciam. Assim, é possível fundamentar a comprovação da historicidade e sociabilidade do ser social, com a demonstração da ontologia do ser social que determina o conhecimento e a função social que perpassa por meio dele e das condições de desigualdade. Ivo Tonet (2013) expressa que:

Na medida em que esta realidade social, da qual o sujeito cognoscente faz parte, for atravessada, numa sociedade de classes, por valores conflitantes, certamente os obstáculos que se opõem ao conhecimento efetivo da realidade serão muito maiores do que aqueles que surgem na investigação da realidade natural. A superação desses obstáculos implicará não apenas esforço rigoroso e vigilância epistemológica, mas também, e sobretudo, a intervenção de pontos de vista oriundos das classes sociais (TONET, 2013, p. 105).

Dessa forma, a sociedade é atravessada pelos obstáculos do conhecimento entre e na divisão de classes, sendo notório à medida em que consideramos os elementos empíricos que a

realidade social impõe sobre o acesso ao conhecimento, logo, o acesso às tecnologias e à educação. Tomando mais uma vez em empréstimo as palavras de Tonet (2013, p. 108), apontamos que “na perspectiva ontológica, as condições essenciais para a produção de um conhecimento, o mais verdadeiro possível, em cada momento histórico: a capacidade, o empenho e o rigor do indivíduo, de um lado e, de outro, o ponto de vista de classe. Ambas as condições são indispensáveis”.

Em sua “Ontologia do Ser Social” (2013), Lukács faz uma crítica em relação ao pensamento de Marx no sentido de que é no trabalho que encontra alternativa para explicar as práticas para a transformação do mundo. A necessidade de investigar a realidade e também as práticas do ser que busca ontologicamente a finalidade para prática humana na sociedade que são mediadas a partir de suas necessidades e necessitam de representações para reproduzirem ontologicamente a sua consciência por meio de suas ações.

O escrito “Marx e a Crítica Ontológica da Sociedade Capitalista: Crítica do Trabalho”, de Duayer (2012) tem como principal objetivo a sociedade moderna capitalista que a partir da crítica ontológica explica o trabalho. Trabalho este que gera salários, porém, inferiores ao que produzem e deveriam receber, ao passo que a luta por direitos seria uma tentativa de lutar também contra a exploração e superexploração da força de trabalho, muito embora frente a persistência do sistema capitalista. Segundo Duayer (2012, p. 40) “é justamente nesse sentido que a crítica de Marx é crítica ontológica – no caso, crítica da sociedade capitalista, da formação socioeconômica posta pelo capital. Figura o mundo social de maneira radicalmente distinta não só das formas de consciência”. Então esse constata que o cotidiano dessa sociedade são condições empíricas constituintes do ser.

Duayer (2012, p. 36) indaga se “é possível sugerir que a pergunta encontra explicação no fato de que todos os discursos, falas, análises, palavras de ordem que inspiram e, muitas vezes vicariamente, incitam as lutas na saúde, na educação, sindicais, ecológicas etc. têm por pano de fundo (crítico) um buraco negro”. Em que a luta contra o capitalismo está dentro de cada sujeito, pois perpassa pelo processo de compreender as contradições do sistema e se rebelar a elas, uma vez que o apoio causa apenas resultados ineficazes.

2.2 Papel do Estado na Sociedade Capitalista: A Luta de Classes

Prost (2008) em seu livro “As Doze Lições sobre História”, descreve a história dos acontecimentos ao longo dos tempos, considerando a história social e a importância do Estado para estabelecer os direitos e os deveres na sociedade contemporânea de classes, na qual a burguesia se estabeleceu e fortaleceu conquistando a hegemonia econômica e política.

Conforme Prost (2008), inicialmente, estávamos muito longe de uma concepção marxista de classe social, pois “não havia referências consistentes ao modo de produção, nem às estruturas do sistema de produção e de troca, nem às suas transformações” (PROST, 2008, p. 192).

Em seus escritos Guizot, relata que não sabia exatamente o que fazia parte da sociedade de classes, principalmente sobre a burguesia que se consolidara no poder, tendo por marco histórico a Revolução Francesa de 1789. Em um certo momento vemos os proletários que sempre foram dominados pelos burgueses e o Estado. A princípio, a distinção social acontecia pela renda que define o grupo social pertencente a uma história social econômica que designava a realidade.

Prost (2008) destaca o materialismo histórico e a luta de classes, e indica que Marx envia uma carta a Weydemeyer, em 5 de março de 1852, na qual afirma que não inventou a luta de classes, que os historiadores já haviam abordado a anatomia econômica definida pelo desenvolvimento da produção capitalista, onde tem início às discussões sobre “a ditadura do proletariado” e também que “tanto em Labrousse como em Guizot, a luta de classes era a força motriz não só da política, mas da mudança social. Ela respondia a motivações transparentes: os grupos sociais lutavam para melhorar suas condições de vida” (PROST, 2008, p. 202). Dessa forma, compreendemos que os historiadores pretendiam demonstrar o quanto o papel econômico, social e político é determinante tanto individual quanto coletivo para entender as realidades do processo histórico.

“O Sentido de Igualdade e Bem-Estar em Marx” (2013), texto escrito por Pereira, detecta as análises da obra de Marx sobre o capitalismo, considerando-o o melhor intérprete dessa teoria de cunho social, buscando para a sociedade o bem-estar social e político para emancipação do ser e liberdade em relação ao capital, que tematiza a desigualdade social em suas esferas humanas tirando a autonomia do ser em relação a sua própria sobrevivência. A centralidade da obra de Marx é a sociedade burguesa e a questão da exploração do proletariado para acumulação do capital construindo a base teórica para esse estudo, assim como também contribui nas análises sobre política e dominação do Estado dentro da sociedade que evidencia as contradições das dimensões política, econômica e social que vivemos até os dias de hoje.

No texto “A Questão Social nas obras de Marx e Engels” (2010, p. 87) de Castelo, vemos o processo do capitalismo que por meio do trabalho e do salário produz a exploração do trabalhador gerando desigualdade e pobreza. Segundo o autor, “as ideologias dominantes, em versões laicas e religiosas, proferiram o caráter eterno e a-histórico das desigualdades sociais visando garantir e legitimar a ordem estabelecida pelas classes exploradoras”. Podemos observar nos apontamos de Castelo (2010) que não há relatos sobre a questão social nas

sociedades primitivas e, somente a partir do Renascimento escritos de cunho humanistas começam a denunciar as desigualdades vividas no feudalismo que eram vistas como naturais.

Nesses trilhos, a sociedade capitalista produz riqueza e pobreza e, portanto, desigualdades sociais causando transformações e rupturas na sociedade. Outro fator importante de acordo com Castelo (2010) foi a Revolução Francesa que tinha por objetivo a sociedade com princípios fundantes na liberdade, igualdade e fraternidade, ou seja, com preocupações humanísticas que tinha sido devastado pela revolução industrial em que os Ingleses viviam. Dessa forma, a classe trabalhadora a partir da Revolução Francesa busca um despertar para revolução dos seus direitos, assim Castelo (2010) “O dito humanismo das classes dominantes surge como uma constante na história da luta de classes no capitalismo, sempre que aquelas veem ameaçados os seus interesses” (CASTELO, 2010, p. 89). De fato, com o movimento cartista³ os trabalhadores motivados por melhores condições de trabalho através de protestos conquistam vários direitos importantes, porém sabemos que a classe dominante ainda permeia no poder desde os séculos passados até na atualidade.

Diante desse quadro, sabemos que a questão social pelos donos de fábricas e principalmente pelo Estado eram deixadas de lado. Vinculada a essa concepção Castelo (2010) postula que “As péssimas condições de vida da classe trabalhadora só passaram a ser percebidas pela burguesia e seu comitê executivo quando a luta operária ganhou força e expressão na arena política, com os sindicatos e partidos políticos proletários”, pois o pauperismo era o problema escondido na formação da sociedade política e através das lutas começaram também as repressões (CASTELO, 2010, p. 90). Na verdade, estamos diante de uma sociedade de interesses em que a demanda capitalista oferece a dominação dos ganhos econômicos e direitos à cidadania. Na história social sabemos que as classes dominantes e o Estado extinguiram muitas leis que beneficiam os pobres, porém o problema continuava como uma saga ideológica de condições miseráveis e exploráveis pelo capitalismo voraz humano.

Castelo (2010) também descreve a importância de Engels, que investigou as condições de vida dos operários ingleses, o mesmo foi considerado um pesquisador social sobre a

³ Conforme o dicionário do Pensamento Marxista: **aristocracia operária** A expressão aristocracia operária, como observa Hobsbawm (1964) “parece ter sido usada desde meados do século XIX, pelo menos, para descrever certas camadas superiores da classe trabalhadora”. Marx e Engels, em uma de suas resenhas políticas publicadas na *Neue Rheinische Zeitung Politisch-ökonomische Revue* (outubro de 1850), observaram que o **movimento cartista** se cindira em duas facções, uma revolucionária, à qual “pertence a massa dos trabalhadores que vivem em condições proletárias reais”, e outra reformista, que abrangia “os membros da pequena burguesia e da aristocracia operária”. Subsequentemente, Lenin também associou o reformismo no movimento dos trabalhadores com a aristocracia operária. Em particular, nos textos que escreveu durante a Primeira Guerra Mundial, argumentou que “certas camadas da classe trabalhadora (a burocracia do movimento operário e a aristocracia operária...), bem como os simpatizantes pequeno-burgueses do movimento.

exploração na indústria, a alienação capitalista e o desprezo do Estado que postulava alternativas para melhorar a vida dos trabalhadores. Juntamente com Engels temos Marx que determinou a questão social de forma esplêndida através da sociedade Inglesa que a partir da pobreza e seus problemas definia as condições do capital e da exploração que configurava o capitalismo.

Conforme mencionado Marx definia as categorias egoístas identificadas naquela época pela sociedade privada e estatal em que por Castelo (2010) descreve que “o combate à pobreza das massas populares era, assim, reduzido a questões assistencialistas e administrativas, passando ao largo da raiz do problema – a propriedade privada e a produção da mais-valia” (CASTELO, 2010, p. 91). Desse modo, desencadeando uma sociedade com falta de vontade política e educação de qualidade, misérias, explorações, problemas sociais que pediam e pedem a todo momento uma revolução estrutural das classes trabalhadoras.

Nesse contexto, Castelo (2010) postula que após a Revolução da Primavera dos Povos⁴ que tinha por objetivo diminuir a crise econômica e a vida precária, modificar o sistema vigente do capitalismo com outro que colocasse como primordial a questão social em que Marx escreveu textos que posteriormente seria “O Capital” com conteúdo que abordam a exploração, trabalho, a pobreza e acumulação do capital já mencionado nesta pesquisa. Esse fato é reforçado por Castelo (2010, p. 93) ao afirmar que “o estudo mais sistemático da economia política e a formulação da sua crítica com base no método dialético e na perspectiva socialista da classe trabalhadora, elevou a teoria marxiana a um novo patamar, que agora prescindia de termos vagos e indefinidos como a “questão social”. Por costume a sociedade capitalista rejeita essa metodologia dialética socialista pois coloca em jogo a acumulação do capital tão valorizada e pregada no mundo contemporâneo.

Deve-se pontuar que apesar de toda rejeição dos princípios socialistas, a problemática da questão social derivou estudos e obras sobre a economia que abordavam temas como “a exploração do trabalho assalariado pelo capital e as lutas dos trabalhadores contra as relações

⁴ De acordo com o dicionário do pensamento Marxista: Engels chegou a descrever a **revolução da primavera** de Paris como “sem sombra de dúvida o filho intelectual da Internacional, embora esta não houvesse movido um dedo sequer para levá-la a efeito” (Carta de Engels a Sorge, 12-17 de setembro de 1874). Os partidários franceses da Internacional, principalmente os adeptos de Proudhon, desempenharam um papel importante na Comuna e a Conselho Geral organizou uma campanha de solidariedade internacional. Marx garantiu o endosso de sua justificação histórica apaixonada da Comuna. “A Guerra Civil na França”, pela maioria do Conselho Geral, em cujo nome foi publicada como um comunicado. A experiência da Comuna bem como o desenvolvimento da luta pelo direito de voto da classe operária, levaram Marx e Engels a atribuir grande ênfase à necessidade de formas efetivas de ação política. Em setembro de 1871, por iniciativa de ambos, a AIT, na Conferência de Londres, manifestou-se oficialmente, pela primeira vez, em favor da “constituição da classe operária num partido político.

sociais de produção capitalista e todas suas formas de exploração, opressão e dominação” (CASTELO, 2010, p. 93).

No texto “Pobreza e Desigualdade Social: Fundamentos Sociais e Históricos” (2018), de Luciene Ferreira Mendes de Carvalho, demonstra a sociedade capitalista contemporânea por meio da produção do capital e a partir da dialética marxista para entender a desigualdade social. Carvalho (2018, p. 139) “compreende os processos históricos a partir dos modos de produção social, ou seja, da forma como os homens se organizam para produzir os bens necessários à satisfação de suas necessidades, sendo, portanto, o trabalho humano uma categoria central”. Nesse sentido, mesmo a sociedade primitiva vivia um processo histórico de desigualdade e de escravismo e com o passar do tempo na atual conjuntura vivemos o capitalismo que demonstra a acumulação de produção em conforme a autora explica acontece a divisão do trabalho.

“Nesses termos, apenas alguns terão que trabalhar para garantir a sobrevivência de todos e quando esse excedente produzido é apropriado por um determinado grupo de pessoas se diz que surgem as classes” (CARVALHO, 2018, p. 142) Essa exploração humana produz riqueza para os capitalistas e a desigualdade social que escraviza os que são explorados e dentro desse processo o ser humano sente compensado em escravizar. “Nesse sistema, estrutura-se uma nova ordem social, na qual uma minoria das pessoas detém os meios de produção, enquanto a grande maioria possui apenas sua própria força de trabalho” (CARVALHO, 2018, p. 147). A autora reitera que o capitalismo surge da propriedade privada dos meios de produção e da exploração da força de trabalho que gera a acumulação e complementa que na sociedade capitalista o salário é a forma de garantir a sobrevivência.

Dessa forma, podemos afirmar que a Revolução Industrial foi primordial para consolidar o capitalismo, pois nesse período surgiram a produção em massa das indústrias e das invenções tecnológicas que aumentou a exploração dos que trabalhavam em rotinas sem horários definidos e com salários indignos. Segundo Carvalho (2018, p. 151), “à proporção em que cresce essa camada excedente, aumenta o pauperismo, visto que, o acesso aos bens materiais necessários à manutenção da vida é restrito. A produção por mais que seja socialmente produzida é apropriada de forma desigual pelos detentores do capital”.

À medida em que acontece o crescimento econômico também ocorre o aumento da pobreza e, assim, associamos que o crescimento capitalista surge da exploração da classe dominada. Conforme infere a mesma autora, “está posto o fundamento do desenvolvimento capitalista, qual seja: a existência de um vínculo essencial entre a produção de riqueza e a produção de pobreza. Compreende-se que a reprodução da pobreza é fundamental para o avanço do sistema” (CARVALHO, 2018, p. 151). Temos, portanto, uma pequena parcela que detém o

capital acumulado e uma massa enorme que produz esse capital, porém não usufrui dessa riqueza. É evidente que o capital constitui a riqueza e gera a pobreza logo a desigualdade social.

Considerando esse contexto de produção do trabalho, temos as relações sociais que dividem a sociedade em classes e a mesmo originam o Estado que legitima e dita as regras que definem as primeiras formas de poder político que exclui uma parte da sociedade a participar e definir as leis e direitos. Conforme Carvalho (2018, p. 143-144) “o Estado erige-se no centro do conflito de classes para mediar seus contrastes, exercendo a sujeição de uma parte da sociedade sobre a outra. O Estado firma-se então enquanto expressão da dominação de uma classe”.

Vinculada a essa concepção, Sonia Mendonça (2019, p. 101) afirma que “nas sociedades contemporâneas, o Estado contribui de forma determinante para a produção e reprodução dos instrumentos simbólicos de construção da realidade social”. Assim, o Estado é a junção da sociedade civil e sociedade política que, nas palavras de Mendonça (2019, p. 101) constitui uma “imposição uniforme de todo tipo de constrangimentos, físicos e mentais, ao conjunto dos agentes sociais. Ao mesmo tempo, impõe/inculca os princípios de classificação fundamentais, segundo o sexo, a idade ou a “competência”, que fundamentam, pela polarização entre “eleitos” e “eliminados”, as diferenças sociais mais perenes. Dessa forma, fica evidente que o Estado precisa atentar e fomentar políticas públicas para diminuir a exclusão social, econômica e educacional, pelo menos no plano teórico.

Nessa perspectiva, Antonio Gramsci contribui na vertente marxista sobre as classes sociais e sobre o conceito de Estado e poder hegemônico no sistema capitalista contemporâneo. Mendonça e Fontes (2012, p. 62) destacam que a fundamentação teórica gramsciana “ultrapassa as dicotomias vontade versus imposição, sujeito versus sociedade e base versus superestrutura por meio de uma análise cuja ênfase é histórica, tanto no sentido da construção das formas de intervenção social das classes, dos grupos e das frações de classe”. Esses conflitos e tensões podem ser observados na atual conjuntura estatal em que os mais vulneráveis economicamente estão sem acesso aos vários bens de serviço. Aceitando-se essa premissa, é preciso considerar que o Estado é o poder que conceitua e organiza a sociedade passando a ser a única verdade a ser seguida, gerando identidades desiguais.

Para Sonia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes (2012, p. 62), o conceito de Estado na visão de Gramsci integra a sociedade civil e sociedade política em permanente interação e apontam que “o conceito de Estado ampliado permite identificar a íntima correlação entre as formas de organização das vontades (singulares e coletivas), a ação (imediate ou mediata) e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica.

Outro fator que merece ênfase, segundo Mendonça (2019, p. 101), é o papel social do Estado que “instaura não só categorias de pensamento comuns, como os quadros sociais da percepção, do entendimento ou da memória”. O Estado “cria condições para uma espécie de orquestração genérica do *habitus*, garantindo simultaneamente referências e objetivos comuns” (MENDONÇA, 2019, p. 101), visto que detém o poder que tanto proíbe como permite ou determina os direitos do próprio processo social, no qual o imperativo soberano que reina é o da classe dominante que impõe o seu poder hegemônico à classe dominada.

Vale dizer, que em sua literatura Marx destaca as condições de produções do ser humano e explica com exatidão a sociedade de classes e seus fatores econômicos que definem a sociedade e que a ditadura do capital vem limitando cada vez mais os indivíduos a conseguirem sua emancipação, tornando-os alienados ao modo de produção capitalista. A classe trabalhadora para sobreviver se submete à exploração do capital e, portanto, às determinações do Estado que oprime e que delega as condições que o ser humano deve viver e a quais atividades econômicas, sociais e culturais terão acesso. É importante notar que, de acordo com Marx, a quantidade e o tempo do trabalho que produz o valor em desequilíbrio com salário, também define as classes.

Lembremo-nos, todavia, de que as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias. Nesse contexto, Marx (2013, p. 105) esclarece que “partimos do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para seguir as pegadas do valor que nelas se esconde. Temos, agora, de retornar a essa forma de manifestação do valor”.

Em consenso com o raciocínio anterior, torna-se importante reafirmar que o trabalho está ligado às atividades produtivas que determinam o valor independente da condição social e tempo que foi executado esse trabalho em sua produção. Marx (2013, p. 122) postula que “por fim, tão logo os homens trabalham uns para os outros de algum modo, seu trabalho também assume uma forma social”. Portanto, para o capitalismo interessa que o trabalho seja executado de maneira rápida e com qualidade para que gere valor, porém os que produzem esse valor não são beneficiados.

De acordo com Marx (2013, p. 154), o preço do trabalho “não é a diminuição no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população operária que torna excessivo o capital, mas, por outro lado, é o aumento do capital que torna insuficiente a força de trabalho explorável”. Em outros termos, na exploração de trabalho acontece o acúmulo de

capital para os donos dos meios de produção, ao passo que os operários/trabalhadores recebem uma parcela mínima para a sobrevivência. Marx (2013) argumenta que:

A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa “lei natural da população”, resulta simplesmente nisto: a relação entre capital, acumulação e taxa salarial não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e trabalho adicional, requerido para pôr em movimento o capital adicional (MARX, 2013, p. 455).

É importante notar que segundo Marx (2013, p. 455) o capital surge a partir do trabalho não pago aos serviços prestados pelos trabalhadores (mais-valia) e que é acumulado sua reprodução pela classe capitalista de maneira ampliada, de tal modo que gera um processo cíclico cada vez mais trabalho e mais salários baixos “num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador [...] na produção capitalista ele o é pelo produto de suas próprias mãos”. A vista disso, o conjunto de trabalhos privados desencadeia o trabalho social e essa produção desenvolve as classes sociais.

Pontuamos que Marx (2013, p. 345) em “O Capital: Crítica da Economia Política” expressa a sua preocupação com a jornada de trabalho, o trabalho infantil e privação da escola, bem como na exploração intensiva que “ampliada da força de trabalho em todas as outras esferas da produção, permite empregar de modo improdutivo uma parte cada vez maior da classe trabalhadora e, desse modo, reproduzir massivamente os antigos escravos domésticos”.

Dessa forma, constatamos que o sistema de produção capitalista constitui “um meio de reproduzir como capital o valor adiantado, isto é, como valor que se valoriza. Por conseguinte, a máscara econômica do capitalista só se adere a um homem pelo fato de que seu dinheiro funciona continuamente como capital” (MARX, 2013, p. 423). Desse modo, o capitalismo é o acúmulo do capital que gira a “roda da economia”, concentrado nas mãos de uma pequena parcela da população. Em contraposição, aqueles que vendem a sua força de trabalho nem sempre conseguem assegurar a sua alimentação, moradia e educação.

Essa expropriação das massas populares nos conduz à reflexão de diferentes contextos históricos. Marx (2013, p. 541) ao se ocupar da análise da economia escravista evidencia o aumento da massa de miseráveis submetidos à “opressão, servidão, degeneração, exploração, mas também, aponta a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção no contexto capitalista”. Assim sendo, o sistema econômico capitalista por si só “produz com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação”. De acordo com Marx (2013), a desigualdade social causada pela divisão de classes, é observada entre classes dominantes, que para deter o domínio estabelece as relações de poder sobre as classes dominadas, em um processo cíclico.

Examinando as relações socioeconômicas da sociedade contemporânea, Coutinho (1999) afirma que os direitos sociais dispostos na legislação elaborada pelo Estado somente foram estabelecidos por meio de muita luta das classes subalternas. *A priori*, vale ressaltar que para que os direitos sociais sejam assegurados, mais uma vez se faz necessária “a intensificação das lutas pela realização da cidadania, o estabelecimento de correlações de força favoráveis aos segmentos sociais efetivamente empenhados nessa realização” (COUTINHO, 1999, p. 51).

Dentro desse raciocínio, esclarecemos que o capitalismo desenvolve essa orientação econômica pautada na produção e na exploração do homem em um contexto ontológico em que o indivíduo que produz não usufrui daquele bem ou quando chega a usufruir é uma parcela irrisória. Esse sistema suprime cada vez mais os direitos das classes, em que a classe dominante impõe suas leis e defesa de seus interesses mediante a ação do Estado. Em vista das referências estudadas, podemos dizer que a busca do direito é uma tarefa social para desenvolvimento ontológico do ser humano sendo uma realidade necessária ao reconhecimento econômico e social para a concretização e efetivação dos direitos das classes subalternas.

2.3 Reprodução Capitalista no Âmbito Educacional

A educação é um importante fator na sociedade, pois desempenha um papel fundamental na vida dos indivíduos para a busca da autonomia e emancipação, por isso é necessário evidenciar as contribuições de Antonio Gramsci em sua leitura da sociedade capitalista caracterizado pelas relações de poder nos processos histórico, social, econômico, cultural e educacional. Em sua vasta obra, Gramsci nos disponibiliza uma visão democrática da educação, fundamentada em olhar crítico e questionador das práticas escolares, pois para ele era necessária uma mudança substancial em sua organização com vistas a oferecer às classes subalternas um processo de escolarização consistente.

Recorremos aos escritos de Antônio Tavares de Jesus – “O Pensamento e a Prática Escolar de Gramsci” (2005) –, que destaca que a primeira aprendizagem de Gramsci ocorreu dentro de sua casa em que sua mãe o acompanhava em seus deveres quando morava em Sardenha. Lembra que a sua formação escolar ocorreu em atraso, pois tentava superar as dificuldades econômicas e sociais, além do que as escolas de seu tempo eram restritivas e precárias. Jesus (2005) aponta que naquela época, tal como hoje, a escola era um privilégio às classes dominantes e na concepção gramsciana o não saber representava uma violência para o indivíduo.

Para que possamos entender a questão da educação em Gramsci precisamos ter claro que a sua orientação tomou a fundamentação teórica de Karl Marx e Friedrich Engels na

perspectiva de compreender o processo de formação integral do homem, ou o processo de formação do homem integral. Cabe destacar que Marx e Engels não se ocuparam de uma análise aprofundada do campo educacional. As abordagens aparecem em inúmeros fragmentos no corpo da vasta obra marxiana. Apesar de sua não centralidade a educação no interior dos escritos de Marx e Engels está diretamente associada ao trabalho, na medida em que aponta para a formação omnilateral⁵ do indivíduo, visto que o fazer produz práticas pragmáticas para construção do conhecimento para a constituição do homem completo, ou seja, a concretização do saber teleológico.

Na concepção de Marx (2013), o trabalho tecnológico não pode substituir o trabalho intelectual, pois os dois devem andar juntos. O sistema capitalista e a pedagogia do homem e do trabalho – por meio do materialismo dialético – nos possibilita podemos estudar e compreender tal relação, considerando sempre a divisão e luta de classes acerca de uma formação meramente técnica (manual) ou intelectual e social do indivíduo (MARX, 2013). Nessa direção, Jesus (2005) afirma que Gramsci explicita que para que o processo educativo aconteça deve estar associado à história contemporânea e, também, a uma escola desinteressada que não pode contemplar apenas uma parcela da sociedade. Para Gramsci a escola deveria ser para todos sem distinção e para tanto defendia a “Escola Unitária”, ou seja, uma formação humana integral a partir da necessidade da atividade social que reúne a teoria e a prática em que a organização pedagógica é o trabalho para a realização do homem que somente pode acontecer de forma integral mediante a inter-relação entre desenvolvimento intelectual da classe trabalhadora e do trabalho que se realizam e desenvolvem.

Cabe esclarecer que para além da difícil leitura e compreensão dos escritos de Antonio Gramsci buscamos apoio nas interpretações de seus comentadores na perspectiva de sustentar as nossas argumentações acerca da educação. No Caderno 12, de 1932, Gramsci enfatiza que os homens são intelectuais, porém não são todos que executam esse papel na sociedade. Dessa forma, ao longo da história observamos que a função intelectual está na maioria das vezes dentro do grupo dominante, pois tiveram pleno acesso à formação escolar. Gramsci (2004, p. 19) afirma que “a quantidade não pode ser destacada pela qualidade. À mais refinada especialização técnico cultural, não pode deixar de corresponder a maior ampliação possível”.

⁵ Omnilateral: O homem omnilateral não se define pelo que sabe, domina, gosta, conhece, muito menos pelo que possui, mas pela sua ampla abertura e disponibilidade para saber, dominar, gostar, conhecer coisas, pessoas, enfim, realidades – as mais diversas. O homem omnilateral é aquele que se define não propriamente pela riqueza do que o preenche, mas pela riqueza do que lhe falta e se torna absolutamente indispensável e imprescindível para o seu ser: a realidade exterior, natural e social criada pelo trabalho humano como manifestação humana livre.

Assim sendo, a qualidade está ligada à formação e especialização intelectual, bem como na ampliação da cultura no contexto escolar.

Contudo, a realidade das sociedades historicamente não se caracteriza pelo pleno exercício e garantia dos direitos democráticos, pois vale lembrar que as classes subalternas, frequentemente, têm os seus direitos subjugados dentre os quais destacamos o direito de acesso e permanência na escola com ensino de boa qualidade. As proposições gramscianas vão de encontro ao *status quo* capitalista que apontam a necessidade de uma “Escola Unitária”, com vistas a romper com o paradigma de escola de rico para o rico e escola de pobre para pobre. Na conformidade de suas argumentações, Gramsci (2004) infere que a diferente distribuição dos diversos tipos de escola (clássicas e profissionais) no território “econômico” e as diferentes aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diferentes ramos de especialização intelectual. Assim, a economia de um Estado designa a especialização escolar que vai sendo produzida dentro dos grupos sociais e mediada dentro da sociedade.

É imperioso ressaltar o papel hegemônico do Estado que juntamente com o grupo dominante comanda as atividades de produção social, cultural e escolar. Em consenso com Gramsci (2004) o “aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo”. Assim, vemos a organização e a direção social que designam os empregos que cada classe vai desempenhar e quais bens e serviços vão ter acesso a partir de sua produção e de sua renda como podemos observar em Gramsci (2004, p. 22): “foram elaboradas, pelo sistema social democrático-burocrático, imponentes massas, nem todas justificadas pelas necessidades sociais da produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante”. Desse modo, vemos a justificação das rendas econômicas das famílias em que a massa da população tem o acesso ou o não acesso à qualificação escolar e profissional desencadeando uma concorrência desleal dentro da sociedade.

Em consenso com o raciocínio gramsciano é importante mencionar que apresenta e dialoga com a influência de Karl Marx que evidencia o cenário cultural e educacional. Gramsci (2004) enfatiza uma escola igualitária e que através do trabalho intelectual o indivíduo adquire conhecimento e esse é objeto de transformação da sociedade. E a partir da crítica marxista encontramos em Gramsci conceitos que designam o papel da escola no capitalismo contemporâneo. Na concepção do intelectual sardo para conseguir aprovação social é

necessário ter uma batalha intelectual e assim a escola é papel central responsável por disseminar a cultura e conhecimento para o indivíduo. É imperioso reafirmar que Gramsci (2004) reformula o conceito marxista quando designa o Estado como aparelho de controle social que permite manter sua hegemonia e designar as condutas sociais.

Em verdade a hegemonia estatal implica vários problemas existentes na educação que mantém seu poder de dominação para que o processo ideológico capitalista de exploração continue acontecendo. Não podemos deixar de observar Marx (2018) que descreve o processo das classes sociais e sua configuração no capitalismo através do trabalho. E que Marx (2018) e Gramsci (2004) se ocupam da análise sobre a satisfação das necessidades das classes subalternas que ganha significação e materialidade dentro da produção do trabalho. Marx enfatiza o trabalho fabril e uma educação mais humanizada e Gramsci destaca o intelectual como processo de constituição de identidade que é necessário nas relações sociais a partir de um processo de ensino e aprendizagem mediado pela transformação do ser humano.

O processo hegemônico é a dominação a partir de um determinado grupo nas esferas políticas e econômicas que através da persuasão convencem a sociedade de como devem agir e em estar satisfeitos com determinados problemas sociais, ao passo que quando esse processo não acomete o indivíduo, mas quando tem acesso ao conhecimento há espaço para a busca revolucionária de sua emancipação na sociedade. Dentro dessa premissa, Gramsci destaca no Caderno 22, que desde o Império Romano se reproduz um monopólio na função do desenvolvimento dos intelectuais, ao passo que todos os cidadãos serem “intelectuais” nunca foi permitido na sociedade pelo motivo particular de que o conhecimento leva ao questionamento das estruturas sociais, especialmente na sociedade de classes.

Na obra “O Princípio Educativo em Gramsci: Americanismo e Conformismo”, de Mario Alighiero Manacorda, na apresentação do livro construída por Marcos Francisco Martins, descreve alguns pontos importantes e destaca a educação na perspectiva gramsciana evidenciando o materialismo histórico-dialético em que observa o contexto de produção e reprodução capitalista, com ênfase na teoria do capital humano que deleita a gestão do capital e do trabalho; sendo necessário estudar as relações sociais e principalmente a educação, pois essa relação pedagógica dá ênfase à hegemonia e sua politização. Manacorda (2019, p. 12) destaca que “nenhuma batalha pedagógica pode ser separada da batalha política e social”. Assim percebemos que o princípio educativo desenvolve a metodologia da relação social e educacional que é necessária para formar uma nova civilização.

Diante desse quadro, é necessário evidenciar o contexto do americanismo que Manacorda define como o industrialismo em que o trabalho humano é a centralidade para

chegar ao princípio educativo. O autor em seus estudos sobre Gramsci destaca que “articulando-se, seja como interesse educativo imediato no nível individual ou ‘molecular’, seja como luta política pela organização da cultura de massa” a escola é uma obrigação essencial para entender as questões sociais e políticas (MANACORDA, 2019, p. 21). Nesse sentido, argumenta que:

Não trata diretamente da escola, mas encontra-se aí toda uma deploração amarga contra os privilégios e as diferenças sociais, contra o instinto de violência que impulsiona os “humanos”, exibindo apenas um verniz de civilização, a devorarem-se uns aos outros, ao invés de unirem-se “para lutar contra a natureza e torná-la cada vez mais útil para as necessidades dos homens” (MANACORDA, 2019, p. 24).

É importante apontar que há dentro da sociedade a escola pública e a privada. Nessa perspectiva, o ensino público é mantido e desenvolve práticas conduzidas pelo o Estado, já a privada permeia através do capital que demonstra um ensino com mais qualidade e recursos materiais. Segundo Manacorda (2019, p. 113), em Gramsci a “distinção entre ditadura e hegemonia, entre o Estado como uma sociedade política e o Estado como equilíbrio entre a sociedade política e a sociedade civil e suas organizações privadas, que nos dá a chave para entender, sem escândalos, o significado não puramente coercitivo da ‘coerção’”. Assim faz-se necessário que os homens unam forças para buscar um ensino efetivo e de qualidade em todas as instâncias da educação.

Manacorda (2019, p. 31) conceitua que em Gramsci temos “por meio da organização – de uma cultura capaz de intervir no desenvolvimento político e econômico. É dessa raiz que nasce seu discurso, rico e contraditório, sobre a escola e as outras instituições educativas existentes e, acima de tudo, a denúncia apaixonada de seu caráter” e, em seu discurso, Gramsci diagnosticou a escola e a cultura como um privilégio, pois o Estado produz a educação que lhe compraz, da forma que acredita que é a certa e que o monopólio escolar que delega é realizado de forma consciente.

No livro “A Escola de Gramsci” (2017), Paolo Nosella apresenta os contextos da 1ª Guerra Mundial em que coloca o intelectual sardo como um revolucionário ante à ascensão do fascismo. Gramsci evidencia a capacidade individual de cada ser humano que quando está na escola e possui oportunidades iguais, produz-se uma educação de qualidade. De acordo com Nosella (2017), fica evidente que Gramsci descreve sua experiência escolar e a diferença entre a burguesia e a classe operária. O autor enfatiza as cartas escritas no cárcere sobre a questão educacional e sua preocupação com a educação dos filhos e dos sobrinhos. Fica evidente que Gramsci traz à tona as dificuldades vividas na realidade social da Itália e que o contexto histórico em que ele viveu o influenciou e ensinou.

Manacorda (2019, p. 37) a preocupação de Gramsci para “formar homens ‘completos’, a busca de uma relação positiva entre a educação e a instrução, entre a escola humanística” com

vistas a valorizar o ato de pensar e não de oprimir ou constranger aqueles que não tiveram a oportunidade de ter um ensino de qualidade. A instrução deve ser uma necessidade suprida aos indivíduos, pois é através dela que vemos cidadãos que lutam para ter seus direitos efetivados.

Essa luta no seio da sociedade para história da formação de uma classe comprometida com o ideal da construção de “uma nova consciência sob uma perspectiva real de autonomia, mais ainda, de uma hegemonia proletária na atividade cultural. Gramsci tornou mais preciso seu pensamento, coordenando suas fontes antinômicas” (MANACORDA, 2019, p. 44-45). Portanto, na concepção de Gramsci, a possibilidade de um ensino democrático universal de qualidade. No entanto, chama a atenção para o poder hegemônico da burguesia em sua interveniência na oferta pelo Estado de uma educação para a transformação intelectual de todos.

Manacorda (2019, p. 49) reforça essa argumentação ao dizer que “as massas populares elaborarão por si mesmas a sua cultura, consciente ou inconscientemente. Elas possuem suas próprias ideias, criadas por sua condição social, tão diferente da situação da classe dominante e dos intelectuais que foram até agora os criadores de cultura”. Ao que podemos afirmar que somente quando tivermos uma escola completa será possível alcançar todos os seres humanos. Assim como Manacorda, Paolo Nosella (2017) constata que a escola deve ser humanista, que forme consciência de cidadã para que o indivíduo que tenha liberdade de escolha dentro das possibilidades e que não seja uma escola mecânica para a formação exclusivamente técnica (manual). Manacorda (2019, p. 60-61) aponta que “a exigência de ordem intelectual e moral, a organização da cultura, o partido como um intelectual coletivo, sua função de hegemonia, feita de direção mais consenso, a definição de uma nova escola unitária, cujo princípio pedagógico”. É necessário que o Estado equilibre uma sociedade pautada na cultura pedagógica e ofereça no ensino público materiais e métodos que formam o ser humano em sua integralidade independente de sua realidade ou classe social.

Em seus estudos sobre Gramsci, Manacorda (2019) reafirma que nas cartas enviadas para a sua mulher, o revolucionário italiano considerava o Estado como o equilíbrio da sociedade civil e sociedade política. Destaca a necessidade do equilíbrio entre coerção e espontaneidade, que está buscando e que parece aflorar no conceito de responsabilidade. Quando trata da educação num plano mais amplo, pensa em uma hegemonia exercida não com utilização de instrumentos para a repressão. A hegemonia burguesa é executada muitas vezes como forma de coagir e desenvolver o medo para não buscar ou cobrar um ensino de qualidade para que não aconteça um desenvolvimento ontológico.

Manacorda (2019) afirma que tanto Marx quanto Gramsci consideram que a instrução tem por centralidade enfatizar a formação do homem omnilateral e que o trabalho é

indispensável para a sua subsistência, portanto, indispensável para o ser ontológico. Dentro de uma perspectiva biográfica, Manacorda (2019, p. 119) relata as dificuldades econômicas vividas por Gramsci e sua família na Sardenha, que viviam em dificuldades econômicas e, nessa direção, argumenta que “o problema de uma escola discriminatória, que não se justifica nem mesmo pelo pretexto ou a ideia de desenvolver precocemente as atitudes presumidas dos estudantes, mas simplesmente como perpetuação das discriminações sociais”. Assim o poder hegemônico da classe dominante amparado pelo Estado controla os sistemas social e educacional, exercendo a direção, controle e domínio que afeta e prejudica as classes subalternas.

Nosella (2017) infere que para Gramsci a escola ensina a luta da transformação social por meio da cultura e da educação para debater a história e a política. O autor destaca que “um Estado que sempre criou escolas de cultura humanista para os ricos e uma outra escola pobre para os filhos dos trabalhadores, apela agora de repente para uma renovação da escola do trabalho” (NOSELLA, 2017, p. 57). O autor evidencia que o objetivo de Gramsci era o amor pela igualdade escolar e uma condição de qualidade para os indivíduos estudarem não só no ensino básico, mas também no ensino superior. Para ele, a cultura geral não importa ao Estado.

Gramsci viveu num contexto caracterizado pela intensificação da industrialização e se debruçou na análise de suas relações e particularidades. Nesse sentido, Nosella (2017, p. 64) aponta que “à luz dos diferentes modelos humanos, Gramsci sintetiza no ideal da escola moderna para o proletariado as características da liberdade e livre iniciativa individual com as habilidades necessárias”. Contexto em que reforça o processo pedagógico transformador da educação e do conhecimento, necessário para os estudantes que naquela época eram filhos de operários. O ser humano não pode desistir de tornar-se melhor, sempre adquirir conhecimento para ser protagonista e atuante em suas ações, pensamentos, escolhas e para lutar por seus direitos (NOSELLA, 2017).

Nosella (2017, p. 96) descreve que os princípios gramscianos evidenciam os problemas econômicos e também “uma organização hierárquico-cultural para que se forme uma grande escola nacional, através da qual os trabalhadores de todos os níveis e regiões possam ser alcançados: é necessário promover o formar-se de hierarquias de cultura”, pois constata que a experiência escolar e de vida ocorre de forma diferente no proletariado em comparação com a burguesia. “Para a burguesia o jovem burguês, antes que tenha praticamente vivido e lutado, é pela escola saturado do espírito de sua classe, é moldado, forjado de forma que se estreie na vida social e nas suas experiências já formado e pronto para a luta” (NOSELLA, 2017, p. 134). Assim podemos observar que o proletariado vive e luta e carrega suas experiências antes mesmo

de estar no ambiente escolar, no qual precisa construir suas aprendizagens e, muitas vezes, tomar consciência sobre as suas dificuldades econômicas e sociais.

Marx (2018), em seu tempo, descreve que a economia designa e representa o perfil da sociedade, na qual há uma superestrutura que domina dialeticamente uma classe sobre a outra. Então podemos contemplar através dos séculos passados a explicação da vida econômica em sociedade que a partir do modo de produção capitalista fundamentado na exploração do trabalho reflete a vida social. Nessa perspectiva, é necessário recorrer ao materialismo histórico para entender a importância da consciência para promover a ação na realidade.

Em suma, a ontologia marxista do ser social e as desigualdades sociais e econômicas no capitalismo contemporâneo, delimitou em referenciar uma análise exploratória do marxismo no que tange ao método histórico-dialético e sua formação social das classes por meio das forças produtivas do trabalho que desenvolve a explicação ontológica do ser enquanto ser social, pois sabemos o trabalho que os indivíduos são integrados na sociedade e o mesmo designa o capital de cada indivíduo e de sua família.

3 AS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS E AS RELAÇÕES DE PODER: O ACESSO AOS RECURSOS TECNOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM TEMPOS PANDÊMICOS DA COVID-19

A relação entre desigualdade social e a precarização do direito de acesso à educação, contextualiza o ambiente histórico e ético-filosófico em que essa relação se coloca como problema. É preponderante desvendar conceitualmente a desigualdade social contemplada no capitalismo contemporâneo, bem como discutir as condições e possibilidades dos sujeitos movidos e constituídos pelo momento histórico na perspectiva social e ética do contexto educacional em tempos de pandemia. No primeiro caso como problema, temos sujeitos ativos que vivem condições materiais que são o resultado da atividade passada e transformada pela atividade presente para a sobrevivência. Essas premissas podem ser observadas de modo empírico em nossa sociedade. No segundo caso, os sujeitos que produzem o conhecimento fazem parte das classes sociais e vivem momentos históricos que desencadeiam as realidades sociais e necessidades humanas.

A pandemia da Covid-19 trouxe à superfície a necessidade de professores e professoras se reinventarem para ministrar aulas. Repentinamente, os docentes se viram obrigados a adotar as tecnologias digitais – microcomputador, *notebooks*, *tablets*, telefones celulares, internet, redes sociais, aplicativos etc. – para desenvolver as suas atividades profissionais de forma remota diante do contexto de isolamento físico causado pela crise pandêmica da Covid-19. A acelerada propagação do vírus Sars-Cov 19 provocou negativos impactos econômicos, sociais, políticos e culturais para toda a humanidade. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2020), considerando os marcadores sociais de raça, classe e gênero é possível constatar o aprofundamento da vulnerabilidade das classes subalternas.

Nesta seção realizamos uma abordagem do contexto histórico em tempos de pandemia, na medida em que entendemos que pode sintetizar elementos estruturais que representam a realidade educacional para as classes subalternas, que já existia há muito tempo de forma velada.

3.1 Historicidade das Desigualdades Educacionais

Na obra “História da História da Educação no Brasil: Um Balanço Prévio e Necessário” (2008), Dermeval Saviani ressalta como a educação era suprimida dos escravos e mesmo com o fim do regime escravista, os resquícios da ordem anterior influenciavam o tipo de educação ofertada, de modo que diferentes modelos foram vividos ao longo dos tempos,

perpassando a figura do Estado como principal organizador. Na Idade Média, segundo o autor, a Igreja Católica desempenhou papel decisivo na educação e com o advento da Revolução Industrial no século XVIII. Conforme consta abaixo:

Modo de produção capitalista provocou decisivas mudanças na própria educação confessional e colocou em posição central o protagonismo do Estado, forjando a ideia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, cujas tentativas de realização passaram pelas mais diversas vicissitudes” (SAVIANI, 2008, p. 149).

Desse modo, percebemos que a educação foi conduzida por metodologias que não buscavam a qualidade e igualdade como princípio norteador, pois ainda que se engendrasses a ideia de uma escola pública, o acesso a tal educação não se dava para todos, sendo as classes subalternizadas e os escravos excluídos, haja vista que o “todos” era uma categoria que somente incluía classes proprietárias e suas adjacentes. Nesses trilhos, a Reforma Pombalina⁶ teve um papel fundamental na proposição de transformações substanciais em sua organização em Portugal e no Brasil. De acordo com Flávio Santos (2018, p. 24), o século XVIII expressa em Portugal uma “contradição entre a fundamentação religiosa católica e a visão racionalista assentada na lógica; entre o desejo por transformações e a preservação das tradições do passado; entre a defesa da fé cristã e desenvolvimento científico orientado pela fundamentação iluminista”. Santos (2018) complementa que:

O despotismo esclarecido português submeteu as instituições sociais e políticas ao poder central; extinguiu os privilégios de nascimento da nobreza e, em contrapartida exaltou a importância dos agentes da indústria e do comércio para a economia portuguesa; estabeleceu a política dos diretórios, cujo objetivo foi retirar as populações indígenas do controle dos jesuítas (1757), expulsos de todas as terras portuguesas em 1759 (SANTOS, 2018, p. 26).

A Reforma do Marquês de Pombal regulamentou as escolas primárias, secundárias e superiores no âmbito público e privado e nas esferas municipal, estadual e federal. Contudo, apesar das mudanças, Saviani (2008, p. 150) argumenta que “as instituições escolares no Brasil constituíram um fenômeno restrito a pequenos grupos. Foi somente a partir da década de 1930 que se deu um crescimento acelerado, emergindo, nos dois últimos períodos, a escola de massa”, ou seja, 171 anos após a citada Reforma iniciada em Portugal é que o modelo educacional no Brasil começa a abarcar públicos mais amplos. Com base nessa percepção, é

⁶ A política educacional como outra qualquer de Pombal era lógica, prática e centrada nas relações econômicas anglo-portuguesa. A reforma educacional pombalina culminou com a expulsão dos jesuítas precisamente das colônias portuguesas, tirando o comando da educação das mãos destes e passando para as mãos do Estado. Os objetivos que conduziram a administração pombalina a tal reforma, foram assim, um imperativo da própria circunstância histórica. Extintos os colégios jesuítas, o governo não poderia deixar de suprir a enorme lacuna que se abria na vida educacional tanto portuguesa como de suas colônias (SECO; AMARAL, 2006, p. 5).

possível constatar que, historicamente, a educação para a massa populacional tem sido esquecida e principalmente negada para a maior parte da sociedade.

A historiografia contextualiza fatos importantes sobre a educação que sofre consequências de um passado desigual e com práticas e relações de poder estratificadas. Nesse sentido, buscamos historicizar a educação no contexto da pandemia da Covid-19 em que boa parte dos alunos pertencentes às classes subalternas não tiveram acesso às aulas, pois não dispunham dos materiais necessários para fazê-lo, ou seja, microcomputadores, *notebooks*, *tablets*, celulares, rede de internet etc. Essa realidade educacional faz parte da história brasileira, porém, ocultada pelo processo ideológico de dominação de classes.

Podemos observar como o poder hegemônico da classe dominante atua nesse contexto e determina as relações entre os indivíduos, atravessando a questão da dominação pela força e pelo consenso, criando “monopólios” do conhecimento, fomentando as relações de poder dentro da sociedade transversalmente na expansão e dominação do capitalismo e ações para o acúmulo do capital. Desse modo, quem detém o capital é quem tem as melhores condições socioeconômicas e as classes subalternas têm o acesso restrito, ou nem têm acesso à educação, alimentação, moradia.

Nas palavras de Dubet, (2001) é importante entender que na sociedade capitalista são as desigualdades sociais que estruturam um movimento que necessariamente é contrário. Assim sendo, “as classes e as relações de classes se tornaram o objeto central da sociologia. As classes e as desigualdades de classes são não só aquilo que precisa ser explicado, mas são, sobretudo, o que explica a maior parte das condutas sociais e culturais” (DUBET, 2001, p. 6).

Segundo Karl Marx (2018) a desigualdade social causada pela divisão de classes é observada entre as classes dominantes (burguesia), que para deter o domínio submete as classes dominadas (proletariado), em um processo cíclico. Contudo, Marx (2018) aponta uma solução para a desigualdade social que é a redistribuição dos recursos de forma igualitária. Dubet (2001) reforça essa argumentação ao inferir que:

As relações entre as classes são também consideradas como relações de dominação e as classes sociais vistas como movimentos sociais, como atores coletivos, graças a uma consciência dos conflitos sociais. Assim, as relações de classes explicam, ao mesmo tempo, os modos de consumo, as identidades coletivas e individuais (os *habitus*) e a própria vida política parece estruturada por conflitos de classes e pelas orientações culturais que eles determinam (DUBET, 2001, p. 7).

Portanto, podemos afirmar que embora o Estado fomente a organização educacional, mesmo em diferentes períodos, não conseguiu emplacar políticas públicas efetivas que buscasse uma concepção transformadora e renovadora da educação, de modo que permanecem reiteradas crises no sistema educacional, político e econômico, porque é da própria natureza do

capitalismo. Diante disso, no livro “A Educação para Além do Capital”, de István Mészáros, vemos a educação como libertadora e transformadora dos indivíduos, que devem lutar contra a exploração do capital para que possam superar essa sociedade de opressão a partir dos processos educativos e que esses não sejam apenas para uma parcela da sociedade, mas para toda a sociedade.

Segundo Mészáros (2008, p. 34-35) “os efeitos alienantes e desumanizantes do ‘poder do dinheiro’ e da ‘busca do lucro’, os quais ele deplora, não pode escapar à autoimposta camisa de força das ‘determinações causais’ do capital”. Essa perpetuação da historicidade dentro da educação sob o sistema capitalista faz com que seja necessário romper com a sua lógica e isso só ocorrerá com uma educação ampla, ou seja, uma educação para todos. Aclaramos que é por meio da luta e resistência que o proletariado postula direitos sociais, em especial, os direitos à educação pública, gratuita e de boa qualidade. Mészáros (2008) argumenta que:

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (MÉSZÁROS, 2008, p. 25).

Na apresentação do livro “Educação para Além do Capital”, Ivana Jinkings (2008) descreve que para Mészáros, as práticas educacionais devem ser pautadas em uma sociedade que não explore, pois tem por objetivo a competição e o lucro e, portanto, é preciso que haja humanização. A educação deve ser constituída por transformações políticas, econômicas e sociais e que busque permanência. “Para ele, uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico” (JINKINGS, 2008, p. 12). Na concepção de Mészáros, orientado pela fundamentação marxiana, a sociedade só se modifica a partir da luta de classes e com a educação o ser humano consegue se desvencilhar da alienação do capital e construir uma história de possibilidades além do capital. Mészáros (2008) aponta que Marx afirma que o homem é o produto do contexto histórico e educacional em que está inserido, sendo transformado conforme as oportunidades e circunstâncias oferecidas pelo meio.

Conforme fundamentado por Marx, as modificações causadas pelo capitalismo são consequências das relações de produção na sociedade. As argumentações de Mészáros (2008, p. 24) reafirmam que “na teoria materialista os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens”. Assim sendo, os homens em suas relações sociais, são moldados e condicionados em

suas realidades concretas, que influenciam no modo como pensam e no que fazem. Enfim, são as relações sociais que norteiam os comportamentos individuais e coletivos propagando as possibilidades de integração, interação e acesso à educação.

Carlos Coutinho (1999, p. 50), de sua parte, resgata os direitos educacionais da Revolução Francesa e destaca que “na modernidade, o direito à educação pública e universal, laica e gratuita, o primeiro a ser reconhecido de modo positivo”. No entanto, entendemos que esse direito em nosso país está longe de ser efetivado com qualidade ou até mesmo garantido. Coutinho (1999, p. 51) reitera que “embora a conversão desses direitos sociais em direitos positivos não garante sua plena materialização, é muito importante assegurar seu reconhecimento legal, já que isso facilita a luta para torná-los efetivamente um dever do Estado”.

Nesse sentido, é importante relembrar que a educação é condicionada até os dias de hoje com políticas públicas desiguais. Nessa linha, Mészáros (2008, p. 45) afirma que “é por isso que, também no âmbito educacional, as soluções ‘não podem ser formais; elas devem ser essenciais’. Em outras palavras, eles devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida”. Essas práticas devem buscar emancipação e alternativas capazes de estimular uma educação que rompa com princípios egoístas de uma sociedade historicamente elitista que prima pela sistematização de escolas com privilégios para alguns em detrimento de outros.

Segundo Mészáros (2008, p. 47) “o conhecimento é elemento necessário para transformar em realidade e ideal da emancipação humana, em conjunto com uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem-sucedida, a auto emancipação da humanidade”. Com o conhecimento nos deparamos com obstáculos históricos, políticos, individuais e coletivos, que favorecem apenas uma parte da sociedade. Tendo como pressupostos essas afirmações, de modo particular referenciamos a aprendizagem que é um processo vivido com a família estratificada por classes e depois a inserção dos indivíduos dentro da escola que também é dividida pela lógica do capital.

Na verdade, torna-se tão evidente essa relação na educação tal qual propõe a presente pesquisa quando disserta acerca da educação na pandemia da Covid-19 em que o seu acesso foi restrito ou limitado. A sociedade não estava preparada para acessar a educação mediada pelas tecnologias digitais. A nossa indagação é até quando vamos viver à margem de uma sociedade imediatista sem que haja uma programação fundamentada em organizar os bens de consumo dos “indivíduos que constroem coletivamente todos os bens sociais, toda a riqueza material e cultural e todas as instituições sociais e políticas, mas não são capazes – dada a divisão da

sociedade em classes antagônicas – de se reapropriarem efetivamente desses bens por eles mesmos criados” (COUTINHO, 1999, p. 42), ou seja, embora todos os cidadãos construam juntos a riqueza social, esta é reservada e apropriada para uma parcela específica da sociedade.

Como reflexo dessa situação, é possível apontar que a “cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração” (COUTINHO, 1999, p. 42). O autor ressalta que a noção de cidadania não é moderna, pois desde a Grécia Antiga existem definições sobre a mesma e relacionadas ao conceito de democracia, ambas efetivam os direitos dos cidadãos na vida social.

Salientamos que a cidadania está ligada a direitos individuais e coletivos, que de acordo com Coutinho (1999, p. 44) “são fenômenos sociais, são resultado da História”. Assim verificamos que estes direitos são conduzidos pelas demandas sociais e pelo Estado. O autor acrescenta que “por outro lado, aquilo que hoje quase todos consideram como direitos indiscutíveis (por exemplo, os chamados direitos sociais, como o direito ao trabalho, à saúde, à educação etc.)” (COUTINHO, 1999, p. 44), também respondem à lógica do sistema capitalista relacionada à possibilidade de as classes subalternas conquistarem maior ou menor quantidade de direitos.

Tendo como pressupostos essas afirmações, Aristóteles (apud COUTINHO, 1999) na prática democrática, cidadão era aquele que tinha direitos e deveres e participava das decisões políticas e sociais, porém, Na Antiguidade os direitos não se estendiam aos escravos, mulheres e estrangeiros. Na Medievalidade temos o conceito de direitos naturais que, segundo Coutinho (1999, p. 44) “pertencem aos indivíduos independentemente do *status* que ocupam na sociedade em que vivem – teve um importante papel revolucionário em dado momento da História, na medida em que afirmava a liberdade individual contra as pretensões despóticas do absolutismo”. Na Modernidade a cidadania está ligada aos direitos individuais, coletivos e sociais que a partir do Estado são legalizados e efetivados; “os direitos têm sempre sua primeira expressão sob a forma de expectativas, de direito, ou seja, de demandas que são formuladas, em dado momento histórico determinado, por classes ou grupos sociais” (COUTINHO, 1999, p. 44).

Na interpretação de Marshall (1967) a igualdade humana está relacionada à participação da cidadania. Nesse viés, temos a não participação que através das desigualdades entre as classes sociais e o Estado assume a responsabilidade de conceder os direitos. Essa visão próxima da democracia propõe um afresco histórico no qual os direitos individuais fecundam

os direitos políticos que desembocam nos direitos sociais. Assim, a historicidade demonstra que é o desenvolvimento do capitalismo que incentiva e produz as desigualdades.

Marshall (1967) aponta o processo individualista que ocorre associado a práticas desiguais de acesso dos alunos que frequentam as escolas particulares e aqueles que frequentam as escolas públicas, ou seja, as oportunidades se restringem aqueles que podem pagar por uma educação de boa qualidade. Nesse contexto, constrói-se a dialética do excluído. O autor defende que o Estado deve fomentar práticas de igualdade e acesso para todos e indistintamente, tendo em vista o pleno desenvolvimento do estudante. As práticas de igualdade podem promover a ruptura em direção à emancipação da pessoa humana, bem como para a mudança econômica, social, política e cultural que possibilite o acesso a bens e serviços fundamentais para a manutenção da vida.

Dubet (2001, p. 6) argumenta que “a sociologia da educação e, de maneira geral, todas as sociologias que optam em graus variados por uma visão crítica. Mas, estiveram também presentes num vasto espaço da sociologia funcionalista em que as análises da estratificação e da ordem social se superpõem”. A mesma que desencadeia as desigualdades e conflitos sociais que engendram um modo de regulação política. Dessa forma, complementa o autor que “como as principais desigualdades são oriundas do trabalho, a sociedade salarial organiza a coesão e a integração sociais a partir do trabalho que, ao mesmo tempo, opõe e une os indivíduos” (DUBET, 2001, p. 6). Em consonância com essas afirmações entendemos que os direitos dos cidadãos estão ligados diretamente aos direitos políticos e sociais, mas que nem sempre são efetivados na sociedade.

Nesse sentido, destacamos a reprodução das desigualdades dentro da escola em que uns têm acesso e outros não. “Dessa maneira, a escola acrescenta às desigualdades sociais suas próprias desigualdades. Faz necessário esforços para reduzir esses efeitos de exclusão e uma pedagogia que busque a equidade em todos os âmbitos da sociedade” (DUBET, 2001, p. 13). Nessa direção o autor conclui que:

No final das contas, os alunos mais favorecidos socialmente, que dispõem de maiores recursos para o sucesso, são também privilegiados por um conjunto de mecanismos sutis, próprio do funcionamento da escola, que beneficia os mais beneficiados. Essas estratégias escolares aprofundam as desigualdades e acentuam a exclusão escolar na medida em que mobilizam, junto aos pais, algo que não é só o capital cultural, este entendido como um conjunto de disposições e de capacidades, especialmente linguísticas. Apela a competências muito particulares referentes aos conhecimentos das regras ocultas do sistema (DUBET, 2003, p. 36).

Fica claro como a exclusão vivida socialmente acentua a desigualdade escolar, aprofundada durante o período pandêmico da Covid-19. Ainda que exista um sistema de regulação da sociedade, “a exclusão não é somente um fenômeno sistêmico ‘objetivo’, é

também uma experiência subjetiva da exclusão vivida potencialmente como uma destruição de si, já que cada um é responsável por sua própria educação, por sua própria aventura” (DUBET, 2003, p. 41). Assim sendo, percebemos que os discentes vão sendo atravessados por um processo que causa “nulidade” social e escolar. Dubet (2003) considera que uma vez baseada:

[...] num princípio de reprodução estrutural das desigualdades sociais, essa escola não aparece como um agente ativo da exclusão social. Ela simplesmente não intervém nesse domínio ou o faz de maneira feliz, impedindo que algumas crianças do povo cumpram um destino que lhes estava reservado pelas injustiças sociais. Não era a escola que era injusta, era antes de tudo a sociedade, mesmo se uma e outra eram muito mais “objetivamente” injustas ontem que o são hoje em termos de desigualdade e de distância social (DUBET, 2003, p. 32).

A escola intervém de forma relativa no destino dos indivíduos em relação a desigualdade, que é, antes de mais nada, um destino social, ou seja, a reprodução das desigualdades segundo o autor decorre de problemas sociais como: “desemprego, imigração, delinquência, violência, abandono escolar. No vocabulário dos atores, o aluno proveniente da classe operária foi substituído pelo aluno difícil e com dificuldade, que é definido menos por sua situação de dominação do que por sua exclusão” (DUBET, 2003, p. 37). À medida que “vivemos numa ordem social na qual mesmo os requisitos mínimos para a satisfação humana são insensivelmente negados à esmagadora maioria dos sujeitos, enquanto os índices de desperdício assumiram proporções escandalosas” (MÉSZÁROS, 2008 p. 73). Dessa forma, vemos que para integrar-se à sociedade é necessário enfrentar uma série de fatores sensíveis que contidas no interior da sociedade capitalista geram a exclusão. Vale dizer que a riqueza produz pobreza.

É de suma importância assegurar a igualdade de oportunidades por meio da efetiva implementação de políticas públicas, em especial, para educação, com vistas a impulsionar o exercício democrático nas escolas brasileiras, bem como colaborar para que os princípios democráticos constituem instrumentos para o reconhecimento da realidade e em direção à sua transformação, pois “as condições sociais podem afetar o reconhecimento de suas qualidades e o seu desenvolvimento. A massificação reforçou essa crença, que é sobretudo um postulado étnico, cada um tendo o direito, “em princípio”, de aspirar a todas as ambições escolares” (DUBET, 2003, p. 42).

Nesta subseção buscamos demonstrar que a exclusão escolar se cristalizou e no sistema capitalista encontramos nas relações de poder – econômicas, políticas e sociais – um indicador que delimita o acesso ao conhecimento. Nesses trilhos, Coutinho (1999) destaca que os direitos sociais e a riqueza material produzida pelas classes subalternas precisam contemplar a coletividade em sua redistribuição. Não é demasiado reiterar que os direitos civis, jurídicos,

sociais foram conquistados em nosso país com muita luta no transcorrer da história, destaque para os movimentos populares, os movimentos sociais, os movimentos sindicais, os movimentos realizados pelo universo acadêmico e pela sociedade civil organizada.

Dubet (2001, p. 7) coaduna com as reflexões de Coutinho (1999) ao afirmar que a democracia “está na origem da dinâmica social da modernidade, definida simultaneamente por uma aspiração fundamental à igualdade dos indivíduos e por uma desigualdade estrutural ligada à sua historicidade e aos mecanismos de desenvolvimento do capitalismo”, na qual a sua lógica/dinâmica permanece aprisionando as classes subalternas aos seus mandos e desmandos. Nessa direção, a educação constitui um dos principais instrumentos – apesar de suas restrições e limitações impostas pelo Estado – para romper com as barreiras e amarras que asseguram a manutenção da “ordem” dominante e dominado.

Nesses termos, Mészáros (2008, p. 61) explicita que a educação de modo abrangente desempenha função essencial para a transformação social, mas esbarra nas imposições legais determinadas pelo Estado, contudo, reitera que “o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à ‘legitimação constitucional democrática’”. Necessitamos de seguir em direção à superação da alienação do capital⁷, do não acesso e garantia dos direitos sociais, da discriminação, da homofobia, da misoginia, do racismo, da xenofobia, enfim, da exclusão. Portanto, “é por isso que, apenas dentro da perspectiva de ir ‘para além do capital’, o desafio posto é o de universalizar as possibilidades de acesso ao trabalho e à educação, pois em sua indissolubilidade, surgirá na agenda histórica” (MÉSZÁROS, 2008, p. 68).

3.2 Abismo Tecnológico Educacional: Inclusão Social Necessária

Segundo estudos de Cani, Sandrini, Soares e Scalzer (2020), há muito tempo a educação vem sendo mediada pelas tecnologias, que etimologicamente indicam o estudo da técnica ligada à educação, ou seja, demanda a necessidade do planejar e do estudar. Por meio da comunicação e informação e possibilita ao indivíduo ser inserido na sociedade independente de classe social ou econômica. Aclaramos que a linguagem desde os primórdios dos tempos é fundamental para as interações e relações humanas. No que diz respeito ao processo educacional representa a oportunidade de desenvolvimento da humanidade. Ao considerarmos

⁷ Alienação: No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados [1] aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou [2] à natureza na qual vivem, e/ou [3] a outros seres humanos, e – além de, e através de, [1], [2] e [3] – também [4] a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente) (Dicionário do pensamento Marxista)

os processos de desenvolvimento filosófico, histórico, científico, técnico, tecnológico, pedagógico e didático consideramos que o conhecimento é arte de persuadir e adquirir semanticamente significado e significação dentro de uma lógica.

Nesses trilhos, resumidamente, apontamos algumas ferramentas e/ou instrumentos utilizados no processo de ensino e aprendizagem ao longo dos tempos: quadro negro, materiais de madeira com impressos, lápis, borracha, o rádio e a televisão utilizados para o ensino a distância na perspectiva de alfabetizar jovens e adultos, dentre inúmeros outros e, considerando a nossa realidade atual, o avanço extrapola todas as possibilidades de realização do processo de ensino e aprendizagem de forma remota/digital – não nos ocuparemos aqui de tecer os nossas concepções acerca desta modalidade de ensino, pois ora não cabe aos nossos propósitos, pois se destina a um período adverso às atividades educativas/educacionais no contexto de isolamento pessoal/social causado pela pandemia da Covid-19.

Durante o contexto pandêmico houve a necessidade de buscar meios, recursos, instrumentos, ferramentas, construir estratégias e procedimentos para dar sequência ao processo de ensino e aprendizagem de forma remota/digital. Essa integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) potencializa os recursos tecnológicos de acesso educacional de forma interativa que explora as várias possibilidades discursivas e midiáticas da linguagem e do acesso ao conhecimento dentro da historicidade dos sujeitos ontológicos, que permeia as sociedades para a completa relação integral das múltiplas relações que influenciam o saber, o conhecer e o entender na formação contínua dos estudantes, que precisam que essas tecnologias estejam em seus contextos como é previsto nos documentos educacionais que amparam a educação no Brasil.

A sociabilização justa do desenvolvimento tecnológico, sobretudo educacional, conduz a uma sociedade menos estratificada pelo capitalismo. O fato é que dentro desse emaranhado de mudanças na prática educacional obriga ou até mesmo conduz a uma evolução forçada das tecnologias digitais para desenhar um novo modelo de desenvolver programas que estão em evidência ou engavetados para que aconteçam de maneira efetiva para um universo educativo pragmático e com igualdade de acesso.

Os estudos de Eliane Moreira, Erika Lima e Renato Brito (2019), analisam a história das políticas públicas brasileiras com ênfase na inclusão digital e apontam pontos críticos na implantação de políticas públicas de inclusão digital, pois há descontinuidade dos projetos, portanto, demandam sustentabilidade e consolidação. Os autores evidenciam a importância da expansão da internet, visto que possibilitou interação social e econômica por meio das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). “É de responsabilidade do

governo desenvolver ações em que as demandas sociais relativas a um problema específico, principalmente em prol dos indivíduos pertencentes a uma condição social inferior, sejam transformadas em prioridade política” (MOREIRA; LIMA; BRITO, 2019, p. 3).

Nesse sentido, vemos a falta de políticas públicas, ou quando existem são deficientes ou não tem continuação de um governo para outro, impactando diretamente nos direitos dos cidadãos. O uso das tecnologias possibilitou um desenvolvimento da educação, de modo que “a sua implantação foi ficando cada vez mais viável com a disseminação dos computadores pessoais, no início dos anos 1980. A partir daí os sistemas educacionais de praticamente todos os países têm realizado grandes investimentos” (MOREIRA; LIMA; BRITO, 2019, p. 3).

A medida que as TDIC propiciam a renovação da educação torna-se necessária uma readequação das políticas públicas para uma inclusão digital pedagógica e social, pois o desgoverno afeta a vida educacional dos alunos como observamos na pandemia da Covid-19, que em princípio a única forma de acessar as aulas era por meio das TDIC, constituindo um grande desafio, pois em muitas escolas faltam ou estão sucateados os computadores e, nesse contexto, esbarramos na questão social em que muitos cidadãos não têm acesso ou quando tem, é precário.

Com o propósito de sistematizar as informações de modo mais próximo da realidade material do Brasil, optamos por coletar na base de dados do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Planalto Federal, que revelam como as TDIC e o acesso à internet são criados implantadas ao longo dos anos através de programas, leis e ações governamentais.

Quadro 1 – Criação e Implantação de Programas TDIC (1990-2002)

1990 - Criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), por meio da Portaria Interministerial MC/MCTI nº 147/1995. Esta entidade, conforme Decreto nº4.829/2003, tem a incumbência de articular as ações relativas à proposição de normas e procedimentos referentes à regulamentação das atividades inerentes à Internet no país, estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao seu uso e desenvolvimento.

1997 - Criação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), sob a responsabilidade do Ministério da Educação, que tem como objetivo promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica, com investimentos, principalmente, na aquisição e na montagem de laboratórios de informática nas escolas.

2000 - Criação do Programa Rede Jovem, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), focado na implantação dos chamados telecentros, espaços sem fins lucrativos, de acesso público e gratuito a computadores conectados à internet. Lançou uma publicação estratégica para orientar o desenvolvimento das TIC no país, o Livro Verde da Sociedade da

Informação no Brasil. O documento contempla um conjunto de ações para impulsionar a sociedade da informação em todos os seus aspectos: ampliação do acesso.

2002 - Criação do Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), sob a responsabilidade de vários ministérios, com o objetivo de fornecer conexões à Internet, na sua maioria via satélite, para telecentros, escolas, órgãos públicos localizados em regiões remotas e de fronteira.

Fonte: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/politica-publica-de-inclusao-digital.htm> (30/07/22)

Com base nas informações disponibilizadas pelo TCU, inferimos que o primeiro momento em que a Administração Pública direciona esforços para a questão da gestão do acesso à internet é na década de 1990, no entanto, somente após 7 anos é que verificamos uma ação voltada a iniciar a integralização do acesso à internet com a educação.

Quadro 2 – Criação e Implantação de Programas TDIC (2005-2010)

2005 - Instituição do Programa de Inclusão Digital com a Lei nº 11.196/2005, que se restringia, no entanto, à redução das alíquotas da contribuição para o PIS/ PASEP e da COFINS sobre a venda de equipamentos de informática produzidos no país.

2005 - Criação do Projeto Cidadão Conectado Computador para Todos, pelo Decreto nº 5.542/2005, sob a responsabilidade do MCTI, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Presidência da República. A linha de ação se concentrava nas desonerações de tributos federais e em condições especiais de financiamento, com a finalidade de reduzir o preço desses equipamentos.

2007 - Início do projeto Um Computador por Aluno (UCA), inserido dentro do PROINFO e coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), o qual tinha por finalidade a distribuição de computadores portáteis aos alunos da rede pública de ensino.

2008 - Lançamento do Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE). Por esta ação as operadoras de telefonia fixa se comprometeram a conectar todas as escolas públicas urbanas à Internet, com manutenção dos serviços sem ônus até 2025.

2009 - Ganha relevância a primeira tentativa de centralização das iniciativas de inclusão digital, até então dispersas em diversos órgãos da Administração. Com a publicação do Decreto nº 6.948/2009, foi instituído o Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID), presidido pela Casa Civil da Presidência da República, com a participação de diversos ministérios. Dentre outras funções, tinha como atribuição estabelecer as diretrizes gerais de gestão e aplicação dos

recursos financeiros destinados ao Programa de Inclusão Digital e monitorar a implementação e o desempenho dos projetos.

2010 - Instituição do Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional (RECOMPE), de forma a suspender a exigência de IPI, PIS/PASEP Confins dos equipamentos distribuídos (Lei nº 12.249/2010).

2010 - Criação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), com o objetivo de ampliar o acesso à Internet em banda larga no país, um dos maiores obstáculos para a efetiva inclusão digital. Instituído pelo Decreto nº 7.175/2010, tinha na sua origem uma abrangência que ultrapassa Telebrás, à qual restou a atribuição de:

- a) implementar a rede privativa de comunicação da administração pública federal;
- b) prestar apoio e suporte a políticas públicas de conexão à Internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público;
- c) prover infraestrutura e redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, estados, Distrito Federal, municípios e entidades sem fins lucrativos;
- d) prestar serviço de conexão à Internet em banda larga para usuários finais, apenas e tão somente em localidades onde inexista oferta adequada daqueles serviços.

As ações e metas desse programa foram consolidadas no trabalho intitulado Documento Base Brasil Conectado: Programa Nacional de Banda Larga, publicado pelo CGPID em 30 de novembro de 2010. Neste documento foram delineados quatro grupos de ação para o PNBL.

Fonte: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/politica-publica-de-inclusao-digital.htm> (30/07/22)

Entre os anos de 2005 e 2010 observamos a intensificação das ações voltadas para a disseminação em escala da internet e das tecnologias, sendo então conduzidas e consideradas de fato ser este um direito de inclusão do cidadão, destaque para o Projeto Um Computador por Aluno (UCA) e para o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional (RECOMPE). Ao analisarmos o Quadro 2, cabe esclarecer que o Projeto UCA deu início à entrega de *notebooks* para alguns alunos da rede pública de ensino, assim como concedeu isenção de alguns impostos para viabilizar a compra de equipamentos – notebooks e microcomputadores (PCs) para fins educacionais, e isso foi um avanço. No entanto, não foi suficiente, pois uma pequena parcela da população foi atendida/beneficiada.

Apesar da proposta de entrega do equipamento tecnológico e facilitação de sua compra estava dada a demanda para acesso aos serviços internet, que quando existia era insustentável devido à sobrecarga do sistema. O Estado, então se encaminhou para a tomada de novas

medidas/ações: em 2008, publica o “Programa Banda Larga nas Escolas” (PBLE) para fornecer internet para as escolas públicas e, em 2009, institui o Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID) para que os recursos financeiros do Brasil destinados a essa finalidade fossem melhor aplicados, assim como acompanhar a implementação e a eficácia dos projetos.

Ao levarmos em consideração a Pesquisa TIC Educação (2015) sobre o quesito velocidade da internet realizada sob a responsabilidade do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), os dados disponibilizados apontam que as escolas públicas brasileiras têm acesso à internet de baixa velocidade. Assim sendo, o acesso à internet por Banda Larga é uma ação essencial para a inclusão digital e outros fatores devem ser considerados como o tempo disponível e a qualidade do acesso, pois afetam decisivamente a sua utilização. As TDIC são significativamente dinâmicas e requerem constantes atualizações de *hardwares* e *softwares*.

Quadro 3 - Criação e Implantação de Programas TDIC (2011-2015)

2011 - Criação da Secretaria de Inclusão Digital (SID), pelo Decreto nº 7.462/2011, na estrutura do Ministério das Comunicações, a qual, segundo manifestação da Casa Civil da Presidência, a partir desse momento, assumiria, no lugar do CGPID, a coordenação das ações de inclusão digital.

2012 - Destaca-se o Programa Cidades Digitais, como primeiro programa concebido e desenvolvido nesta nova configuração, o qual visa atender a prefeituras com infraestrutura de conexão à Internet em alta velocidade, formação de servidores públicos e disponibilização de aplicativos de governo eletrônico.

2014 - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Art. 1º - É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal. Art. 2º São diretrizes do PNE:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação.

2015 - Previsão de lançamento de um novo programa de inclusão digital para suprir as deficiências de infraestrutura, o Programa Banda Larga para Todos (PBLT), que viria em substituição ao PNBL, cujos resultados, segundo estudo da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, não alcançar as metas planejadas. Este novo programa, segundo informações divulgadas, prevê o aumento da velocidade média da banda larga no país para 25 Mbps e o alcance de 90% da população brasileira com banda larga de alta velocidade, seja por fibra ou através de rádio, até 2018.

Fonte: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/politica-publica-de-inclusao-digital.htm> (30/07/22)

Podemos observar que foram fomentados vários programas, decretos e leis para articular as políticas educacionais que amparam a inclusão da tecnologia e que têm como principal meta a inserção das tecnologias nas escolas. Maria Bonilla e Paulo de Oliveira (2011), discutem a inclusão digital para treinar pessoas para o uso dos recursos tecnológicos e proporcionar melhores condições à sociedade para a acessibilidade e conectividade na perspectiva de fortalecer a comunicação e emancipação assentadas na construção do conhecimento. Nessa direção os autores destacam que:

O abismo tecnológico produzido pela ausência do Estado provoca a incapacidade de grupos em situação de risco social exercerem sua cidadania, seja pela falta de acesso a informações e saberes necessários para solucionar problemas emergentes no seu cotidiano, seja pela impossibilidade de ingresso e permanência (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p. 24).

Os apontamentos acima reforçam a necessidade de solucionar esse abismo social de falta de acesso às tecnologias de informação e, nesse caminho, reiteramos que o Estado é o poder hegemônico que a legislação para a construção da sociedade, disseminando representações coletivas que podem ser interiorizadas e possibilidade a ser seguida, considerando que as identidades são desiguais. (MENDONÇA, 2019). Cumpre evidenciar que Bonilla e Oliveira (2011, p. 24) entendem “que incluir digitalmente não é apenas o conhecimento sobre a utilização das TIC, mais sim, a capacidade de, a partir destas produzir informações e conhecimentos éticos e relevantes” e complementam que:

A compreensão e problematização do termo inclusão digital tem importância crucial no contexto contemporâneo, uma vez que tem se constituído em pauta das políticas públicas e objeto das ações de diferentes instituições – ONG, universidades, empresas,

escolas. Tanto pelos diferentes significados atribuídos ao termo pelos diferentes atores sociais envolvidos, quanto pelas resultantes socioculturais e políticas que emergem das ações e interações relacionadas, a percepção dos sentidos construídos em torno da inclusão digital torna-se fundamental (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p. 24).

Nas palavras de Bonilla e Oliveira (2011, p. 25), “as desigualdades vêm sendo denominadas genericamente como *digital divide*, *gap digital*, *apartheid digital*, *infoexclusão*, ou exclusão digital e têm justificado a formulação de numerosas políticas públicas com a finalidade de minimizá-las”. De acordo com os autores tais medidas têm por objetivo propor a universalização do acesso às tecnologias da informação e comunicação para combater a exclusão digital. Apesar da evolução desse conceito é necessário dizer que a inclusão digital é pauta política obrigatória em quase todos os governos e tema de estudos, mas nunca é colocada como primordial.

Bonilla e Oliveira (2011, p. 31) acrescentam que “a abordagem das questões relacionadas às desigualdades quanto ao acesso e uso das TIC parece seguir o mesmo caminho reducionista que relaciona a exclusão social diretamente a uma nova forma de exclusão, agora denominada digital”. Assim, consideramos o contexto adverso causado pela pandemia da Covid-19, que “obrigou” diante do isolamento social a intensificação das mesmas – TDIC – para o acesso às aulas online-remotas-virtuais, os alunos que não as possuía não tinha possibilidades de seguir com os seus processos de escolarização formal. No entendimento dos autores:

O conceito de desfiliação propõe uma abordagem coerente com a complexidade e dinâmica da multifacetada realidade social contemporânea. Diferente do tratamento superficial e paliativo que caracteriza as principais formulações políticas e intervenções sociais em nosso país, o conceito de desfiliação propõe perceber os processos e sobretudo as causas dos graves problemas sociais que afetam as populações em situações de desvantagens sociais crônicas (BONILLA; OLIVEIRA, 2011 p. 30).

Seguimos com as argumentações de Bonilla e Oliveira (2011) em defesa da inclusão digital para a ampla maioria da população, considerando que os alunos das classes subalternas não dispõem de recursos econômico-financeiros para a aquisição dos materiais necessários para acessar e participar do processo de ensino e aprendizagem remotamente e destacam que:

O termo inclusão digital tem sido frequentemente utilizado, em especial, pelas organizações internacionais e pelo setor público, para compor um jargão apelativo nas abordagens políticas de caráter geral e populista. Uma espécie de nova e mirabolante solução para quase todos os entraves da sociedade contemporânea: pobreza, desigualdade social, carências educacionais, injustiça social, desemprego, violência, criminalidade, entre outros (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p. 33-34).

Diante de tais pressupostos, torna-se imperioso ressaltar que a problemática da exclusão digital causa exclusão social; a comunicação e a interação constituem direitos básicos dos seres humanos, então é preciso basear-se na relação dialética de inclusão associadas às

tecnologias de informação e comunicação para a constituição de cidadãos protagonistas na promoção das condições de igualdade na sociedade contemporânea.

Quadro 4 – Criação e Implantação de Programas TDIC (2017-2020)

2017 - Programa Inovação Educação Conectada - O programa foi instituído por meio do Decreto n. 9.204, de 23 de novembro de 2017 (BRASIL, 2017b). Têm por objetivos as políticas públicas, como as metas do PNE. Um dos principais focos do plano, o Ensino Médio, tem a meta de chegar a 85% de jovens matriculados em todo o país, até 2024. A tecnologia será relevante para permitir a essa faixa de estudantes maior autonomia na aprendizagem.

2020 - Projeto de Lei nº 3.477/2020. Autoria: Câmara dos Deputados Ementa: Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública. Explicação da Ementa: Dispõe sobre a assistência da União aos Estados para a garantia de acesso à internet para alunos e professores da rede pública, decorrente da pandemia da Covid-19. Tramitação encerrada - Decisão: Aprovada pelo Plenário Último local: 02/06/2022 - Secretaria de Expediente Destino: À sanção último estado: 19/03/2021 – VETADA PELO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO.

Fontes: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/politica-publica-de-inclusao-digital.htm> (30/07/22)
Senado Federal (2022)

Apontamos que a Lei nº 3.477/2020 aprovada pela Câmara de Deputados, propôs que o Estado subsidiasse a internet para os professores e alunos da Educação Básica pública, aprovada pelo Plenário da Câmara e do Senado. Porém, foi vetado pelo presidente da república Jair Bolsonaro, que alegou ausência de recursos do Poder Executivo. Frente a isso, alguns estados e municípios implantaram suas próprias formas de subsídio, contudo, apenas uma ação do Governo Federal seria capaz de atingir a todos irrestritamente. Nesse sentido, destacamos a tamanha incoerência e irresponsabilidade do Executivo, haja vista que determinou que as atividades educacionais seriam mediadas por meio das tecnologias, preservando o isolamento social determinado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Mas, a negligência e descaso do governo de Jair Bolsonaro transferiu para a sociedade e, sobretudo, para as classes subalternas a responsabilidade de arcar com as nefastas consequências do contexto pandêmico, largados à própria sorte.

Portanto, medidas e ações como o “Programa Inovação Educação Conectada” são necessárias e importantes para fomentar investimentos tecnológicos na educação e concretizar as políticas públicas disponibilizadas em seus dispositivos em direção à satisfação das necessidades sociais e educacionais, ou seja, investimentos no campo social e educacional que possibilitem às classes subalternas a aquisição de recursos materiais e o acesso às redes digitais.

Não podemos deixar de denunciar que o contexto pandêmico da Covid-19 evidenciou o abismo existente entre as classes sociais – burguesia e proletariado – que, obviamente impactam e comprometem o processo formativo das classes subalternas.

Conforme pesquisas do Censo e a OCDE, esclarecemos que mesmo levando em conta a criação e implantação de programas federais, não houve ampla efetivação dos mesmos, de modo a assegurar o pleno acesso às TDIC de todos os estudantes da Educação Básica. A realidade das escolas públicas de nosso país é caracterizada pela quantidade insuficiente de computadores nas escolas e indisponibilidade de programas ou configurações acessíveis para professores e estudantes. Outro fator a ser considerado diz respeito às condições sociais e econômicas da maior parte das famílias, na medida em que não dispõe de recursos suficientes para a aquisição de telefones celulares, *tablets*, *notebooks*, *personal computer* (PC) e linhas de internet.

Cabe considerar que a disponibilização destes recursos, instrumentos e ferramentas que o sistema educacional, ainda que de forma precária e não devidamente instruída, as utilizou por meio de aplicativos para ensinar, reproduzir, comunicar, receber e realizar as atividades educativas/educacionais, produzir conhecimento e tantas outras ações. Porém, reafirmamos que boa parte dos alunos não tiveram acesso a essas TDIC. Tal realidade social feriu fortemente o artigo 205 da CF/1988: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A educação segundo a legislação deve priorizar a igualdade de condições e o acesso integral e permanência na escola como rege o artigo 206 do mesmo diploma, assim como dispõe também o artigo 214, no sentido de integrar ações como: “I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País” (BRASIL, 1988).

A importância da criação, implantação e, sobretudo, implementação de projetos e programas são indiscutíveis e extremamente necessárias, entretanto, carecem de efetivação plena mediante a disponibilização de recursos, materiais e meios para que todos, definitivamente, tenham acesso e utilização dos mesmos. Enfim, é inegável a importância e utilização das TDIC, pois podem possibilitar inclusão à informação no interior da escola e da sociedade. Portanto, o Estado é responsável pelo estabelecimento de uma gestão que mantenha e otimize os programas, pois conforme afirmamos anteriormente, a realidade educacional brasileira revela a descontinuidade dos mesmos. Nessa perspectiva, cada vez mais as tecnologias estão acelerando o processo do conhecimento, se fazendo presente em todas as áreas

da sociedade. Por isso, é necessário intensificar a inclusão digital, sobretudo quando considerado contexto pandêmico da Covid-19 que exigiu o isolamento social, sendo as tecnologias digitais o recurso utilizado para a realização e desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

É absolutamente prioritário reduzir as desigualdades educacionais e sociais que conduzem à exclusão e injustiças sociais que estão acentuadas e que se agravaram na pandemia da Covid-19. É absolutamente imprescindível que existam políticas públicas que garantam o acesso igualitário na educação como distribuição de chips 4G e computadores para professores e alunos para garantir os direitos que têm sido suprimidos. Portanto, que é preciso criar projetos e efetivar os mesmos, com vistas a incluir as classes subalternas, excluídas da sociedade para construir uma educação de qualidade e fomentar práticas que desenvolvam o conhecimento, a cultura e a educação com princípios de cidadania, respeitando os direitos humanos para que possamos superar essa crise humanitária que atingiu todas as partes do mundo.

3.3 Contextualização do Acesso aos Recursos Tecnológicos na Educação Pública em Tempos Pandêmicos

Nesta seção buscamos explicitar o acesso aos recursos tecnológicos na educação, assim lembremos que em março de 2020 as escolas suspenderam suas aulas presenciais com base no isolamento decorrente da Covid-19, sendo empregado o ensino remoto com o uso das TDIC enquanto durasse a pandemia segundo – Portaria n. 345, Artigo 1. Houve mudanças práticas de enfrentamento ao período pandêmico mediante pareceres e notas que reorganizaram o calendário, novas metodologias para difundir o conhecimento através das tecnologias com ferramentas digitais para organização dos conteúdos.

Durante a pandemia da Covid-19 ocorreu substancial intensificação da utilização dos recursos digitais para assegurar o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem com transmissões de conteúdos por meio de aplicativos como *Whatsapp*, *Google Meet*, *Google Classroom*, *Moodle*, *YouTube*, entre outros. Em certa medida, no período anterior à crise sanitária algumas atividades propostas designavam o uso das mídias, sobretudo, das redes sociais. O desafio foi manter nos diferentes níveis do ensino a orientação dos estudantes por meio das mídias que não eram de conhecimento da maioria dos professores e nem dos alunos e alguns destes sequer possuíam tais recursos.

Nesse contexto, Boaventura de Sousa Santos (2020, p. 5) enfatiza que vivemos em “estado permanente de crise”, pois “por um lado, a ideia de crise permanente é um oxímoro, já que, no sentido etimológico, a crise é, por natureza, excepcional e passageira, e constitui a

oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas”. Porém, a crise provocada pela Covid-19 intensificou as desigualdades econômicas, sociais e escolares. Sousa Santos (2020, p. 5) argumenta que “a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou a degradação dos salários”, como sendo algo exógeno ao sistema capitalista, quando na verdade é inerente a ele.

Sousa Santos (2020, p. 32) destaca que “nos últimos quarenta anos vivemos em quarentena, na quarentena política, cultural e ideológica de um capitalismo fechado sobre si próprio e a das discriminações raciais e sexuais sem as quais ele não pode subsistir”. O autor descreve que os serviços públicos não estavam preparados para viver uma pandemia muito menos a educação. Nessa direção, Astrogildo França Filho, Charlles Antunes e Marcos Couto (2020) ressaltam que:

Na atual conjuntura, a crise da acumulação do capital sem precedentes, aliada a terrível crise sanitária que se impôs à toda a sociedade no mundo, aparece como uma espécie de caixa de ressonância onde transparece de forma cruel a que ponto chegamos em termos das terríveis dificuldades que a escola enfrenta já somadas à brutal desigualdade do acesso à educação pública de qualidade. É essa reverberação que deixa explícitas as carências da classe trabalhadora brasileira, mostrando objetivamente quais as dificuldades que alunos, pais e professores enfrentam neste momento, (o acesso a computadores e banda larga de qualidade, a disponibilidade de recursos materiais e financeiros que permitam aos pais ficar em casa sem ter de trabalhar e cuidar da educação e da saúde de seus filhos, entre outros...) (FRANÇA FILHO; ANTUNES; COUTO, 2020, p. 29-30).

Os autores analisam o ensino remoto realizado por meio das TDIC no período pandêmico e as ações empreendidas pelo Estado para a sua organização. Destacam como vem sendo estruturada a educação no Brasil nos últimos 20 anos, na qual o Governo Federal decide a política educacional como conteúdos curriculares, livros didáticos, avaliações. Assim, compreendemos que se o Estado centraliza e detém o poder sobre a educação, deve se responsabilizar por garantir o amplo acesso e permanência na escola das classes subalternas.

O descaso, a demora, a negligência e a incompetência do governo de Jair Bolsonaro em tomar e implementar medidas para o enfrentamento à Covid-19, além de levar à morte de 689 mil brasileiros, provocou consequências gnosiológicas na educação, em especial, na escola em sua organização que teve que lidar carências materiais e dificuldades de inúmeras ordens que surgiam diariamente, como o desconhecimento de boa parte dos professores com a utilização e aplicação das tecnologias digitais, assim como a completa ausência de recursos da maioria dos alunos das escolas públicas brasileiras.

A denúncia de tais carências representa uma crítica construtiva para a mudança em defesa daqueles alunos que vivem essa realidade, pois é fato que nenhum pai é contra os materiais e recursos tecnológicos, mas sim ao não saber utilizá-los e nem ter condições de

comprá-los. Consideramos que a escola deve ser um espaço de investigação da realidade e da disponibilização dos instrumentos necessários para a realização das atividades educativas/educacionais, de responsabilidade do Estado, entendendo que o conhecimento é um processo de construção coletiva e, portanto, deve ser um contínuo e reflexivo para a transformação ontológica e gnosiológica do ser, fundamental para o processo de trabalho dos pais em relação aos filhos, haja vista que esse processo social faz parte do movimento da educação para integrar o histórico, o político e o econômico. Nesse sentido, França Filho, Antunes e Couto (2020) reiteram que:

[...] a crítica não é de forma alguma sobre o serviço da tecnologia, mas a quem esta deve servir: aos educadores brasileiros que devem conduzir seu trabalho, e uma escola para a formação intelectual e humana do seu povo, com as ferramentas que estiverem disponíveis. O que a educação brasileira precisa, principalmente após o momento em que essa pandemia cessar, depois de meses de isolamento social, é a presença dos professores e de toda a comunidade escolar nas escolas, não de mais distância na educação ((FRANÇA FILHO; ANTUNES; COUTO, 2020, p. 30).

Conforme disponibilizamos anteriormente, desde de a década de 1990 diversas foram as medidas tomadas em nosso país para promover a inserção das tecnologias na educação, porém até o momento não foram suficientes para assegurar o acesso e utilizados por toda a população às mesmas. França Filho, Antunes e Couto (2020, p. 25) afirmam que “o meio técnico, pelo capitalismo, se funde e se assimila ao próprio espaço, e se apresenta como projeto, onde uma nova teleologia se propõe, na qual o valor relativo transmutado em técnica seria o meio e o fim da realização do ser social”.

França Filho, Antunes e Couto (2020) chamam a atenção sobre o fato de que o ensino a distância não pode substituir o professor, pois não é capaz de solucionar as dúvidas em situações imediatas que conduz uma aprendizagem profunda, assim como *lives*, vídeos e materiais pedagógicos são importantes, portanto, é indubitável que além do professor como orientador é necessária uma efetiva distribuição dos recursos. Os autores destacam ainda, que é por meio do trabalho que o salário é obtido, valor este que define como cada realidade social ocorre, ou seja, a baixa remuneração dificulta o acesso a bens tecnológicos e como decorrência, durante a pandemia, dificultou o acesso à educação justamente pela ausência deste primeiro pressuposto: sem bens tecnológicos, sem meios para acessar o conhecimento educacional.

A indagação necessária é até quando a educação vai viver de demandas imediatas sem planejamentos ou até finalizar um programa que está dando certo. Então, já que a pandemia exigiu de certa forma a necessidade da escola se adaptar às tecnologias utilizadas como apoio pedagógico, se faz urgente a oferta cursos de formação continuada e a criação de leis para amparar aqueles que não tem como adquirir/acessar tais recursos/ferramentas.

Corroborando com as nossas afirmações, Josiane Cani et al. (2020), argumentam que com a pandemia da Covid-19, o mundo teve que realizar adequações nos mais diversos segmentos da sociedade. A educação foi profundamente atingida pelas transformações repentinas e apesar da utilização das TDIC muitos profissionais não sabiam utilizá-las, tendo que se adequar e adaptar à nova realidade. De acordo com os autores, talvez se tivesse sido implementado de forma planejada e devidamente organizada o “ensino remoto emergencial” não teria produzido tantas dificuldades e deficiências, particularmente a ampla oferta de formação continuada tanto para professores quanto para alunos para o correto emprego e aplicação de tais recursos, com vistas à promoção de uma aprendizagem ontológica e gnosiológica do ser social.

Fernanda Estrela et al. (2020) evidenciam os impactos causados pelo vírus da Covid-19 mediante a análise de informações disponibilizadas por sites oficiais indexados a gênero, raça e classe social. Demonstram as condições de vulnerabilidade das classes subalternas e denunciam a necessidade de políticas públicas para assegurar a manutenção da vida. Os autores destacam que a partir da expansão do vírus da Covid-19 não houve apenas o significativo aumento no número de casos e de mortes, as negativas consequências impactaram também a economia, aprofundando ainda mais as precárias condições de existência de grande parte da população brasileira. Nesse contexto, retomamos a ontologia do ser social e o processo do trabalho na sociedade capitalista, apoiada na luta de classes entre aqueles que detém a propriedade privada dos meios de produção (burguesia) e aqueles que dispõem apenas da venda de sua força de trabalho para assegurar a manutenção da vida (proletariado).

Cristiano Nicolini e Kênia Medeiros (2021) também concentram as suas análises nas transformações sociais e econômicas decorrentes da Covid-19 indicando que parte expressiva da população brasileira teve suas rendas reduzidas ou ficou desempregada. Os autores esclarecem que com a pandemia e o isolamento social começamos a ver o processo de ensino e aprendizagem sendo realizado por *lives* e aplicativos digitais por meio do celular e computador, obrigando em curtíssimo espaço de tempo milhões de estudantes a se adaptarem à nova realidade num momento dúvidas e incertezas. Nicolini e Medeiros (2021) complementam que instantaneamente professores e alunos foram:

[...] forçados a ensinar e a aprender história por intermédio de plataformas virtuais, videoconferências, atividades encaminhadas pelas escolas, dentre outras alternativas que, apesar do esforço coletivo dos docentes e das instituições, não conseguem substituir a presença no ambiente escolar, no qual costumam interagir até o momento em que ocorreu a suspensão das aulas. São milhões de estudantes e docentes que se transformaram em sujeitos de um tempo cujo futuro é incerto, e cujas narrativas pós-pandemia poderão dar sentido ao fluxo da mudança e ao estado de incerteza que marcaram o ano de 2020 (NICOLINI; MEDEIROS, 2021, p. 290).

Os autores apontam as dificuldades enfrentadas pelas famílias para se adaptarem ao novo normal e ao processo de ensino mediado pelas mídias: adaptações nas escolas, mudanças curriculares e na carga horária e uma nova forma de mediar conhecimento para os professores e aprendizagem para os alunos. Esse processo historiográfico faz parte de um espaço temporal que contribui para o entendimento do cenário pandêmico e as condições impostas ao campo educacional. Os autores destacam que:

O ensino de história, em seu formato virtual e distante do espaço físico escolar, nos coloca diante deste desafio: o de registrar as vivências do chamado “tempo quente” do presente para que possamos avaliar, futuramente, os desdobramentos e as ressignificações da experiência vicária sobre a consciência histórica de estudantes e docentes que protagonizam os acontecimentos, compreendendo as suas memórias e os seus esquecimentos (NICOLINI; MEDEIROS 2021, p. 286).

Nesse sentido, Nicolini e Medeiros (2021), reiteram as dificuldades e a colaboração das famílias para acompanhar seus filhos e auxiliá-los nas atividades cotidianas, pois muitos pais não sabiam os conteúdos ministrados. Há que se ressaltar, também, o fato de que algumas famílias não tinham acesso às tecnologias, portanto, não tinham acesso ao ensino. A educação na pandemia foi conduzida por um labirinto de incertezas e de ausências. Nesse contexto, encontramos diferentes realidades no que tange ao acesso à internet e a exclusão das famílias de baixa renda sem condições de adquirir dispositivos com memória para armazenar os aplicativos e atividades escolares.

Compreender a pandemia Covid-19 demanda o entendimento que além de evidenciar, ainda aprofundou as mazelas e as vulnerabilidades de vários segmentos da sociedade, destaque para a saúde e educação negligenciadas pelo Estado brasileiro. De acordo com Nicolini e Medeiros (2021, p. 287) “a escola pública, com todas as suas deficiências já indicadas por índices de desenvolvimento humano, acabou sofrendo de forma mais direta esse impacto”. Assim sendo, reafirmamos que o ensino remoto principalmente no âmbito público, apresentou deficiências e carências para desenvolver as atividades educativas de forma virtual, pois muitas não dispunham de internet o suficiente para tanto.

Os professores foram submetidos a cargas horárias extenuantes para conseguir planejar e disponibilizar os conteúdos e atividades em tempos hábeis. Uma das alternativas empregadas pelos professores foi disponibilizar materiais impressos para os alunos que não tinham acesso. Nessa direção, Nicolini e Medeiros (2021) que:

[...] além dos desafios tecnológicos e metodológicos para dar seguimento ao ensino nas escolas, foi necessário repensar estratégias para incorporar narrativas que incluíssem novos compromissos com a compreensão dos efeitos sociais do vírus. O ensino de história, particularmente, por meio da historicização das diferenças que na sociedade, por vezes, se efetivam como desigualdades, pode nos apontar como essas inter-relações se constroem, seja no espaço escolar presencial ou virtual (NICOLINI; MEDEIROS 2021, p. 288).

Tais afirmações reforçam, ainda mais, a necessidade de inserir os grupos subalternizados em educação de qualidade, que busque formar cidadãos com concepções históricas que norteiam uma sociedade com menos carências e mazelas sociais. Nesse sentido, torna-se imperioso trabalhar junto aos alunos que “o conhecimento histórico se constitui levando em consideração as suas identidades, o seu meio de vida, seus conhecimentos além da escola e as diferentes percepções que esses condicionantes podem gerar na aprendizagem de história” e, nesses trilhos, é primordial entender como o conhecimento empírico, as ressignificações ontológicas do ser potencializam ou excluem os sujeitos na sociedade (NICOLINI; MEDEIROS 2021, p. 289).

A educação mediada pelas tecnologias deve ser construída de forma gradual, contínua e eficaz como perspectiva de evolução assim como o ensino da história, indaga, pesquisa, transforma e concretiza memórias efetivas para apreender os momentos e recortes vividos na sociedade, seja virtual com utilização e mediação das TDIC ou presencial, em direção da “liberdade substantiva e da igualdade, numa ordem social reprodutiva conscienciosamente regulada pelos indivíduos associados. É também inseparável dos valores escolhidos pelos próprios indivíduos sociais, de acordo com suas reais necessidades, em vez de lhes serem impostos” (MÉSZÁROS, 2008, p. 92).

Em outras palavras, a educação deve e precisa ser orientada para uma ordem social responsável e emancipadora que tenha como propósito a igualdade para que diante de condições de crise, como a imposta pela a pandemia da Covid-19 as ações sejam pautadas historicamente em políticas públicas previamente planejadas que todos os indivíduos tenham autonomia e condições de acesso às TDIC. Nesses termos, o Estado tem a responsabilidade e o dever de formular e implementar políticas sociais inclusivas e afirmativas, dentre as quais destacamos aquelas que dizem respeito à educação, que disponibilize um ensino público de boa qualidade para uma formação cidadã, crítica, reflexiva e emancipatória. Portanto, se faz imprescindível promover a inclusão para prover o enfrentamento à exploração, opressão e exclusão das classes subalternas.

4 OS EFEITOS PANDÊMICOS DA COVID-19 NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO PÚBLICO DO BRASIL

Não é demasiado repetir que na China em novembro de 2019 foi identificada uma doença chamada de Coronavírus⁸ que, inicialmente, apresentava sintomas de uma pneumonia, porém, rapidamente novos casos foram surgindo, porém, as causas ainda eram desconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A doença se espalhou com absurda rapidez para outros países e no dia 11 de março de 2020 a OMS declarou como pandemia, configurando uma das maiores crises da saúde registrada no mundo inteiro pela quantidade de casos e mortes.

Por conseguinte, os impactos da falta de estrutura nos hospitais e demais setores da sociedade, deu início a uma corrida para preparar infraestrutura para sobrepujar a crise. E, como afirma Antunes (2020, p. 17) foi “no solo da crise estrutural do capital que a pandemia se proliferou intensamente e, em poucos meses, levou à morte milhares de pessoas em todo o mundo, além de desempregar milhões de trabalhadores e trabalhadoras”.

Mediante a Portaria nº 188, em 03 de fevereiro de 2020, o Governo Federal do Brasil declarava “Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus”. Começava uma corrida em todos os âmbitos para orientação das ações com vistas a prevenir e também tratar os casos. Considerando esse contexto, as secretarias de educação começaram a designar as metodologias para conduzir a educação brasileira em um momento em que o desafio maior era manter-se vivo e em isolamento social. Com a suspensão das aulas presenciais começaram os planejamentos para viabilizar e garantir as condições para escolarização, mas também para preservar a vida.

Esclarecemos que o objetivo desta Seção 4 (Capítulo 3) é analisar os efeitos da pandemia da Covid-19 no processo escolar do ensino público brasileiro e para tanto realizamos uma coleta de dados estatísticos disponibilizados por órgãos oficiais como: Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Censo Escolar de 2021, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Organização Mundial da Saúde (OMS), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e Diário Oficial da União.

⁸ Link de acesso para as informações sobre: <https://www.paho.org/pt/covid19>

Com a finalidade de constatar como se deu esse período pandêmico no ensino público, também utilizamos as seguintes fontes: **Jornais online:** Folha de São Paulo; Jornal da Universidade de São Paulo (USP); Jornal Nacional (G1); Jornal Nexo e Jornal da Saúde. **Revista Semanal:** Carta Capital. **Documentários produzidos por Institutos como:** Ayrton Senna; Datasenado e Jornal Brasil Central; Jornal da Record; canais disponíveis no *YouTube*. Quanto aos dados especificamente de Caldas Novas/GO, ainda na categoria notícias, utilizamos noticiários oficiais disponibilizados na página do *Facebook* da Prefeitura da cidade e de sua Secretaria de Educação e de seu canal oficial no *YouTube*.

Tais informações foram coletadas com intuito de analisar os impactos causados pela pandemia na esfera educacional, sobretudo, no que tange à Educação Básica, uma vez que o período de calamidade pública atingiu todos os segmentos da sociedade mundial, destaque aqui para a educação ofertada para as classes subalternas. Assim sendo, a pobreza e a desigualdade social nos processos de planejamento e gestão educacional em tempos de pandemia devem ser destacados em todas as esferas.

Sob essa ótica, é necessário destacar que a educação pública em nosso país não garante, em realidade, condições de igualdade para os indivíduos mesmo antes da pandemia da Covid-19, conforme temos abordado até aqui. O período pandêmico veio aprofundar uma realidade que já se mostrava caótica, conforme aponta Boaventura de Sousa Santos (2020). Além disso, conforme corrobora toda uma tradição de estudos marxistas, as desigualdades sociais do sistema capitalista não são apenas econômicas, mas, relacionadas a toda a vida social e cultural. A impossibilidade de acesso às aulas online durante o período de crise sanitária por ausência de recursos tecnológicos é um marcador desse sistema. A educação tem vivido em um contexto de instabilidade, destaque para baixo desempenho, evasão escolar, sem contar desequilíbrio na saúde psicológica e social tanto dos alunos quanto dos professores.

4.1 Acesso à Educação: Dados Oficiais Relativos à Pandemia da Covid-19

Para compreender o contexto educacional/educativo de acesso às TDIC precisamos antes entender as ações e medidas tomadas pelo Governo Federal durante a pandemia causada pela Covid-19 e, para tanto, retrocedemos ao ano de 2018 quando foi publicada a pesquisa “O Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras”, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, que evidenciou uma acelerada renovação digital, bem como os desafios que o país enfrentava para o avanço tecnológico, dentre eles a sustentabilidade econômica para políticas públicas e estratégias governamentais coerentes para envolver toda a sociedade. A pesquisa revelava que o Brasil possuía boas oportunidades para a consolidação de

uma internet que privilegiasse o desenvolvimento econômico e social com políticas inclusivas. É interessante ressaltar que a comunidade escolar buscava estratégias como apoio nos processos pedagógicos e administrativos para romper com as carências das instituições por meio da tecnologia.

O documento apontava que 57% dos docentes utilizavam a internet por telefone celular para realizar atividades com alunos e que 49% utilizavam conexão 3G ou 4G com atividades no próprio dispositivo, e 27% afirmaram que os alunos utilizavam a própria conexão durante a realização das atividades. O percentual de 58% dos gestores também utilizava a conexão de internet em seus próprios telefones celulares para realizarem atividades administrativas da escola, como comunicar-se com a Secretaria de Educação, contatar os pais dos alunos e acessar programas da escola.

Entre os alunos que estudavam em escolas urbanas, 30% não possuíam nenhum tipo de computador no domicílio (*tablet*, computador portátil ou de mesa); 18% acessaram a rede exclusivamente pelo telefone celular, e a proporção era maior entre os estudantes de escolas públicas (21%). Com base nessas informações, denotamos que eram necessárias ações para a implementação de tecnologias efetivas e participativas na dinâmica escolar. Também percebemos que a redução das desigualdades depende de outros atores envolvidos no processo de tomada de decisões para construir, designar, mediar e concretizar políticas públicas que vão além de projetos que começam, mas não terminam, ou que favorecem apenas uma parcela da sociedade.

Os dados apontam ainda um atraso na formulação, implementação e expansão de políticas públicas relacionadas às TDIC e, como consequência, a precarização do acesso à educação mesmo antes dos tempos pandêmicos. Entendemos ser relevante apontar a luta entre as classes sociais estabelecem as relações de poder no interior da sociedade capitalista, tanto pela ótica ontológica do ser social – destaque para o campo educacional, quanto a atuação do Estado em defesa os interesses das classes dominantes, que detêm a propriedade privada dos meios de produção e impõem a exploração da força de trabalho das classes subalternas, conforme já apontava Marx (2013).

Por seu tempo, a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco (UNDIME/PE) em setembro de 2020 disponibilizou o documento intitulado “Educação em Tempos de Pandemia: Orientações Pedagógicas aos Municípios”, com o objetivo de reunir informações sobre a pandemia da Covid-19 para articular e mediar uma educação pública de qualidade com uma gestão democrática e sistematizada com legalidade, ética e pluralidade na construção de ações.

A edição nº 53 do Diário Oficial da União publicada em 18 de março de 2020, trazia a Portaria MEC nº 343, que dispunha sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais durante a situação de pandemia da Covid-19. Seu teor informava no artigo 1º, §2º, que era “de responsabilidade das instituições a definição das disciplinas que poderão ser substituídas, a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados bem como a realização de avaliações”.

O Parecer CNE/CP nº 09/2020 determinava a reorganização do calendário escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, e estabelecia o fechamento total ou parcial das escolas em território brasileiro. Especificava o comprometimento das instituições de ensino e de seus profissionais e os prejuízos da aprendizagem e de danos sociais dos estudantes em isolamento das famílias de baixa renda considerando, portanto:

[...] as fragilidades e desigualdades estruturais da sociedade brasileira que agravam o cenário decorrente da pandemia em nosso país, em particular na educação, se observarmos as diferenças de proficiência, alfabetização e taxa líquida de matrícula relacionados a fatores socioeconômicos e étnico-raciais. Também, como parte desta desigualdade estrutural, cabe registrar as diferenças existentes em relação às condições de acesso ao mundo digital por parte dos estudantes e de suas famílias (BRASIL/CNE, 2020a, p. 5).

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), por sua vez, reiterou o conteúdo do Parecer CNE/CP nº 09/2020 ao enfatizar que a pandemia da Covid-19 acometeu o mundo com um vírus de alta contagiosidade e mortalidade. Portanto, a urgente necessidade da suspensão das aulas presenciais para evitar a sua propagação. Os representantes federais, estaduais e municipais da saúde e da educação, por meio de decretos e notas técnicas estabeleceram uma série de medidas, dentre as quais, destacamos alterações no calendário escolar, na carga horária, no currículo, nas práticas pedagógicas e condições de trabalho, nas metodologias das aulas ações que pudessem amenizar as questões emocionais dos estudantes e de suas famílias.

Cabe aqui reafirmar que a pandemia da Covid-19 muito contribuiu para o crescimento das desigualdades econômicas, sociais e escolares das classes subalternas intensificando a precarização de e para as suas condições de existência, sobretudo, aquelas de baixa renda. Nessa direção, Antunes (2020) argumenta que:

A esta simultaneidade e imbricação trágica entre sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus podemos denominar, se quisermos usar uma síntese forte, capital pandêmico. Ele tem um claro caráter discriminatório em relação às classes sociais, pois sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para a humanidade que depende do próprio trabalho para sobreviver (ANTUNES, 2020, p. 18-19).

Ademais, o Parecer destaca ainda o possível aumento das desigualdades pelo uso das tecnologias digitais, haja vista que muitos não tinham acesso às mesmas, sendo “necessário considerar propostas que não aumentem a desigualdade ao mesmo tempo em que utilizem a oportunidade trazida por novas tecnologias digitais de informação e comunicação para criar formas de diminuição das desigualdades de aprendizado” (BRASIL/CNE, 2020a, p. 6).

Outra recomendação disposta no documento reitera que a organização dos calendários deveria atender as escolas de maneira estrutural, pedagógica e financeira; e também professores, alunos e famílias. No cômputo da carga horária postulava que deveria ser “realizada por meio de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) a fim de minimizar a necessidade de reposição de forma presencial” (BRASIL/CNE, 2020a, p. 9).

O Parecer evidenciava algumas preocupações como manter a qualidade da aprendizagem e impedir o aumento das desigualdades, assim como a utilização das tecnologias nos regimes especiais, fomentar e motivar gestores e professores para as atividades remotas, considerando que não haviam tido formação para tanto e nem computadores ou até mesmo celulares que comportassem tais atividades.

No entanto, a pretensão do parecer se confronta com a realidade material de nossa sociedade e tais pressupostos não se concretizam, pois não foram criados incentivos concretos. Quanto às atividades pedagógicas não presenciais podiam ser realizadas “por meios digitais (vídeo aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, *blogs*, entre outros)”, bem como:

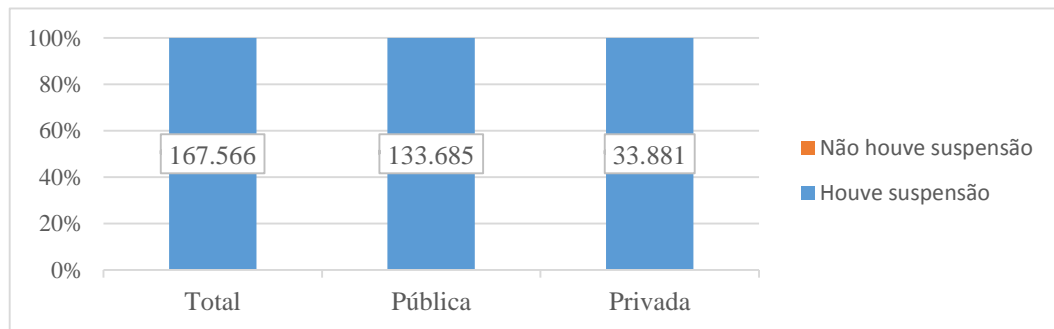
[...] por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos. A comunicação é essencial neste processo, assim como a elaboração de guias de orientação das rotinas de atividades educacionais não presenciais para orientar famílias e estudantes, sob a supervisão de professores e dirigentes escolares (BRASIL/CNE, 2020a, p. 11).

É notório que no período de isolamento, as metodologias e também as formas de trabalhar ficaram a critério dos gestores das escolas e dos professores para orientar e mediar os alunos nas atividades e trabalhos para cumprimento da carga horária. Vemos inúmeras orientações, porém a princípio não houve nenhum programa governamental ou incentivos que pudessem ajudar a cumprir tais proposições, como um auxílio financeiro para as famílias de baixa renda para custear a internet ou adquirir um aparelho celular para que o filho pudesse acompanhar as aulas. E para os professores não houve a oferta de cursos de formação ou orientação para utilizar as novas ferramentas.

Somente no mês de julho foi aprovado o Parecer CNE/CP nº 11/2020 com as Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da pandemia, tendo contado com a participação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), Fórum das Entidades Educacionais (FNE), além da interlocução com especialistas e entidades da sociedade civil. Também constava no documento que o direito à educação de qualidade é um pilar para a dignidade e que deve diminuir a desigualdade e desenvolver valores e princípios que norteiam a cidadania.

Priorizamos em utilizar os dados estatísticos do ano de 2020 pois ele evidencia o verdadeiro contexto educacional vivido por falta de políticas públicas. Assim, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no Censo Escolar 2020 (“Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil”), aplicou um questionário sobre as dificuldades enfrentadas no período pandêmico contando para 168.739 escolas, sendo 97,2% públicas, ou seja, 134.606 unidades escolares, obtendo retorno de 94% desse total. Os dados da Figura 1 indicam que houve 100% de suspensão das atividades presenciais em 2020 nos âmbitos públicos e privados para enfrentar a pandemia da Covid-19.

Figura 1 – Escolas com Atividades Presenciais Suspensas no Brasil (2020)

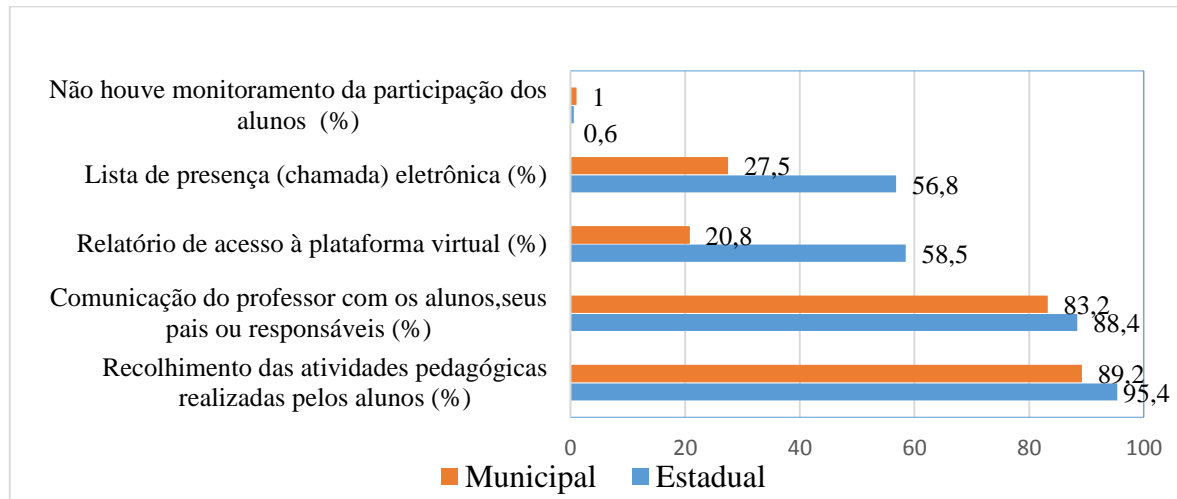


Fonte: INEP/Censo Escolar (2020)

A pesquisa UNDIME “Desafios das Secretarias Municipais de Educação na Oferta de Atividades Educacionais não Presenciais”, reforça que 83% das famílias dos alunos da rede pública em situação de vulnerabilidade (recebem até 1 salário mínimo per capita), ou seja, as famílias estavam nessa situação antes da crise sanitária sofreram mais diretamente os efeitos da crise econômica, tendo a sua condição de sobrevivência ainda mais precarizada. Nesse contexto, os alunos em vulnerabilidade social não dispõem de recursos e meios tecnológicos digitais para acompanhar os estudos remotamente. O Parecer CNE/CP nº 11/2020 descreve as inúmeras ferramentas/instrumentos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação utilizados pelas escolas e professores para realizar a disponibilização dos conteúdos e atividades

diariamente, semanalmente ou quinzenalmente durante o período de isolamento social. Vejamos a figura 2:

Figura 2 – Monitoramento das Atividades Remotas de Ensino (2020)



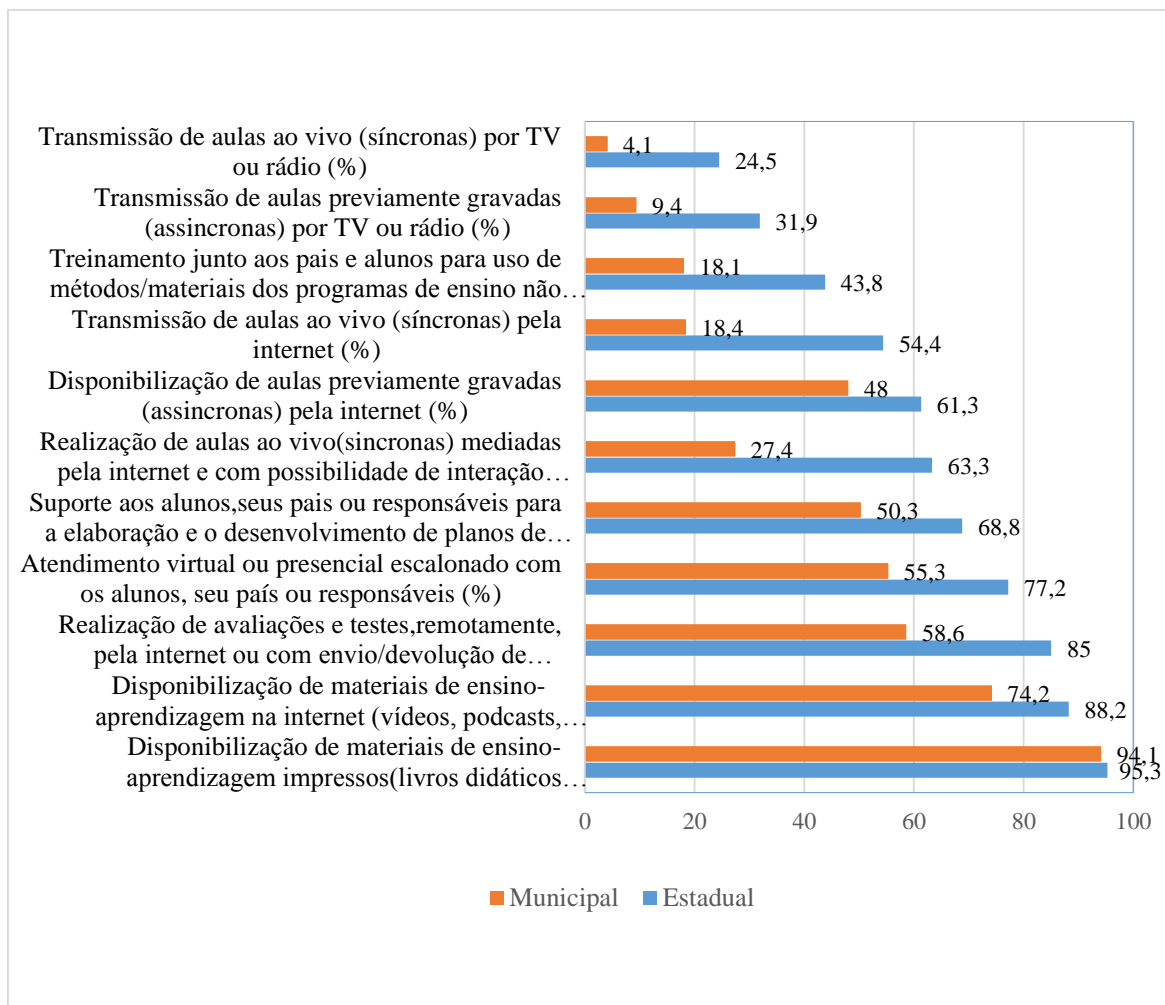
Fonte: INEP/Censo Escolar (2020)

A Figura 2 aponta que o desenvolvimento das atividades apenas monitorava e não verificava o aproveitamento dos estudantes. O Censo Escolar 2020 aponta ainda, que com o acesso precário às tecnologias, a maioria dos alunos recebeu os materiais para o ensino aprendizagem de forma impressa em suas casas ou os retiraram na unidade escolar (Figura 2). Podemos verificar que os alunos da rede estadual de ensino possuem mais conexões às ferramentas mediadas pela internet do que os estudantes da rede municipal. Identificamos como fator determinante para essa realidade o fato de que a maioria dos municípios atendem a Educação Infantil e Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), de modo que a rede estadual, em sua grande maioria, atende ao Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e o Ensino Médio, etapas da educação em que os estudantes têm maior autonomia e desenvoltura. Situação contrária à Educação Infantil e Ensino Fundamental I, pois as crianças dependem muito mais do auxílio de um adulto e de seus respectivos aparelhos tecnológicos.

Acreditamos ser necessário evidenciar alguns fatores relacionados com a Nota Técnica nº 70/2020 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulada “A Infraestrutura Sanitária e Tecnológica das Escolas e a Retomada das Aulas em Tempos de Covid-19”, que viabiliza suporte técnico institucional para as ações governamentais para fomentar políticas públicas e programas para os brasileiros, e também pesquisas e estudos para a sociedade. O documento também destaca as desigualdades marcantes no âmbito educacional, que com a pandemia foram aumentadas, pois os estudantes com menor acesso aos dispositivos e a internet, bem como auxílio de seus familiares em decorrência da baixa escolaridade.

A Nota Técnica IPEA nº 70/2020 dispõe a quantidade e percentuais de escolas do Ensino Fundamental e Médio que tinham acesso (ou não) à internet, a saber: 35.759 (27%) das unidades escolares não tinham acesso, enquanto que 98.394 (73%) acessavam a rede. A Região Centro-Oeste apresentava o maior número de escolas com conexão à internet, porém a sua velocidade não dava conta de suportar a demanda de alunos e professores. O estado de Goiás, por sua vez, contava com 104 (3%) unidades escolares sem acesso e, em contrapartida, com 3.453 (97%) que tinham acesso. Essas informações são confirmadas na figura abaixo:

Figura 3 – Estratégias e Ferramentas Utilizadas para o Desenvolvimento do Processo de Ensino e Aprendizagem no Período Pandêmico (2020)

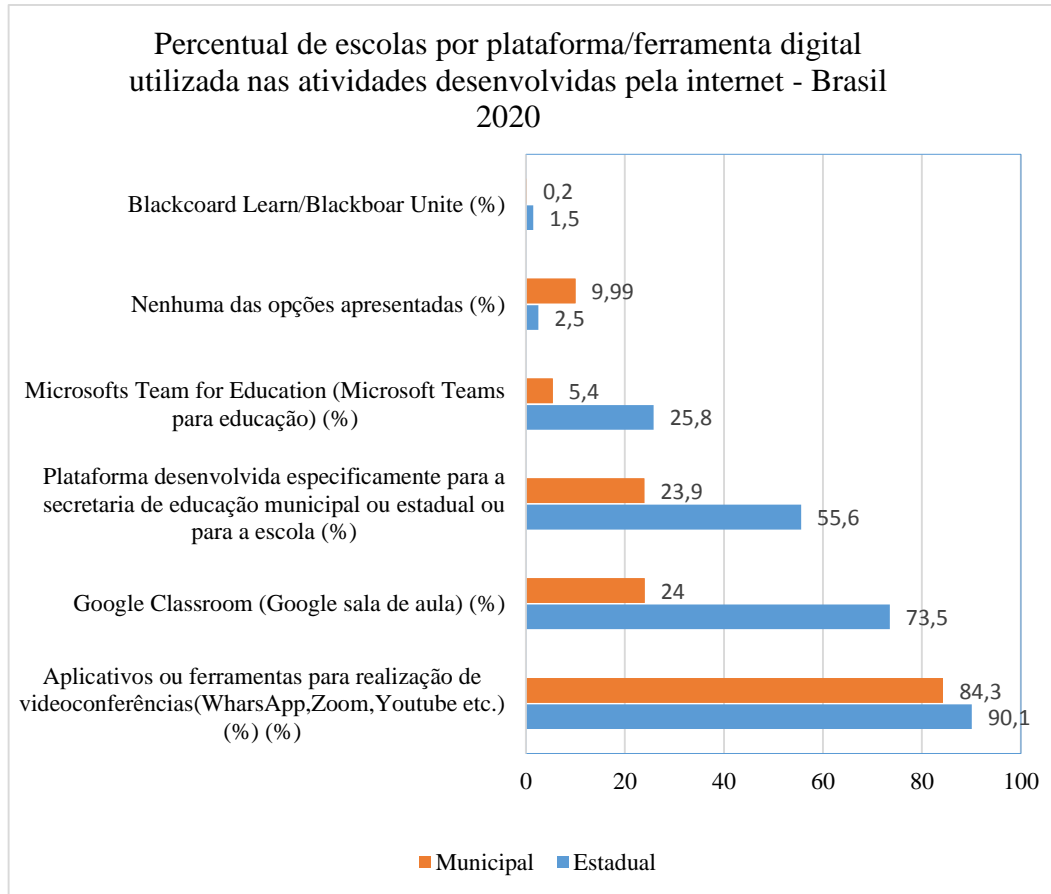


Fonte: INEP/Censo Escolar (2020)

De acordo com a Figura 3 o acesso aos conteúdos pela internet através de vídeos e aplicativos para celular foi bastante reduzido. Desse modo, a realização e devolução das atividades pela internet decorre da ausência de conexão, do espaço de memória do celular ser insuficiente ou ausência do próprio aparelho. As aulas assíncronas, ou seja, gravadas e disponibilizadas pela internet foram mais acessíveis do que as aulas síncronas (aulas ao vivo),

isso porque, ao vivo o consumo da internet, sobretudo, dos dados móveis, é maior. Vejamos a figura 4:

Figura 4 – Plataformas e Ferramentas Digitais Utilizadas no Processo de Ensino e Aprendizagem no Período Pandêmico (2020)



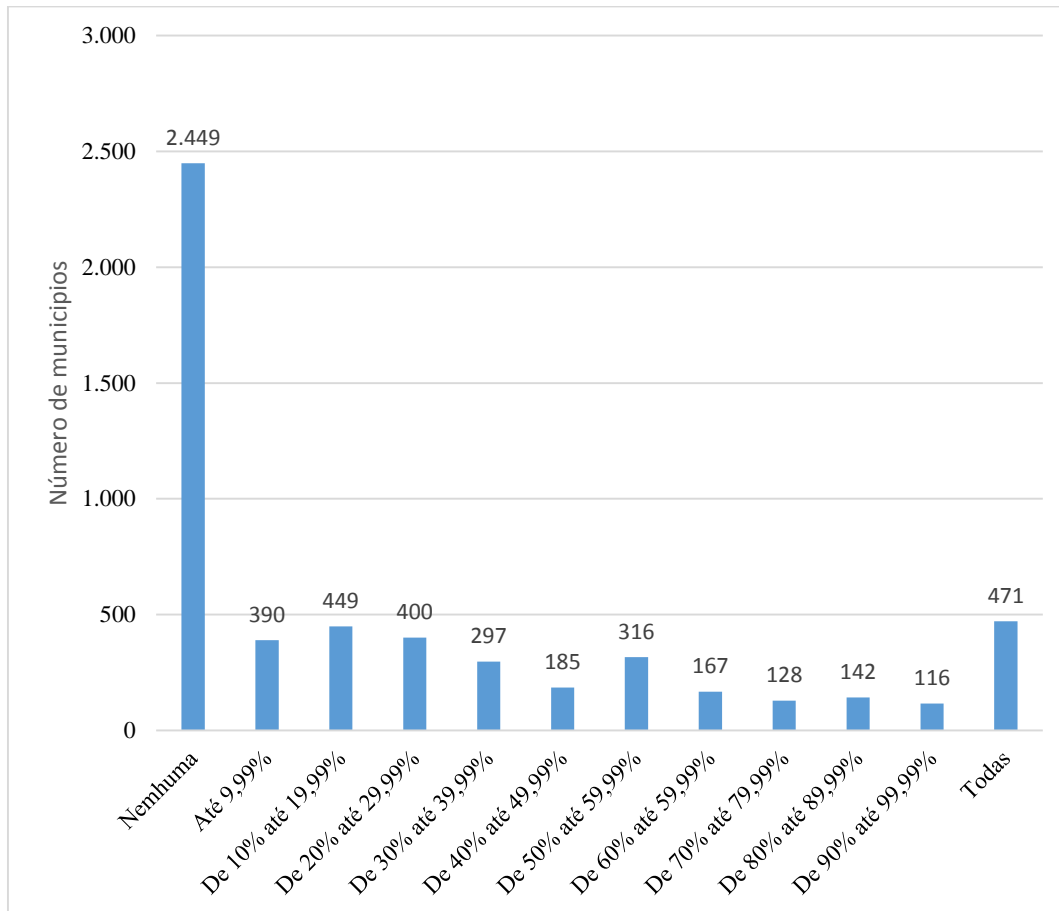
Fonte: INEP/Censo Escolar (2020)

Ao analisar as informações contidas na Figura 4, constatamos que as ferramentas mais utilizadas para desenvolver o processo de aprendizagem na pandemia foram o *WhatsApp* e o *Youtube*, justamente pelo fato de a maioria das operadoras disponibilizam estes aplicativos de maneira ilimitada em alguns planos que são mais acessíveis ou até mesmo, como anunciou o site “Tudo Celular”, o Site de Telefonia Brasileira, juntou algumas operadoras para auxiliar no período de isolamento social. A transmissão ao vivo foi a mais utilizada pelos professores em razão da facilidade e da disponibilidade gratuita de ferramentas como *Microsoft Teams*, *Zoom*, e *Google Meet* e outros, porém, a instabilidade da internet que os professores utilizaram em seus dispositivos digitais para transmissão ao vivo foi um problema.

Outra plataforma bastante acessada pelas escolas foi o *Google Classroom* (Google Sala de Aula), utilizada para o ensino e aprendizagem como ferramenta para professores interagirem com alunos e seus pais mediante postagem de atividades, resolução de exercícios,

postagem de textos, resolução de avaliações através do *forms*, *feedbacks* de notas etc. No entanto, neste caso as barreiras de conectividade foram maiores, pois esta plataforma não possui o acesso ilimitado concedido por muitos planos de internet móvel, já que se enquadra como site de busca direta.

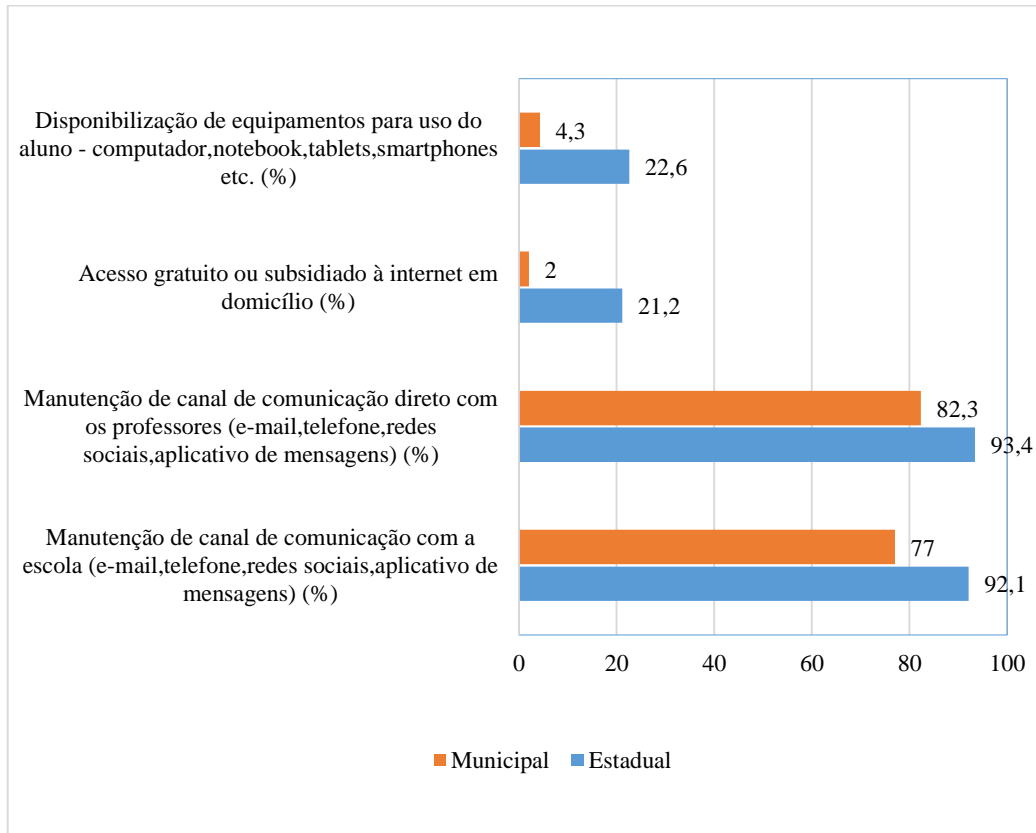
Figura 5 – Distribuição das Escolas que Realizaram Aulas Síncronas Mediadas pelos Recursos Digitais/Tecnológicos



Fonte: INEP/Censo Escolar (2020)

Os dados apresentados na Figura 5 tratam das aulas síncronas (ao vivo) que possibilita o contato em tempo real com o professor e demais alunos através da utilização de aplicativos, então conforme a pesquisa indica que a maioria dos municípios não houve acesso mediados pelos Recursos Digitais/Tecnológicos como indica a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2020), que para garantir o ensino remoto com a interrupção causada pelo Covid-19, disponibilizou um guia detalhado para professores de como utilizar as aulas de transmissão ao vivo, bem como para compreender esse contexto flexível e mediar os conteúdos *online*. Vejamos os dados disponibilizados na Figura 6.

Figura 6 – Estratégias de Comunicação e Apoio Tecnológico Disponibilizados aos Alunos durante a Pandemia de Covid-19 (2020)



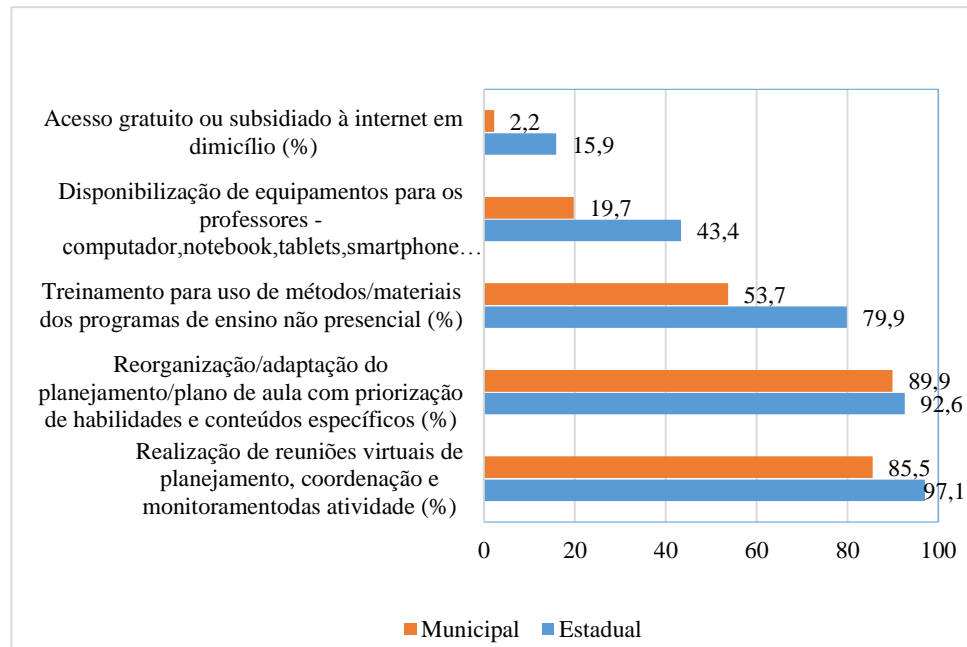
Fonte: INEP/Censo Escolar (2020)

Na figura 6 é explícito que não houve apoio tecnológico com acesso gratuito à internet e a manutenção dos aplicativos conforme as pesquisas foram feitas pelos próprios profissionais que utilizavam sua renda salarial ou até mesmo aquisição. Em que cada município organizou o canal de manutenção e comunicação entre professores e alunos para que as aulas permanecessem.

O aprofundamento das desigualdades sociais durante a pandemia da Covid-19 impõe desafios aos governos federal, estaduais e municipais na construção e implementação de políticas educacionais para o funcionamento do ensino de forma remota/virtual nas escolas públicas, que se viram obrigadas a ampliar os objetivos e as finalidades da educação no sentido de responder às contínuas causadas pela crise sanitária, que evidenciou o enfrentamento a outro problema: a exclusão digital.

Desse modo, os alunos que não possuíam aparelhos tecnológicos, não estavam conectados, não tinham acesso ao conhecimento. Essa divisão denuncia as escassas condições nas quais muitas famílias já viviam, aprofundando as diferenças de oportunidade.

Figura 7 – Estratégias Adotadas pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação para a Prática Docente no Período Pandêmico (2020)



Fonte: INEP/Censo Escolar (2020)

Retomando as informações contidas no Parecer CNE/CP nº 11/2020, metade das unidades escolares públicas brasileiras indicavam dificuldades na realização e concretização das atividades não presenciais por indefinição das normativas dos respectivos sistemas e dificuldades dos professores em lidar com as tecnologias e falta de equipamentos (Figura 7). Assim, lidar com as ferramentas tecnológicas sem formação para o ensino tecnológico é demasiadamente complexo, sendo necessário que os órgãos responsáveis promovam mudanças efetivas para satisfazer as deficiências e necessidades localmente.

De acordo com o relatório da OCDE, o aprofundamento das desigualdades escolares afeta diversas esferas da vida material, na medida em que restringe o acesso das classes subalternas a uma educação de boa qualidade, pois não possuem os recursos, instrumentos e ferramentas necessárias para acessar e utilizar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Portanto, torna-se imprescindível considerar que:

A situação social e econômica dos alunos, inclusive a raça, tem um impacto significativo nos resultados de aprendizagem. Os alunos de origens mais pobres não têm as mesmas oportunidades que seus colegas em melhor situação e tendem a frequentar escolas de qualidade inferior. Isso prejudica suas oportunidades na vida, medidas por sua inserção no mercado de trabalho e rendimentos, refletindo e agravando as desigualdades no País. O fechamento prolongado das escolas e os modelos de ensino a distância implementados durante a pandemia da Covid-19 também podem levar a perdas de aprendizagem, em particular, entre os alunos mais vulneráveis (OECD, 2021, p. 22).

Nesses termos, o nosso entendimento é de que a condição socioeconômica contribui para o crescimento da evasão escolar, baixo desempenho, prejuízos à saúde psicológica, tanto dos alunos quanto dos professores. “A falta de acesso a materiais básicos e recursos didáticos em casa pode impor uma barreira à aprendizagem, especialmente para os alunos mais vulneráveis. Mais uma vez, a crise da Covid-19 e a migração para o ensino a distância amplificaram esse problema” (OCDE, 2021, p. 24). Não desmedido repetir que sistema capitalista tem a essencial necessidade da atividade produtiva da classe trabalhadora e de suas relações, definindo as condições de acesso e produção do ser ontológico.

Diante do exposto, cabe destacar que as estratégias para a realização e desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem remotamente limitaram-se a readequações e readaptações frágeis e insuficientes no contexto escolar, consequência da falta de estrutura, planejamento e organização, limitada atenção e investimento por parte Estado para atender a imediata e reais necessidades das instituições de ensino públicas, de seus alunos e profissionais, enfim da população brasileira, sobretudo, das classes subalternas.

4.2 Impactos no Processo de Escolarização em Tempos Pandêmicos da Covid-19: Dados da Imprensa Nacional

O materialismo histórico-dialético nos permite examinar a realidade que caracteriza a sociedade capitalista em sua concretude, especialmente em períodos de crise das mais diversas ordens – econômica, política, social e sanitária – que assolaram e assolam a humanidade. Nas palavras de Marx (2019) essas características da sociedade permitem entender os contextos e as realidades postas em evidência. Nessa perspectiva, Lukács (2013) destaca que as crises econômica e financeira produzem a diminuição dos salários, a intensificação da exploração capitalista e, portanto, intensificação das desigualdades sociais.

Ao considerarmos a nossa opção metodológica nos ocupamos do desafio de coletar informações disponibilizadas sobre a pandemia da Covid-19 e a educação por veículos de informação e comunicação nacionais e internacionais. Iniciamos as nossas exposições com base no artigo “A Educação e a Escola em Tempos de Coronavírus”, escrito por Carlota Boto e veiculado pelo Jornal da Universidade de São Paulo (USP) no dia 08 de abril de 2020, que noticiava que a Covid-19 impactou a educação em razão de os professores não terem a escola como seu território, pois as aulas para os alunos passaram a ser a distância. Nesse momento, a qualidade do ensino passava a ser indagada por todos. A autora questiona quais as lições aprendemos desse tempo em que não estávamos no contexto físico da escola. Historiza a

escolarização com acesso à leitura nas escolas municipais e nos colégios em que o Estado se apropriou da utilização técnicas e métodos de ensino da Educação a Distância (EaD).

De acordo com a autora, no século XX, a escolarização pública passou a ser vista como inoperante por suas práticas engessadas e conservadoras, centralizada apenas no professor e com o movimento da Escola Nova instaura uma postura com maior autonomia para o aluno e liberdade e inovação quanto às estratégias didáticas de ensino, valorizando o conhecimento prévio do aluno. Boto (2020) destaca que desde os anos 1960 vivemos uma busca incessante para vencer o fracasso escolar e um ensino com oportunidades democráticas.

Em vista disso, indaga sobre o fracasso escolar relacionado às carências e necessidades que viviam as famílias brasileiras e que nos anos 1970 com a teoria desescolarização, que evidencia o lugar social que escola está inserida e que nesse contexto está inserido o aluno e sua reprodução cultural; muitas vezes o espelho refletido na escola é a desigualdade social. Na passagem do século XX para o XXI, essa discussão é sobrepujada a partir de discursos de interatividade com os conteúdos de cunho culturais pela escola, trabalhados com ênfase em currículos. Em consequência, a escola produz desigualdades rotineiras em que a exclusão e desempenho escolar deixa de estar apenas na escola e se alastra para a divisão de classes.

Segundo Boto (2020), no final do século XX e início do XXI se intensifica a era do computador que impacta toda a sociedade e a escola não soube lidar com as tecnologias, principalmente com a internet. Ressalta que no cume da discussão sobre as aulas remotas durante a pandemia da Covid-19 houve resistência da escola e de seus profissionais. Assim, temos a constatação do óbvio: há muitos alunos da rede pública que não têm acesso à internet de banda larga para o desenvolvimento do ensino, sendo vital a elaboração de projetos eficazes para o acesso às ferramentas digitais e às plataformas na educação com vistas a contemplar todos os alunos, que os órgãos responsáveis viabilizem políticas públicas efetivas para garantir oportunidades pedagógicas digitais de maneira integral.

O texto “Atualidades, Ciências, Cultura, Diversidade e Educação Institucional” de Luiz Cantarelli (2021), também publicado pelo Jornal da USP, aponta que na pandemia a organização do ensino se diversificou entre os entes da federação, isso se deu pela falta de coordenação do Ministério da Educação e Ministério da Saúde na oferta de ferramentas e recursos mínimos para garantir uma educação de qualidade durante a crise sanitária e minimamente uniforme, além de destacar os inúmeros cortes na educação e afirmar categoricamente que a educação não foi prioridade do atual (des)governo.

A revista semanal Carta Capital publicou em 30 de abril de 2021 uma matéria que o Brasil poderia regredir mais de duas décadas no combate à exclusão escolar e que o alerta foi

dado por Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A autora Ana Luiza Basílio, relatava que no Brasil quase 1,1 milhão de crianças e adolescentes com idade escolar estavam fora da escola antes da pandemia e, em novembro de 2020, o número já era de 5 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos de idade sem acesso à escola. A autora indica que 1,5 milhão de alunos não frequentavam a escola de forma remota e 3,7 milhões, mesmo estando matriculados não tiveram acesso às atividades escolares e não conseguiram se manter aprendendo em casa.

Basílio (2021) reforça que naquele momento a necessidade da implementação de políticas públicas para a busca ativa dessas crianças excluídas da escola se fazia urgente, bem como garantir o acesso à internet para aqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade, disponibilizando condições e recursos condições para a sua permanência no processo formativo. Tais ações deveriam ser articuladas por todos os setores públicos como educação, saúde, assistência social e também atendimento à saúde mental conforme explicitam especialistas sobre o assunto.

Em tal contexto, recorreremos às assertivas de Marx (2019) ao destacar a luta de classes na sociedade capitalista entre aqueles que detém a propriedade dos meios de produção e aqueles que vendem a sua força de trabalho e não acessam o resultado de atividade laboriosa: o produto/mercadoria. Para melhor explicar a afirmativa, esclarecemos que os pais trabalham, geram riquezas e lucros para seus patrões, mas com os salários recebidos não conseguem garantir a plena satisfação de suas necessidades como alimentação, moradia, saúde e educação. As afirmações de Antunes (2020) embasam os nossos argumentos ao afirmar que:

O exemplo abarca também as crianças pobres em idade escolar: se não vão às escolas públicas por causa da pandemia (o que é justo e necessário para restringir a expansão do coronavírus), não têm como se alimentar. Se vão às escolas, correm o risco de se contaminar e transmitir a doença a seus familiares. A classe trabalhadora, então, se encontra sob intenso fogo cruzado. Entre a situação famélica e a contaminação virótica, ambas empurrando para a mortalidade e a letalidade (ANTUNES, 2020, p. 20).

Matéria exibida pelo Jornal Nacional em 20 de maio de 2022 apontava que o Censo Escolar destaca o impacto negativo da pandemia na Educação Básica e que a taxa de abandono no Ensino Médio havia duplicado em 2021 em comparação com 2020. A matéria explicitava que as regiões do país com taxas de pobreza mais expressivas foram as mais afetadas, pois as taxas de abandono escolar ficaram acima da média nacional. Na mesma direção, o Ministério da Educação mediou a avaliação das unidades escolares de Ensino Fundamental concluiu que em questão de conhecimento e autonomia em português e matemática em interpretação, habilidades e cálculos básicos os alunos obtiveram mau desempenho. E, que a vulnerabilidade

socioeconômica se reflete na defasagem da aprendizagem, sendo necessário priorizar a educação por meio insumos financeiros e técnicos.

O documentário “Educação na Pandemia: Retratos Futuros”, produzido pelos parceiros privados Somos Educação e Instituto Ayrton Senna, mostrou realidades vivenciadas por professores e alunos em que praticamente nos dois últimos anos as escolas estiveram fechadas e milhões de crianças e adolescentes foram privadas das aulas presenciais, sem a merenda escolar fundamental para a alimentação de muitos. O documentário propôs a reflexão sobre educação e desigualdades sociais, aprofundadas durante a pandemia e, sobretudo, pela inércia e descaso do atual governo federal.

A obra salienta a disposição e a dedicação de professores na materialização de projetos e atividades no período pandêmico, incentivados pelo I Prêmio CpE na Sala de Aula da Rede Nacional Ciência para a Educação (CpE), iniciativa lançada em junho de 2021, que concedeu a 9 professores uma premiação em dinheiro para as melhores desenvolvimentos: 3 professores do estado de Pernambuco; 2 do estado de São Paulo; 1 do estado de Rondônia; 1 do estado do Maranhão; 1 do estado de Minas Gerais; 1 do estado do Paraná; além de 10 menções honrosas.

O projeto contou com a colaboração de professores e pesquisadores do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, Museu do Amanhã, Academia Brasileira de Ciências, Instituto Ciência Hoje e Sociedade Brasileira de Neuropsicologia. A iniciativa buscou evidenciar a questão socioeconômica, considerando o histórico abismo educacional em nosso país, que com a pandemia e as escolas fechadas aprofundou entre dominantes e dominados que se encontram em situação emergencial, sem emprego, sem salário, sem comida, sem moradia e, muito menos sem o menor acesso aos bens materiais e imateriais fundamentais à vida.

A pandemia da Covid-19 transformou de forma irreversível as nossas realidades em todas as direções da vida em sociedade e, nessa direção, requer que nos ocupemos da análise, do entendimento, da reflexão e da construção de alternativas prévias e concretas para combater e superar as imensas dificuldades impostas à humanidade em situações de crises, para muito além das econômico-financeiras, pois a sociedade não pode mais e definitivamente estar submetida ao lucro e acúmulo de riquezas concentradas nas mãos da minoria. Não podemos mais acreditar em “achismos” na educação, por exemplo, pois constitui em um dos mais importantes instrumentos para a transformação da sociedade e superação do capitalismo.

A pandemia produziu efeitos e prejuízos nefastos para a sociedade, economia, política, causando transtornos irreparáveis para a humanidade. Nessa direção, precisamos nos encaminhar para a modernização do campo social, pois de outro modo não haverá em um

reduzido espaço de tempo a humanidade – “que Marx nos perdoe” –, pois fomos alertados. Respondemos timidamente à pandemia, inicialmente, com o isolamento social e, na educação, com o “ensino remoto emergencial”, insuficiente para responder às necessidades impostas pelo adverso contexto.

Diante do incompreensível nos vimos na contingência de parar tudo. Professores não foram preparados em nenhum país do mundo para lidar com uma situação como esta. No entanto, vimos a disposição e o empenho desses profissionais que assumiram a responsabilidade contatando os alunos e dando sequência ao processo de ensino e aprendizagem remotamente com gravação de aulas, postagem de atividades e tantas outras formas criadas e barreiras superadas para a continuidade do ensino, mesmo diante da inércia do maior órgão educacional do país.

O documentário “Educação na Pandemia: Retratos Futuros” traz o relato de uma professora que explica como foram as aulas de história que envolveu a família no processo da leitura e a importância da afetividade antes mesmo da pandemia. Os vários estudos mostram que escolas que conseguiram engajar as famílias no projeto político-pedagógico da escola obtiveram melhores resultados em diversas matérias como por exemplo de língua estrangeira.

Isso é importante, mas mais importante é os pais acompanharem as atividades da escola, pois potencializam a ação dos professores e é necessário compreender o contexto escolar. Todavia, existem muitos pais analfabetos e que não estavam em casa porque tinham que buscar uma fonte de renda para alimentar a família e não tinham computadores, conectividade com a internet, muitas vezes apenas um celular para uso da família inteira e quando chegavam em casa exaustos não conseguiam ajudar seus filhos.

Diversos pesquisadores da educação e da saúde destacam que o governo negacionista não definiu diretrizes e não disponibilizou ferramentas para as aulas *online*, determinou que cada estado deveria construir uma diretriz para as aulas, em consequência os próprios professores tiveram que buscar soluções para conseguir atingir diversos estudantes das mais variadas formas dentro de um mesmo conteúdo, por meio de *podcast*, *Whatsapp*, gravações das aulas, correção de atividades que os alunos recebiam e aulas síncronas por meio de vídeos chamadas. Os alunos que não tinham acesso à internet, participavam das aulas assíncronas (gravadas) ou buscavam roteiros nas escolas para fazer atividades sem explicações.

Os professores relatam que em um período curto de tempo tiveram que se aprimorar e aprender muitas coisas. As aulas remotas e o isolamento físico/social possibilitaram perceber o quanto o professor é importante para humanidade e que é de suma importância capacitar, qualificar e valorizá-los para que tenham condições efetivas com vistas a preparar seus

alunos para a vida em sociedade. Segundo Mendonça (2019) a legislação brasileira estabelece que a educação constitui um direito fundamental de todo indivíduo, mas durante a pandemia foi sistematicamente violado. De acordo com Marx (2019), os sujeitos vivem em condições de exploração, sendo usurpados de seus direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.

O Canal Saúde Oficial Pandemia e Desigualdade na Educação elaborou uma série de vídeos que relatam sobre a “Pandemia e Desigualdade na Educação”. O apresentador Renato Farias, a Professora da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenadora do Comitê do Distrito Federal da Campanha Nacional de Direito à Educação, Catarina Santos e o Estudante do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp/UFRJ), Membro do Grêmio Estudantil e do Coletivo Negro (CAPretos), Miguel Brum reafirmam que com o isolamento social, as aulas passaram a ser de forma remota e com isso as desigualdades existentes entre os sistemas público e privado de ensino aumentaram. O programa foi exibido em 27 de julho de 2020 e sublinha que as desigualdades brasileiras na educação já existiam, mas foram acentuadas ou até mesmo aprofundadas na pandemia. Constatação semelhante às demais apresentadas até aqui.

A professora Catarina Santos começa seu diálogo demonstrando o impacto que a educação brasileira sofreu nesse período e constata que o Brasil é um país extremamente desigual e a oferta da Educação Básica sobre responsabilidade de estados e municípios que também têm capacidades arrecadatória desiguais. Aponta que no Brasil hoje há 10 mil escolas públicas que não têm sequer água potável. Na escola pública os alunos dependem da alimentação que dá uma segurança nutricional-alimentar e materiais escolares, visto que não têm infraestrutura básica em casa, não tem acesso à internet, não tem acesso a um conjunto de elementos que são fundamentais para a garantia do direito à educação.

O canal do *YouTube* “O Tempo”, no dia 12 de abril de 2021, lançou o primeiro episódio da série “O Abismo da Educação, com a Restrição de Acesso à Internet”, no qual consta que a queda na renda e a desigualdade social dificultam o aprendizado e contribuem para o aumento do abandono escolar, que já atinge 1,38 milhões de estudantes. A reportagem evidencia a dificuldade enfrentada pelos estudantes no momento pandêmico, pois em alguns momentos aprenderam em casa sozinhos por não terem explicação do professor em razão de não terem acesso à internet para as aulas *online*. Os pais, por sua vez, se sentiram despreparados, sobrecarregados e preocupados com as dificuldades econômicas e com atraso escolar dos filhos.

Os professores participantes da entrevista afirmaram que em casa era muito difícil adaptar as aulas *online*, eram vários os ruídos, obstáculos e o *Whatsapp* se tornou a melhor opção tecnológica para desenvolver o trabalho. Os professores atestaram que investiram do

próprio salário para adquirir microfone, mesa digitalizadora, aumentar memória no *notebook*, além de ter que trocar de HD para aumentar velocidade, trocar de operadora para aumentar a velocidade da internet e comprar celulares com maior memória.

Mesmo sem contar com nenhum auxílio financeiro por parte das instâncias de poder, se viram obrigados a adquirir tais materiais tecnológicos, pois a internet de casa parava de funcionar e então tinham que usar 3G ou 4G no celular, e quando retornava os alunos tinham perdido o foco. Os professores declararam que boa parte das famílias de seus alunos tem vários filhos e apenas um aparelho de celular compartilhado por todos, resultando no constante atraso da entrega das atividades. Os professores entrevistados denunciam a inércia e descaso do Ministério da Educação durante o período pandêmico, na medida em que não se ocupou de imediato de definir estratégias, meios e recursos materiais para a realização do ensino remoto.

O MEC, tardiamente lançou apenas sugestões de vídeo aulas em plataformas virtuais, redes sociais, programas de televisão e rádio e entrega de material didático. Tudo de forma muito superficial, numa tentativa de normalidade em tempos anormais. Diante disso, Mészáros (2008) expõe que é essencial uma educação ampla em que o ser humano seja o centro em um processo de cidadania permanente para a construção dos direitos democráticos para uma transformação no quadro social do país, pois só mudará quando as práticas educacionais forem prioridades para cumprir as funções e promover a mudança.

A TV Record de Goiás exibiu uma matéria no dia 28 de abril de 2021 com a chamada: “Educação na Pandemia: Pesquisa Revela Queda no Rendimento dos Alunos”. A pandemia provocou uma queda no rendimento escolar em todo o país e se para os adolescentes é difícil lidar com a falta de socialização, nas crianças o impacto é ainda maior. Em sua casa uma professora da rede pública montou uma sala de aula, assim como tantos outros tiveram que utilizar a mesma metodologia. Ela descreve que em sua rotina durante as manhãs ministrava as aulas *online*, porém atendia os alunos até as 22:00 da noite, pois muitos pais trabalhavam o dia todo e só conseguia orientar os filhos ou emprestar o celular a noite. A qualidade da educação no Brasil é um problema histórico, político, econômico e social, e a pandemia colocou em evidência a educação que se faz nas instituições de ensino públicas em nosso país.

O Jornal Brasil Central, no dia 21 de abril de 2021, com a chamada “Educação Pública em Goiás atua para Diminuir Impacto da Pandemia”. O veículo de comunicação revelou que a educação pública apresentava grande evasão escolar e dificuldade de acesso à internet, apenas alguns dos desafios enfrentados pela educação pública durante a pandemia em Goiás. Na ocasião, a Secretária de Educação Fátima Gavioli explicou como agiu para diminuir esses problemas e que as escolas estaduais permaneciam com 30% do quadro de admissão em sistema

de revezamento para atender a comunidade escolar e possibilitar a entrega dos *kits* de alimentação e que após a vacinação todos retornaram às aulas presenciais.

A Secretária esclarece que foi empregada uma busca ativa como força-tarefa daqueles alunos que não se transferiram e não tiveram óbito registrado, ou seja, aquele estudante que aparentemente abandonou a escola. Afirma que compreende que haverá reflexos negativos quanto à aprendizagem nos próximos cinco anos. Apesar de todos os problemas, Fátima Gavioli afirma que, conseguiu aproximar pais e alunos que estavam afastados da escola, em função de alguns pais irem na escola para buscar e deixar as atividades. Informa ainda, que 70 mil estudantes em todo o estado não têm acesso à internet e o desafio dos professores era fazer atividades impressas para facilitar o aprendizado desses alunos.

De acordo com a Secretária de Educação de Goiás, o Programa Bolsa Estudo, lançado em 2021, beneficiou todos os estudantes matriculados na rede pública estadual de ensino com R\$ 100,00 (cem reais) por mês – de fevereiro a junho e de agosto a dezembro. O Programa foi criado pela Lei 21.162 e consistia em uma política pública de caráter educacional e assistencial para incentivar a aprendizagem, combater a evasão escolar e atenuar os efeitos econômicos da pandemia da Covid-19.

O Jornal do SBT na TV exibiu um programa especial sobre o tema “Educação Pós-Pandemia: Desafios e Soluções”, que discutiu como a educação foi afetada pela Covid-19 e quais medidas foram tomadas para diminuir os problemas provocados pela doença. Destacou que com as escolas fechadas pela pandemia da Covid-19, estudantes e professores tiveram que mergulhar num novo modelo de ensino (remoto) um grande desafio para todos. A reportagem entrevistou especialistas para abordar o futuro da educação brasileira pós-pandemia. A primeira pergunta foi: quais são os desafios que a educação vai ter no período pós pandemia?

Ao que eles assinalaram alguns problemas já existiam antes da pandemia, mas a crise sanitária fez com que a questão das desigualdades sociais se aprofundasse de forma brutal, assim como a questão da aprendizagem escolar no Brasil. Enfatizaram um grande retrocesso na proficiência em língua portuguesa e em matemática, conforme demonstraram as primeiras avaliações feitas no período em questão. De acordo com os especialistas, a educação retrocedeu 14 anos em aprendizagem e, mais uma vez, aparece a questão da evasão escolar que se acentuou.

Uma estudante do 7º ano do Ensino Fundamental, de 12 anos de idade, da rede ensino municipal, revelou que as aulas presenciais eram muito boas e listou as dificuldades das aulas *online*, lembrando como era recorrente a queda da internet. Havia barulhos no fundo que não a deixavam escutar as aulas. A reportagem destacou que os professores terão o desafio de não só ensinar o conteúdo do ano letivo de 2022, mas resgatar o que foi perdido nos outros anos. Será

necessário fazer uma espécie de *continuum* curricular, importante manter no ensino presencial as novas tecnologias adotadas no período pandêmico, mas sem esquecer de preparar os professores por de formação continuada para as TDIC.

Por fim, o Programa “Educação Pós-Pandemia: Desafios e Soluções” se ocupou de apontar que o Ministério da Educação não ofertou estratégias sólidas para os estados e municípios. Enfatizou que o órgão se manteve ausente e que a inclusão digital se faz urgente, pois a imbricação tecnologia e educação é uma realidade. A internet banda larga não é luxo, mas, sim, o caderno e o lápis do tempo presente, portanto, é fundamental um planejamento pedagógico para alunos que combine o ensino presencial e o ensino remoto usando as novas tecnologias de informação.

O Jornal Nexo por meio da escrita de Christina Queiroz, em 11 de junho de 2021, declarava que o *déficit* de aprendizagem em escolas da rede pública poderia impactar a renda futura dos estudantes, pois o fechamento das escolas do ensino básico por causa da crise sanitária da Covid-19 e a adoção da educação remota emergencial muito prejudicou a aprendizagem, interferindo no desenvolvimento da proficiência dos estudantes. Vinculada a essa concepção o Jornal Nacional (Rede Globo) apontou “que sete em cada dez estudantes de sete anos não sabem ler nem escrever, ou conseguem ler muito pouco”.

De acordo com a reportagem do JN exibida em novembro de 2021, uma das estudantes declarou que por não ter as ferramentas tecnológicas e ninguém para auxiliá-la para fazer as tarefas desistiu de estudar. A entrevistada afirmou que muitos dos seus amigos passaram pela mesma situação, pois tiveram que trabalhar para ajudar nas despesas da casa e não continuaram com o ensino remoto. Uma mãe de aluno explicou que por ter um único celular para três filhos teve que adaptar e escolher qual filho iria estudar. Outra consequência negativa ressaltada foi que os alunos em fase de alfabetização foram os mais prejudicados, pois não estão lendo ou leem com muita dificuldade e poucos são leitores fluentes, portanto, a colaboração entre pais e escola é urgente e, sobretudo, ações efetivas do Estado para reverter este quadro o mais rápido possível.

Considerando esse contexto, Dubet (2001) argumenta que o reflexo do indivíduo que vive uma constante luta pela cidadania em busca de obter melhores condições sociais, culturais e educacionais na sociedade atual, o conceito de democracia não se efetiva, pois dos alunos em questão foram privados do direito de aprender a ler e escrever por não terem ferramentas tecnológicas para estudar durante o período de isolamento na pandemia da Covid-19.

O Instituto Datasenado, por seu tempo, realizou pesquisa em dezembro de 2021 para verificar os impactos da pandemia na educação no Brasil com os pais brasileiros que têm

filhos em idade escolar. O estudo apontou que as principais consequências do isolamento social se referem às mudanças de rotina e conciliar o trabalho e auxiliar as crianças nas aulas *online*. Muitos pais não tinham conhecimento dos conteúdos e nem tempo para auxiliar seus filhos no processo formativo. A pesquisa destaca também, as questões emocionais e relacionais, pois a privação de convivência com colegas fez com que os alunos ficassem sozinhos e sem sociabilidade.

A pesquisa revelou que as principais barreiras para o processo de aprendizagem é a falta de estrutura, pois faltou equipamentos como computadores, celulares, *tablets* e internet em casa, bem como enfatizou a falta de formação especializada para professores e alunos, além a dificuldades e falta de maturidade das crianças mais novas para lidarem com as tecnologias e falta de concentração no processo de aprendizagem. Aspectos que reiteram as constatações das pesquisas, reportagens e documentários realizados por outras instituições e meios de informação e comunicação.

Em abril de 2022, o Instituto Ayrton Senna, publicou uma pesquisa indicando que dois a cada três estudantes do 5º e 9º ano, do Ensino Fundamental, da rede estadual relatam sintomas de depressão e ansiedade. Segundo os informes, na pandemia tiveram dificuldades na concentração das aulas, esgotamento, perda de sono com as preocupações, que geram ansiedades e depressão, além de violências psicológicas e domésticas, sob pressão o tempo todo. Cabe destacar, que a aprendizagem está diretamente ligada ao fator emocional.

À guisa de finalização desta subseção, tomamos em empréstimo as palavras de Antonio Gramsci (2004), ao afirmar que a escola tem um papel primordial e é responsável por integrar na vida dos alunos cultura e conhecimento para que tenha oportunidades mais igualitárias com vistas a superar os próprios desafios. Mario Manacorda (2019), de sua parte, argumenta que a instrução e a formação do homem configuram sua subsistência e a direção para melhores condições de vida. E, Paolo Nosella (2017) evidencia que a transformação social e a igualdade escolar podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, enquanto protagonistas na luta por seus direitos. Lamentavelmente, o contexto pandêmico da Covid-19, E infelizmente na pandemia vimos inversões de papéis, falta de organização e de prioridades.

5 CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA NO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS/GO

No quarto capítulo (seção 5) analisamos os procedimentos realizados pelo Poder Executivo de Caldas Novas/GO sobre a dinâmica necessária para a continuidade da educação local durante o período pandêmico no biênio 2020/2021, com base em leis, decretos, portarias, circulares, os pareceres do Conselho Municipal da Educação de Caldas Novas/GO, ofícios públicos no Diário Oficial do Município, bem como quanto aos dados especificamente de Caldas Novas/GO, ainda na categoria notícias, utilizamos noticiários oficiais disponibilizados na página oficial do *Facebook* e YouTube da prefeitura, Conselho Municipal de Educação, Secretária de Educação e suas unidades escolares, para possibilitar visualizar como se desenvolveu o ensino durante a pandemia.

No transcorrer do biênio em questão, as escolas adotaram um Regime de Aulas Não Presenciais (REANP), de início, usando recursos materiais e tecnologias digitais como *Facebook* e atividades impressas para entregar aos alunos (*drive thru*) que não possuem acesso à internet. A Secretaria Municipal de Educação promoveu formação aos grupos gestores e professores das escolas, implantando de forma gradativa as plataformas *Google Classroom*, *Google Meet* e *Google Forms* para aulas em tempo real. Diante disso, na análise da realidade empírica educacional demonstraremos os fatores que impossibilitaram o acesso educacional, bem como os obstáculos decorrentes.

A presente seção está subdividida em outras duas subseções com a finalidade de sistematizar em ordem cronológica de publicação os atos do poder público que estabeleceram as medidas adotadas durante o período pandêmico e, por não se saber ao certo quando o momento se encerraria, cada ato foi renovado diversas vezes até o efetivo retorno às aulas presenciais em novembro de 2021. Na sequência, buscamos verificar as práticas das escolas locais quanto ao processo de utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) para a realização do processo de ensino e aprendizagem, tanto de professores, alunos e pais.

5.1 Acesso à Educação no Biênio Pandêmico 2020/2021: Análise dos Documentos Oficiais do Município de Caldas Novas/GO

Conforme apresentamos nos capítulos/seções anteriores, o acesso à educação pública durante o período pandêmico da Covid-19 se deu de forma precária e com a emergência de diversas desigualdades que não permitiram a igualdade de oportunidades. Embora diversas leis,

decretos, portarias e resoluções tenham sido publicadas, poucas dizem respeito a soluções palpáveis para os desafios enfrentados por professores, alunos e seus familiares.

Nesse contexto, citamos Cellard (2008) que descreve a importância dos documentos públicos não arquivados que inclui circulares, decretos, resoluções, informativos, notas e leis pois apresenta uma abordagem histórica, fatos e gestos políticos. E logo após uma descrição da sistematização das medidas adotadas na educação de Caldas Novas. Dessa forma, Pimentel (2001) define que a construção de quadros com as observações e sínteses dos conteúdos possibilitam mapear e conhecer os caminhos percorridos para uma análise sistemática dos documentos. Assim apresentamos o quadro abaixo:

Quadro 5 – Catalogação dos Documentos Analisados

DATA DA PUBLICAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL	SÍNTESE DO CONTEÚDO
13/03/2020	Decreto Estadual nº 9.633	Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV). “As aulas escolares, nos estabelecimentos públicos e privados, poderão ser suspensas conforme critérios epidemiológicos e assistenciais determinados pela autoridade sanitária aos alunos ao acesso aos recursos tecnológicos na educação formal pública”
19/03/2020	Resolução nº 01/2020 (CME/Caldas Novas)	Estabeleceu o Regime Especial de Atividades Não Presenciais, modalidade à distância em todo o Sistema Municipal de Ensino para restringir os riscos de contágio e disseminação da Covid-19
01/04/2020	Medida Provisória nº 934/2020 (Federal)	Definiu normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública
30/04/2020	Resolução nº. 02/2020 (CME/Caldas Novas)	Estabeleceu o regime especial de aulas não presenciais e/ou presenciais realizadas por meios de tecnologias será estabelecido até o dia 31 de maio de 2020, podendo ser prorrogado de acordo com as orientações das autoridades sanitárias”
07/05/2020	Nota Técnica nº 02/2020 (CME/Caldas Novas)	Indicou as orientações e sugestões, exposta nesta <i>nota técnica</i> , reforçam e conscientizam sobre as garantias dos alunos, reconhece que o Regime Especial de Aulas não Presenciais (REANP) desenvolvida de forma remota, assegura o mínimo do cumprimento de horas aulas para reorganização do calendário escolar

25/05/2020	Informativo/CME II – SME/Caldas Novas	Orientou as medidas adotadas no município sobre as aulas remotas e uso das tecnologias de informação e comunicação para manter o processo de ensino e aprendizagem em cada unidade escolar. Continuar com os grupos de <i>WhatsApp</i> com os pais dos alunos, acompanhando as atividades, distribuindo as atividades com o uso do <i>Drive Thru</i> para os alunos que não tinham acesso e sendo observado o horário de aula
02/06/2020	A Nota Técnica CME nº 03/2020 (CME/Caldas Novas)	Indicou o registro em diário de classe, o planejamento do professor e as aulas desenvolvidas na modalidade remota (REANP), a fim de garantir o cumprimento mínimo da carga horária de cada curso (série) ou disciplina na Educação Básica
31/07/2020	Resolução CME nº 05 CME/Caldas Novas)	Determinou que o regime especial de aulas não presenciais e/ou presenciais realizadas por meio de tecnologias, normatizado pela Resolução CME/CP nº. 01/2020, seja estabelecido até o dia 31 de agosto de 2020
18/08/2020	A Resolução CME nº 06/2020 (CME/Caldas Novas)	Dispôs sobre o Regime Especial de Aulas não Presenciais (REANP) no Sistema Municipal de Ensino de Caldas Novas-GO. Estabelece normas para realização das avaliações diagnósticas, e regulamenta a integralização da carga horária executada durante esse período. E dá outras providências. “Autorizou as Instituições Educacionais da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Caldas Novas, a manterem o Regime Especial de Atividades Não Presenciais e/ou presenciais mediadas por tecnologia, até o dia 31 de dezembro de 2020”
06/11/2020	Resolução nº 18/2020 CEE/Goiás	Autorizou as instituições jurisdicionadas ao Sistema Educativo do Estado de Goiás a adotarem o Regime Especial de Aulas não Presenciais e/ou presenciais mediadas por tecnologia –REANP para o ano letivo de 2021, enquanto durarem as medidas de isolamento social impostas pela pandemia.
23/11/2020	Relatório de Acompanhamento das Aulas não Presenciais (Professores) (SME/Caldas Novas)	Apontou as maiores dificuldades na realização das aulas não presenciais.
20/12/2020	Resolução nº 20 CEE/Goiás	Dispôs sobre o encerramento do ano letivo de 2020

07/01/2020	Resolução nº 01/2021 (CME/Caldas Novas)	Autorizou para as Instituições Educacionais que compõem o Sistema Municipal de Ensino do Município de Caldas Novas – Goiás, quanto ao encerramento do ano letivo de 2020 e adoção do <i>Continuum Curricular</i> das séries e/ou ano escolares de 2021
19/01/2021	Resolução nº 03/2021 (CME/Caldas Novas)	Propôs o REANP para manutenção e continuidade do ano letivo de 2021, compreendendo-o como o pilar que sustenta as atividades educacionais ao mesmo tempo em que preserva a vida humana, enquanto cada unidade educacional se adequa às “aulas híbridas”
12/05/2021	Lei Municipal nº 3.162/2021	Definiu sobre a inclusão de medidas de capacitação socioemocional e o acolhimento psicológico à distância em situações durante e após pandemia da Covid-19 pelas unidades escolares públicas de Educação Básica do município
03/08/2021	Decreto Municipal nº 1.635/2021	Instituiu que o início das aulas presenciais na modalidade híbrida teria início em 9 de agosto de 2021 nas instituições que receberam autorização seguindo o que preconiza o Protocolo de Retorno das Atividades Docentes, em consonância com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado junto ao Ministério Público do Estado de Goiás
13/09/2021	Decreto Municipal nº 1.907/2021	Designou que as Escolas Públicas Municipais, CMEIs e Creches voltam a funcionar conforme regras sanitárias já estabelecidas, com uma capacidade máxima de 75% (setenta e cinco por cento”
09/11/2021	Resolução CME nº 018/2021 (CME/Caldas Novas)	Definiu sobre o retorno integral das aulas presenciais no Sistema Municipal de Ensino de Caldas Novas a partir de 16 de novembro de 2021

Fonte: Caldas Novas – Elaboração da Autora (2022)

Diante desse quadro, a partir das concepções metodológicas de Pimentel (2001), analisamos os documentos para definir uma linha mestra que conduzia e relaciona os principais acontecimentos para uma análise do tempo presente para entender a trajetória mapeamos os procedimentos percorridos no âmbito educacional vivida pela educação de Caldas Novas.

5.2 Tecnologias Digitais em Tempos de Pandemia em Caldas Novas: Desafios, Mediação e Acesso

A cidade de Caldas Novas, Goiás, localiza-se no sudeste goiano tendo uma população de 95.183 pessoas segundo dados do IBGE⁹ em 2021. O nome gentílico é caldasnovense, e o aniversário é em 21 de outubro de 1911. A cidade é conhecida pelas fontes termas que recebe milhares de turistas todos os anos e movimenta muito a economia local. Segundo dados do IBGE, em 2010 a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade foi de 97,3 %. Em 2021 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Anos iniciais do ensino fundamental - 5,8 e o IDEB - Anos finais do ensino fundamental 5,4 esse é computado na rede pública, ou seja, rede municipal e Estadual.

Dessa forma, no final de 2020 a Secretaria Municipal de Educação disponibilizou e publicou o “Relatório de Acompanhamento das Aulas não Presenciais (Professores)” que apontou as maiores dificuldades na realização das aulas não presenciais, a saber: Falta de conectividade dos alunos (dificuldade para obter acesso à internet), falta de conectividade dos professores (dificuldade para obter acesso à internet); aumento do trabalho pedagógico para elaboração das aulas não presenciais; falta de autonomia para planejar as aulas; falta de acompanhamento dos pais durante as aulas não presenciais; desmotivação/dispersão dos alunos; falta de capacitação sobre Novas Tecnologias da Educação; baixa produtividade dos alunos; dificuldade em avaliar a aprendizagem dos alunos de forma efetiva; falta de contato físico com os alunos (interação social); falta de informações sobre as regulamentações e organizações para aulas não presenciais; isolamento profissional; evasão dos alunos e déficits de aprendizagem.

A referida pesquisa salientou os possíveis prejuízos pedagógicos dos alunos durante as aulas não presenciais devido à falta de formação de alguns professores para trabalharem com os recursos tecnológicos. Demonstrou os meios que foram disponibilizados para acompanhar as aulas quando por falta de conectividade como: atividades impressas e entregues na residência do aluno; atividades impressas e disponíveis na escola para a família ou aluno buscar; atendimento individualizado pela professora via redes sociais pessoais; a participação de alguns alunos durante as aulas não presenciais.

O Relatório constatou muitos prejuízos aos alunos pois, houve uma baixa retenção dos conteúdos trabalhados nas aulas não presenciais e os motivos, em geral, foram: dificuldades de lidar com as ferramentas tecnológicas; dificuldades de manterem o foco nas aulas não

⁹ Link de acesso para as informações sobre Caldas Novas (Go): <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/caldas-novas/panorama>.

presenciais; falta de acompanhamento familiar; falta das interações sociais; dificuldades pedagógicas preexistentes; alunos sem qualquer acesso a computadores e à internet.

O diário de classe em 2020 foi importante instrumento de registro das atividades diárias desenvolvidas em sala de aula virtual pelo professor junto aos alunos, participação e/ou frequência dos estudantes e processos avaliativos. Os diários constituíram documentos que evidenciaram o acompanhamento e a validação da carga horária trabalhada durante o Regime Especial de Aulas não Presenciais (REANP). Ainda neste estudo, foi mencionado que todos deviam ter uma educação de qualidade (remota ou impressa), porém, não foram disponibilizadas condições materiais para assessorar os professores e alunos. O *Drive Thru* com as atividades impressas deveria alcançar os pais e alunos sem acesso aos grupos de *Whatsapp* e a unidade escolar deveria entrar permanentemente em contato com a família para assegurar a retirada dos materiais e prosseguimento das atividades.

Além disso, as avaliações passaram a ser realizadas com a participação dos alunos nos espaços virtuais de ensino ou por *drive-thru* para recebimento e entrega das atividades e/ou avaliações impressas. O transporte escolar como alternativa para entrega e recebimento de atividades e/ou avaliações impressas, prioritariamente para os alunos da zona rural ou de áreas de difícil acesso.

O estudo nas unidades escolares também evidenciou que o período de afastamento das atividades presenciais pode ter causado algum reflexo em sua saúde mental e/ou emocional (como estresse, tristeza, apatia). Diante disso, em Caldas Novas a Lei nº. 3.162/2021, dispunha sobre a inclusão de medidas de capacitação socioemocional e o acolhimento psicológico à distância em situações durante e após a pandemia da Covid-19 pelas unidades escolares públicas de Educação Básica do município. Tais constatações demonstram que os indivíduos que estão à margem da sociedade capitalista, ou seja, que são excluídos de alguns bens materiais e imateriais, neste caso, a educação, assevera os abismos econômicos, sociais, culturais e educacionais (MARX, 2013).

Na educação as soluções devem ser essenciais e planejadas em busca da emancipação e do estímulo a um ensino que venha a romper com princípios históricos burgueses, que primam pela sistematização de escolas com privilégios para alguns e ausência para outros, sendo preciso romper com o processo de difusão e reprodução da ideologia burguesa e das desigualdades sociais e econômicas, portanto, entendemos que o conhecimento é recurso fundamental para a transformação da realidade das classes subalternas (MÉSZÁROS, 2008).

De acordo com a secretaria de Educação em 2021 de Caldas Novas, o município possui 16 escolas, dois projetos, uma Pestalozzi e 19 unidades de creches/pré-escola que contam com

10.263 matrículas na rede municipal distribuídas segundo o Censo Escolar. Reiteramos que nossa pesquisa empírica se concentrou nas unidades escolares que ofertam os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 9º ano, apesar de que nos ocupamos – conforme exposto anteriormente, de tratar das ações legais em sua totalidade para direcionar a educação no município durante a pandemia.

Quadro 6 – Informações Gerais das Escolas

Escola	Quantidade de Alunos	Série
A	647	1º ao 9º Ano
B	940	1º ao 9º Ano
C	300	1º ao 9º Ano
D	900	1º ao 9º Ano
E	635	1º ao 9º Ano
F	826	1º ao 9º Ano

Fonte: Caldas Novas – Elaboração da Autora (2022)

Nos debruçamos nas “realidades” de 6 unidades escolares públicas urbanas (identificadas de A à F) que atendem de 1º ao 9º Ano (Anos iniciais e finais) em funcionamento em Caldas Novas. Primeiramente, visitamos a Secretaria de Educação de Caldas Novas e pedimos autorização para visitar as escolas e também colher os dados com a equipe gestora e também consultar as atas dos conselhos de classe de 2021.

Dessa forma, as visitas nas escolas aconteceram do dia 19 à 30 setembro e por meio de um questionário os coordenadores e diretores da escola responderam sobre quantidade de alunos e questões centrais, quais sejam: Qual foi a ferramenta e/ou estratégia mais utilizada para a continuidade do ensino durante a pandemia da covid-19 quando do isolamento social? Você percebeu que é uma ferramenta que facilitou para mediar as aulas? É uma ferramenta que continuaram usando após o retorno das aulas presenciais? Qual foi a ferramenta e/ou estratégia mais utilizada para a continuidade do ensino após a pandemia da covid-19 nas aulas presenciais? Após a pandemia aumentou o uso das tecnologias entre os professores?

A partir dessas perguntas respondidas pela equipe gestora pudemos entender o contexto educacional e também o acesso às atas do conselho de classe, as quais descrevia todo o processo vivido na pandemia em relação às aulas, acessos, avaliações. Outro documento disponibilizado por cada unidade escolar para a nossa análise foi uma Planilha de Acompanhamento Pedagógico produzido pela Secretaria de Educação para que cada uma dessas escolas pudessem coletar os dados do conselho de classe, contemplando os seguintes itens: evasão escolar, faltas recorrentes, alunos sem avaliação, alunos não encontrados pela

busca ativa, déficit de aprendizagem, (indicar o déficit: leitura, escrita, operações básicas...), *drive thru*, *whatsapp*, *meet*, plataforma *classroom*, recuperação.

Diante disso, tivemos o real acesso aos alunos no uso do *whatsapp*, *classroom*, *google meet*, *drive thru* em que pela quantidade de alunos por séries, construímos as porcentagens que constam nos gráficos (figuras) ao longo desse estudo em busca de informações que pudessem nos revelar as suas realidades, necessidades, dificuldades, carências no processo de desenvolvimento das atividades educativas/educacionais na vigência do período pandêmico da Covid-19.

Em 2021 em direção à adaptação à adversa realidade houve uma relativa estabilidade nas atividades escolares/educativas, sendo aplicados trabalhos, simulados, testes e avaliação bimestral com uma resposta positiva. O resultado negativo se remeteu ao retorno das atividades avaliativas dos trabalhos de pesquisa e atividades de construção do próprio aluno.

Mediante isso, conforme as atas dos conselhos de classe as avaliações aconteceram pelo aplicativo *Google Forms*, ou seja, Google formulários que tem por objetivo criar questionaria para coleta de respostas online e assim os alunos que tinham acesso ao *Whatsapp* respondiam as mesmas online e os alunos que não tinham o acesso, buscavam na escola impresso no dia reservado para o *Drive Thru* e na outra semana devolvia de todas as disciplinas para os professores fazerem as respectivas correções e lançar as notas nos diários e assim as escolas deveriam incentivar e propiciar a efetividade do Regime Especial de Aulas Não Presenciais e a recuperação conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação.

O artigo 7º do CME de Caldas Novas apontava que a Secretaria Municipal de Educação deveria, progressivamente, “fornecer às instituições escolares equipamentos, ferramentas e acesso para desenvolvimento das atividades remotas de todos os estudantes”, bem como desenvolver formação de professores para utilização de equipamentos e ferramentas para o ensino remoto, com prioridade na busca ativa dos estudantes que não conseguiram acesso satisfatório ao REANP, sendo coordenada pela Secretaria Municipal de Educação.

As providências adotadas apontavam que os órgãos da educação em nível local deveriam acompanhar e fiscalizar a execução das ações de ensino aprendizagem; utilizar e estimular o uso de tecnologias digitais e de comunicação como vídeo aulas, plataformas virtuais de ensino, redes sociais, correio, programas de televisão ou rádio, material didático impresso com orientações pedagógicas para efetivar as atividades pedagógicas com padrão de qualidade.

Todavia, várias foram as “orientações” advindas do Governo Federal, porém nenhuma condição material real foi disponibilizada para os estados e municípios executarem as

proposições, pois como foi evidenciado anteriormente, os entes federados acabaram por assumir a condução do processo por conta própria.

Em nosso entendimento, cabe ressaltar, que as aulas remotas não excluem a interação, a exemplo da utilização de mídias sociais em grupos de *WhatsApp*, *Facebook*, *Instagram*, além da interatividade com as plataformas virtuais de ensino e aprendizagem utilizadas em *smartphones*, computadores *desktop*, *tablets* ou *notebooks*, dentre outras. Exercícios, tarefas, relatórios e diferentes formas de registro escrito, fotográfico, sonoro podem e devem ser utilizados, conforme as condições e possibilidades de alunos e professores.

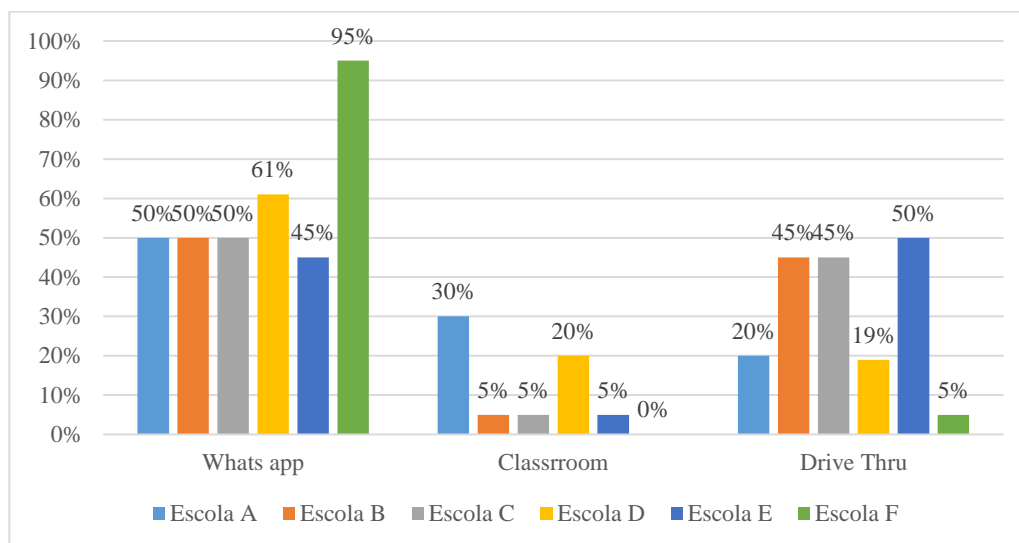
Cabe ressaltar que, no município de Caldas Novas, em 2020 e 2021, as escolas adotaram metodologias próprias de acordo com o seu contexto e a realidade para o fornecimento do conteúdo e acompanhamento avaliativo na perspectiva de promover a participação dos estudantes no REANP, sendo que no ano de 2022 as aulas já estavam transcorrendo de modo presencial.

Conforme as atas, a maior dificuldade se deveu à conscientização das devolutivas das atividades diárias do *Google Classroom*. Poucos alunos se comprometeram em acompanhar as atividades disponibilizadas e, nesse sentido, não podemos deixar de considerar que muitos não dispunham dos recursos necessários para realizar as atividades. Os gestores relatam que as participações eram irregulares e às vezes os alunos não conseguiam participar das aulas. Dentro do processo de avaliação qualitativa os professores e a coordenação pedagógica buscavam verificar a frequência, de fato, os grupos de *Whatsapp*, conforme as pesquisas, eram o método que mais havia interação dos alunos com os professores.

Quanto à dificuldade dos pais, as atas dos conselhos de classe nos trazem as seguintes informações dos pais: “tenho três filhos e um aparelho celular; como as coisas estão ficando difíceis não consigo pagar a internet mais, este mês será o último para eu cancelar o plano, o máximo que terei condições é pagar o pacote para o meu celular; a internet é do vizinho, que me atende quando ele está em casa; vou continuar seguindo pelo *Whatsapp*”.

Reafirmamos que a educação é imprescindível para a formação crítica e reflexiva das classes subalternas, visto que pode possibilitar a transformação social, política, econômica e cultural de nossa sociedade. Precisamos superar o antagonismo entre a escola do rico para o rico e a escola do pobre para o pobre, e nos encaminharmos para a construção de “uma escola para todos”, sem distinções (SAVIANI, 2009). Destacamos a seguir (Figura 8) a interação dos alunos em plataformas digitais para cumprir com suas atividades formativas.

Figura 8 – Acesso dos Alunos da 1ª Fase do Ensino Fundamental ao *Whatsapp*, *Classroom* e *Drive Thru* em Caldas Novas



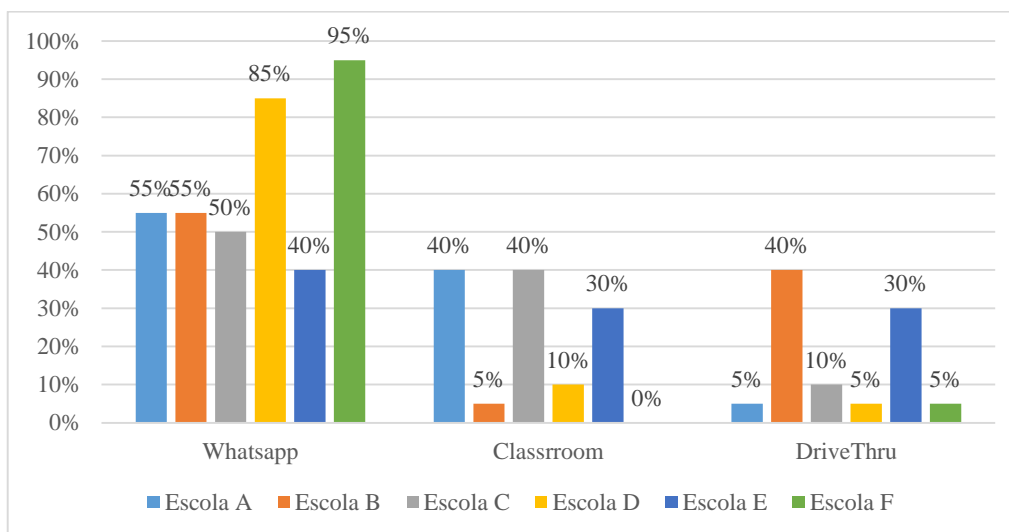
Fonte: Documentos do Conselho de Classe (2021) – Elaboração da Autora (2022)

A figura acima demonstra que o acesso dos alunos foi mais pelo *whats app* e *Drive Thru* que indica os limitados recursos, estratégias, metodologias, dentre outros adotados no município não foram suficientes para assegurar a oferta de um ensino de boa qualidade, mesmo considerando o contexto pandêmico, pois as deficiências da educação para as classes subalternas em nosso país, historicamente, se fizeram realidade, bem como as carências materiais. Na convergência das pesquisas realizadas por diversos estudiosos aqui abordadas, que a ampla maioria dos alunos do Ensino Fundamental I tem apenas o celular do pai ou da mãe para acompanhar as atividades, porém só podem utilizar quando os pais chegam em casa após o trabalho.

Apresentamos a declaração de uma família para que possamos esboçar a realidade das pessoas que compõem as classes subalternas: “não tenho nem o que comer como vou pagar internet”. Nessa direção, os professores se empenharam em criar estratégias para acompanhar os seus alunos, bem como para dar suporte possível aos pais. De acordo com as nossas análises, constatamos que apenas uma parcela de alunos e pais foram alcançados, pois muitos trabalham o dia todo e dispõem apenas de um aparelho celular para compartilhar com a família.

Vejamos os dados da Figura 9, que atestam que a ferramenta mais utilizada em todas as unidades escolares pesquisadas foi o *Whatsapp* para a realização das atividades educativas/educacionais:

Figura 9 – Acesso dos Alunos da 2ª Fase do Ensino Fundamenta ao *Whatsapp*, *Classroom* e *Drive Thru* em Caldas Novas



Fonte: Documentos do Conselho de Classe (2021) – Elaboração da Autora (2022)

A sociabilidade ontológica, base natural da existência humana foi suprimida no período pandêmico da Covid-19, atingindo duramente o campo econômico com queda na produção de todos os seus segmentos que, por seu tempo, provocou o aumento do número de desempregados e, conseqüentemente, do contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade, conforme já apontamos anteriormente. De acordo com os dados da Figura 9, as escolas F (95%) e D (85%) exprimem claramente a realidade que caracteriza as carências das famílias em situação de vulnerabilidade, pois apontam que o único recurso disponível para acessar as atividades de aprendizagem no contexto do ensino remoto emergencial foi o aparelho celular. Em menor escala, mas muito significativa também o mesmo ocorreu com as demais unidades escolares (A, B, C, D e E), na medida em que 48,3% dos alunos fizeram uso do telefone celular e da ferramenta *Whatsapp*.

A primeira plataforma digital de comunicação utilizada foi o *Google Meet* na rede municipal de ensino de Caldas Novas que, apesar de possibilitar a realização de aulas síncronas, não contou com a participação dos alunos, pois o acesso e permanência na internet custa caro para as famílias das classes subalternas. Em contrapartida, não houve iniciativas do município para a oferta/disponibilização de celulares, *tablets*, *notebooks*, *chips* com internet para que professores e alunos pudessem desenvolver de forma satisfatória o processo de ensino e aprendizagem.

Verificamos que as aulas síncronas, inicialmente, na maior parte das unidades escolares pesquisadas contaram com 1 ou 2 alunos e, no final da primeira semana de sua

disponibilização com 5 alunos por turma. Em nossas investigações recolhemos informações dos pais que relataram para as escolas, suas concretas realidades e, mais uma vez, a indisponibilidade de recursos/materiais tecnológicos. Como alternativa o *drive thru* contribuiu para a permanência de parte dos alunos na escola, pois às terças-feiras eram disponibilizados materiais impressos com roteiros e atividades que seriam desenvolvidas durante cada semana.

Ao consultarmos as atas dos conselhos de escola encontramos a indicação de trabalhos realizados para a conscientização dos pais ou responsáveis de que a utilização dos recursos tecnológicos os alunos tinham a oportunidade de aprender com mais facilidade, destaque para o *Google Meet*, devido a interação aluno e professor sem a necessidade de acompanhamento direto dos pais durante a aula. É pertinente apontar que o *Google Meet* é uma plataforma capaz de promover interação entre os alunos, os professores e os alunos e professores, além de proporcionar o esclarecimento das dúvidas dos conteúdos de forma síncrona.

A Secretaria Municipal de Educação (2021) promoveu a realização do “Dia D da Busca Ativa” para encontrar os alunos evadidos das atividades escolares. A ação foi coordenada pelo Departamento de Frequência da SEMEL e contou com a participação de toda rede municipal. A ação consistia em entrar em contato com as famílias e solicitar informações a respeito da participação dos alunos nas aulas on-line e porque os pais não foram na escola para retirar as atividades impressas, nos casos de alunos sem acesso à internet.

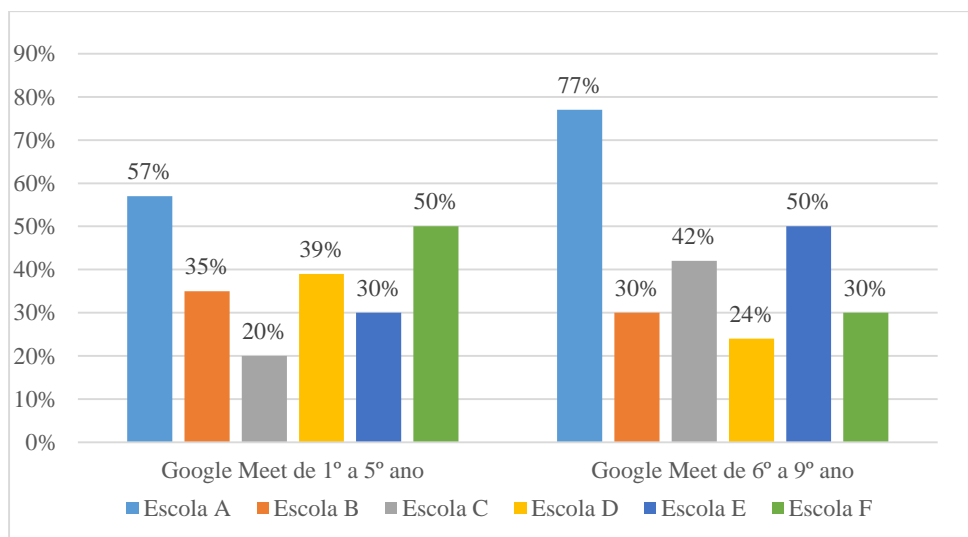
A ação/documento tinha por objetivo verificar “as faltas às aulas, alunos com pendência de documentos nas escolas e acompanhamento aos estudantes que não estão participando das avaliações”. Cabe evidenciar que a Secretaria Municipal de Educação de Caldas Novas, por meio de suas unidades escolares, disponibilizava todas as terças-feiras, os materiais impressos aos seus alunos (sistema *drive thru*). As atividades foram organizadas sob a orientação da SME/CN e realizadas pelos diretores, coordenadores e professores de cada unidade escolar. E o maior objetivo era diminuir a evasão escolar.

Em contraponto, não podemos deixar de reafirmar os aspectos negativos, pois a maioria dos alunos não têm acesso a essas tecnologias, reforçando ainda mais as desigualdades econômicas, sociais e escolares. Nesse sentido, não nos refutamos a destacar, mais uma vez, o papel hegemônico do Estado que juntamente com as classes dominantes determinam, controlam e fiscalizam as atividades de produção econômica, social, política, cultural e escolar para as classes subalternas (GRAMSCI, 2004).

Essa ocorrência vem de encontro às pesquisas abordadas e disponibilizadas no presente estudo, ou seja, a materialidade de nossas investigações em concretude, revelam as constatações materiais de pesquisas anteriores e recentes que explicitam a excludente realidade

de nosso país, sem acesso à educação de boa qualidade e, em tempos pandêmico, sem recursos para assegurar a formação básica de nossa população.

Figura 10 – Acesso dos Alunos ao *Google Meet*



Fonte: Documentos do Conselho de Classe (2021) – Elaboração da Autora (2022)

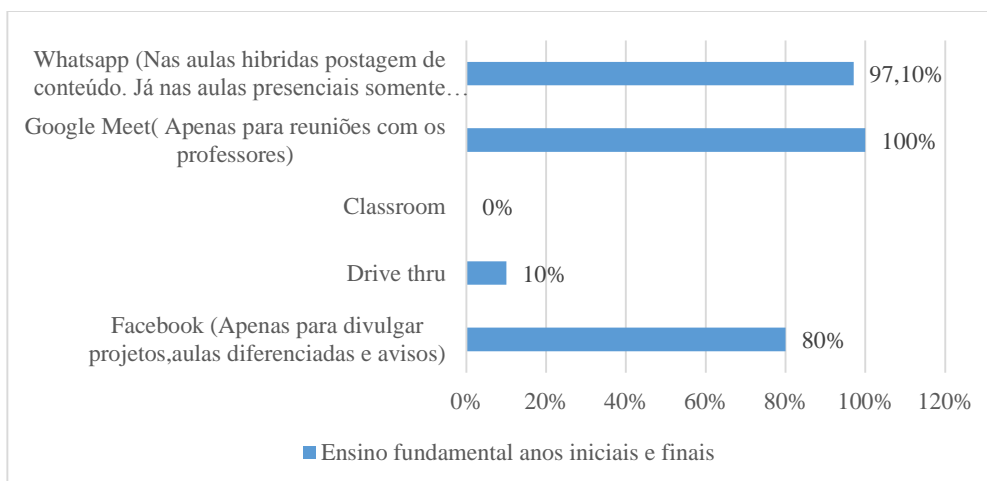
A Figura 10 apresenta informações sobre a afliência dos alunos do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) da rede municipal de ensino de Caldas Novas no *Google Meet*. Nos bairros em que residem os alunos com melhores condições socioeconômicas houve maior acesso e participação nas aulas *online* síncronas. Enquanto que os percentuais menores foram verificados nos bairros periféricos, decorrência provável da indisponibilidade de recursos materiais e imateriais devido à situação de vulnerabilidade social. As diferenças econômicas e sociais constituem, historicamente, uma realidade concreta na sociedade capitalista, contudo, na pandemia da Covid-19 foram intensificadas, portanto, há se considerar que a realidade social reproduz a sociabilidade que necessita de um projeto histórico que demonstre possibilidade concreta para a sua transformação.

A democratização do ensino somente se efetivará no momento em o indivíduo acessar de forma plena uma educação de boa qualidade, pública, gratuita, laica q que lhe possibilite “competir” igualmente no mercado de trabalho com condições econômico-financeiras que garantam a manutenção de uma vida digna e confortável. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, “a educação é direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL/CF, 1988, Artigo 205).

Os dados disponibilizados na Figura 11 demonstram que após o período mais crítico da pandemia da Covid-19, retomamos em novembro de 2021 as atividades presenciais com o

fim do isolamento social. Todavia, a realidade educacional em nosso país pouco mudou no que diz respeito ao acesso e utilização das TDIC por parte dos alunos e suas famílias pobres (subalternas).

Figura 11 – Estratégias e Ferramentas Utilizadas para o Desenvolvimento das Atividades de Ensino Pós-Pandemia da Covid-19



Fonte: Documentos do Conselho de Classe (2021) – Elaboração da Autora (2022)

Apesar das tentativas de amenizar as dificuldades de acesso à internet de professores e alunos, entendemos que as ações foram tardias, visto que o retorno às aulas presenciais já se desenhava em decorrência da contenção da Covid-19. Cabe observar a publicação do Decreto CME/CN nº. 1.635/2021, que dispunha sobre o retorno gradual das aulas presenciais. Em seu artigo 3º dispunha que o início das aulas presenciais na modalidade híbrida teve início em 9 de agosto de 2021 nas instituições que receberam autorização seguindo o que preconiza o Protocolo de Retorno das Atividades Docentes, em consonância com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado junto ao Ministério Público do Estado de Goiás e Decreto Municipal nº. 1369/2021.

Nessa direção, destacamos a publicação do Decreto nº. 1.907/2021, ao dispor que “as Escolas Públicas Municipais voltam a funcionar conforme regras sanitárias já estabelecidas, com uma capacidade máxima de 75% (setenta e cinco por cento”. Caldas Novas em consonância com as especificações estaduais publicou a Resolução CME nº. 018/2021, dispondo sobre o retorno integral das aulas presenciais no Sistema Municipal de Ensino de Caldas Novas, Resolve em seu artigo 1º que fica recomendado para todas as Unidades Educacionais do Sistema Municipal de Ensino de Caldas Novas/GO, o retorno integral das aulas presenciais, a partir de 16 de novembro de 2021. E permanece com vários desafios educacionais e tecnológicos em 2022 com o retorno integral das aulas presenciais.

A substituição do modelo tradicional presencial de ensino e aprendizagem exigiu muito de todos, ou seja, dirigentes, gestores, coordenadores, professores, pessoal técnico-administrativo, alunos, pais, comunidade local e sociedade. Nesse contexto, ressaltamos que a realidade histórica apesar de sofrer reveses não se materializa democraticamente, pois as classes subalternas permanecem submetidas aos mandos e desmandos daqueles que conduzem a sociedade economicamente (burguesia) e politicamente (Estado) (GRAMSCI, 2004).

Entendemos que a omissão e descaso do Estado na tomada de decisões e ações para minimizar os problemas decorrentes da pandemia, especificamente, no campo educacional, muito prejudicaram o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem em todos os níveis e etapas da educação. Assim sendo, entendemos que a não imediata ação do Estado, a formulação e implementação de medidas emergenciais comprometeram significativamente a realização das atividades educacionais e educativas em nosso país, promovendo o aumento das precariedades de um padrão de sociabilidade e manutenção da vida, condicionado pela exclusão.

É fato que a oferta de uma educação pública, gratuita, laica e de boa qualidade não constitui preocupação por boa parte da classe política e burguesia em nosso país, na medida em que pode contribuir substancialmente para a formação cidadã crítica e emancipatória. No que concerne às sociedades e suas transformações, as desigualdades são reproduzidas e o sistema delimita os excluídos através das classes e quem se beneficiará da educação, de modo que é necessário encontrar caminhos para que as mesmas sejam superadas.

Entendemos ser oportuno ressaltar que a educação pública continua sendo condicionada por políticas públicas deficitárias, ineficientes, desiguais e, portanto, excludentes para as classes subalternas. Na educação as soluções devem ser essenciais e planejadas em busca da emancipação e do estímulo a um ensino que venha a romper com princípios históricos burgueses, que primam pela sistematização de escolas com privilégios para alguns e ausência para outros, sendo preciso romper com o processo de difusão e reprodução da ideologia burguesa e das desigualdades sociais e econômicas, portanto, entendemos que o conhecimento é recurso fundamental para a transformação da realidade das classes subalternas (MÉSZÁROS, 2008).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou e averiguou o direito de acesso à educação em tempos de pandemia, que em estreita ligação com as relações de poder na sociedade capitalista procurou demonstrar a realidade educacional pública brasileira com destaque aos impactos econômicos, sociais, políticos e culturais presentes no contexto histórico brasileiro atual. Com o isolamento social e a suspensão das aulas presenciais e a adoção do modelo de aulas online, a pandemia da Covid-19 de 2020 a 2022 resultou num contexto de instabilidade e desafios para alunos, pais e professores, pois não dispunham dos recursos e equipamentos tecnológicos necessários para acompanhar as aulas e atividades de aprendizagem remotamente.

Após analisarmos este contexto compreendemos as implicações políticas, econômicas e sociais que envolvem o acesso às tecnologias digitais para a educação/ensino em tempos pandêmicos e que as relações de poder que caracterizam o capitalismo insistem em não se ocupar da disponibilização de recursos para a escolarização formal de boa qualidade para as massas populares. Todavia, há possibilidades de reverter tal realidade e levando-se em conta as nossas constatações, entendemos que há a necessidade de evidenciar que a demanda de uma grande parte da sociedade brasileira é historicamente precarizada e, portanto, se faz urgente repensar as políticas públicas para a democratização e universalização do acesso da massa populacional à educação e às tecnologias digitais, de informação e de comunicação.

Para a realização do nosso estudo, utilizamos as concepções marxianas e marxistas no que tange a nossa concepção central acerca do Estado capitalista, suas mazelas e recorrente necessidade de questionar, lutar por melhores condições sociais e econômicas em defesa das necessidades individuais e coletivas para assegurar a manutenção de existência humana e formação escolar de boa qualidade, haja vista que a omissão das ações do Estado exacerbou os problemas educacionais de uma sociedade elitizada e excludente. Portanto, a ausência de políticas públicas que garantam o direito à universalização do acesso à educação tende a agravar as questões sociais e econômicas, aprofundando abismos sociais, econômicos, políticos, culturais e educacionais que já existiam, mas, cujo ápice foi explicitado durante a pandemia da Covid-19.

Faz-se oportuno reiterar que a presente pesquisa foi consequência de nossa atuação profissional-docente no município de Caldas Novas e que durante a pandemia nos possibilitou visualizar contextos com muitas desigualdades escolares; questionar que motivos alguns alunos não tinham acesso às aulas online, sendo que os governos federal, estadual e municipal

poderiam ter implementados programas para que o acesso à educação se materializasse de forma efetiva para todos.

Observamos que algumas medidas foram adotadas por estados e municípios para aqueles que não dispunham de instrumentos/equipamentos e acesso às tecnologias e internet pudessem acompanhar as atividades escolares recorrerem à sua disponibilização aos pais e alunos por meio do recurso/estratégia *drive-thru*, com roteiros e atividades programadas para acompanhar o processo de ensino e aprendizagem. Não é demasiado reiterar que nos ocupamos da investigação das negativas consequências da pandemia da Covid-19 no processo formativo das classes subalternas no Ensino Fundamental Público do município de Caldas Novas/GO, visto que entendemos que o acesso à educação é imprescindível para a sustentação e exercício de uma cidadania plena, emancipadora e capaz de refletir as mudanças ontológicas e gnosiológicas.

Em nossa concepção, aqueles que detêm a propriedade do capital também têm as melhores condições socioeconômicas e a exclusão digital aconteceu para aqueles que não estavam conectados em razão da ausência de recursos. Essa situação, explicita as escassas condições que as famílias em situação de vulnerabilidade vivem. Logo, é necessário solucionar as contínuas demandas em relação à educação, pobreza e desigualdade social nos processos de planejamento e gestão educacional que estão presentes na sociedade capitalista e que acometem sobretudo os mais pobres historicamente.

Dentro desse contexto, relembramos o que Reis (1996) expõe sobre a crise pandêmica na educação, quando alude que o historiador deve analisar suas fontes históricas através das narrativas econômicas, sociais, políticas, culturais, cotidianas, mentais e interdisciplinaridades à luz de uma historiografia criteriosa e embasada em diferentes correntes teóricas, destaque para a história do tempo presente.

De acordo com Jacob Gorender a exploração imposta pelo dominador ao dominado precisa considerar os aspectos que caracterizam a realidade cotidiano, pois possibilitam uma leitura pragmática que a cerca, sobretudo, aquelas que dizem respeito aos conflitos e lutas econômicas, políticas e sociais em nossa sociedade, exacerbadas no período pandêmico da Covid-19, neste caso para a educação pública em nosso país.

Assim sendo, entendemos que a ontologia do ser como elemento teórico-crítico se faz necessária uma vez que estuda e explica a constituição do ser social e suas relações de produção na sociedade capitalista em que o trabalho é um processo no qual o indivíduo movimenta a própria história de ação, medeia, regula e indica que este processo da produção de valores satisfaz as demandas humanas individuais e coletivas em direção orientada – em tese – à

satisfação das necessidades materiais e imateriais, conforme destaca Lukács ao afirmar que o trabalho humano garante a existência e o conhecimento da realidade e esse processo define as classes sociais, pois está vinculado à economia como luta socioeconômica.

No entanto, Antunes (2004; 2020), de sua parte argumenta que o trabalho deixou de ser para uma atividade para sobrevivência para ser uma atividade que explora e acumula, visto que alguns poucos muito possuem e a ampla maioria da massa populacional nada tem. Portanto, o trabalho material das classes subalternas e o valor produzido e/ou resultante de sua força de trabalho não responde ao atendimento da satisfação de suas necessidades para a manutenção da vida.

Depreende-se, portanto, que o trabalho gera ontologicamente um meio de luta construindo-se as classes sociais e designando as condições materiais e não matérias de acesso de cada indivíduo. Essa relação de poder indica o processo social que aconteceu na pandemia, pois, alguns pais tinham trabalho, no entanto, os salários que eles ganham não são suficientes para atender às carências básicas.

Logo, é urgente fomentar políticas públicas para diminuir a exclusão social, econômica e educacional e (re)organizar a sociedade e suas relações. Como o próprio Karl Marx definiu em “O Capital”, a exploração, o trabalho, a pobreza e a acumulação do capital são resultantes da opressão e da dominação de classes, ao passo que na pandemia isso se tornou mais notório já que além de os trabalhadores ficarem apenas com a força de trabalho em contraposição com salários miseráveis, também não foram suficientes nem para garantir o acesso tecnológico do filho à escola.

A busca do direito é uma tarefa social para desenvolvimento ontológico do ser humano sendo uma realidade necessária ao reconhecimento econômico e social para a concretização e efetivação dos direitos das classes subalternas. Lembramos ainda que Gramsci destaca a sua visão democrática da educação fundamentada em uma mudança substancial da organização social com vistas a oferecer às classes subalternas um processo de escolarização consistente (MARSHALL, 1967; COUTINHO, 1999).

A escola não deve ser um privilégio, pois o não saber representa uma violência para o indivíduo omnilateral que está sempre em busca do que lhe falta e sua principal riqueza é conhecimento para a construção de um processo educativo integral de qualidade e que não haja divisão e sim inclusão e garantia de direitos sociais básicos (JESUS, 2005). Manacorda (2019, p. 12) coloca que “nenhuma batalha pedagógica pode ser separada da batalha política e social”. Assim, percebemos que o princípio educativo desenvolve a metodologia da relação social e educacional que é necessária para formar homens completos e não uma sociedade pautada em

privilégios. A instrução deve ser uma necessidade suprida aos indivíduos, pois é através dela que vemos cidadãos que lutam para ter seus direitos efetivados.

A escola deve ser humanista, formar cidadãos conscientes e emancipados em sua integralidade independente de sua realidade ou classe social para que a luta da transformação social por meio da cultura e da educação alcancem a todos e todas (NOSELLA, 2017). Denunciamos que a educação em nosso país tem sido conduzida por metodologias desiguais e excludentes em que a elite obtém privilégios historicamente e a educação de boa qualidade para a massa populacional tem sido esquecida ou negada e, substancialmente, aprofundada durante a pandemia da Covid-19 em que boa parte dos alunos das classes subalternas não tiveram acesso às aulas, pois não dispunham dos materiais necessários para fazê-lo, pois a omissão do Estado e falta de fomento às ações e medidas para resolver tais precariedades com políticas públicas efetivas afetaram a sociabilidade e manutenção da vida (SAVIANI, 2008; SANTOS, 2018; SOUSA SANTOS, 2020).

Acreditamos que a educação como libertadora e transformadora para os indivíduos pode superar essa sociedade de opressão a partir de processos educativos com boa qualidade para todos, sempre considerando a necessidade de reivindicação, luta e resistência do proletariado em defesa de seus direitos humanos, sociais, civis, constitucionais e, em especial, os direitos à educação pública, gratuita e de boa qualidade (MÉSZÁROS, 2008).

Há muito tempo a educação vem sendo mediada pelas tecnologias, que etimologicamente indicam o estudo da técnica ligada à educação, ou seja, demanda a necessidade do planejar e do estudar. Por meio da comunicação e informação e possibilita ao indivíduo ser inserido na sociedade independente de classe social ou econômica (CANI; SANDRINI; SOARES; SCALZER, 2020).

Levando-se em consideração esses aspectos, torna-se necessário lembrar que é previsto nos documentos educacionais que amparam a educação no Brasil a integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), porém essas normativas ficam apenas no papel e não há efetividade. E que com a pandemia a evolução dessas práticas causaram uma evolução forçada e que se tivesse feito o que já estava previsto no sistema normativo talvez poderia ter sido mais fácil utilizar tais ferramentas.

Constatamos várias medidas na base de dados do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Planalto Federal, revelaram como as TDIC e o acesso à internet são criados implantadas ao longo dos anos através de programas, leis e ações governamentais da Administração Pública a partir da década de 1990 à 2017, período no qual houve momentos de integralização do acesso à internet com a educação, intensificação das ações voltadas para a disseminação em escala da

internet e das tecnologias, sendo então conduzidas e consideradas de fato ser este um direito de inclusão do cidadão.

Outro ponto de grande relevância dado seu impacto é quanto à Lei nº. 3.477/2020 aprovada pela Câmara de Deputados que propôs que o Estado subsidiasse a internet para os professores e alunos da Educação Básica pública, de singular importância durante a pandemia, que, embora aprovada pelo Plenário da Câmara e do Senado, foi vetada pelo presidente da república Jair Bolsonaro, que alegou ausência de recursos do Poder Executivo.

Em vista disso, visualizamos histórica incoerência e irresponsabilidade do Executivo, haja vista que determinou que as atividades educacionais seriam mediadas por meio das tecnologias, preservando o isolamento social determinado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), mas, não concede as condições necessárias para o cumprimento da exigência e transfere para a sociedade e, sobretudo, para as classes subalternas a responsabilidade de arcar com as nefastas consequências do contexto pandêmico.

Caminhando para nossas últimas considerações, conseguimos demonstrar que houve ausência de coordenação do Ministério da Educação, órgãos e entes públicos na oferta de ferramentas e recursos mínimos para garantir uma educação de qualidade durante a crise sanitária, além de destacar os inúmeros cortes na educação e afirmar categoricamente que a educação não foi prioridade do atual neste (des)governo dos últimos anos (2019-2022), assim como, a vulnerabilidade socioeconômica se reflete na defasagem da aprendizagem, sendo necessário priorizar a educação por meio de insumos financeiros e técnicos, sendo, portanto, um processo contínuo propor a reflexão sobre educação e desigualdades sociais, aprofundadas durante a pandemia.

Em Caldas Novas, realidade empírica analisada, configurou-se como as maiores dificuldades na realização das aulas não presenciais, a saber: falta de conectividade dos alunos (dificuldade para obter acesso à internet), falta de conectividade dos professores (dificuldade para obter acesso à internet); aumento do trabalho pedagógico para elaboração das aulas não presenciais; falta de autonomia para planejar as aulas; falta de acompanhamento dos pais durante as aulas não presenciais; desmotivação/dispersão dos alunos; falta de capacitação sobre Novas Tecnologias da Educação; baixa produtividade dos alunos; dificuldade em avaliar a aprendizagem dos alunos de forma efetiva; falta de contato físico com os alunos (interação social); falta de informações sobre as regulamentações e organizações para aulas não presenciais; isolamento profissional; evasão dos alunos, bem como já se visualizava a pretensão do ensino híbrido para o retorno das aulas presenciais.

Diante dessas dificuldades, podemos constatar que houve uma baixa retenção dos conteúdos trabalhados nas aulas não presenciais e os motivos, em geral, foram: dificuldades de lidar com as ferramentas tecnológicas; dificuldades de manterem o foco nas aulas não presenciais; falta de acompanhamento familiar; falta das interações sociais; dificuldades pedagógicas preexistentes; alunos sem qualquer acesso a computadores e à internet.

O estudo nas unidades escolares também evidenciou que o período de afastamento das atividades presenciais pode ter causado algum reflexo em sua saúde mental e/ou emocional (como estresse, tristeza, apatia, dentre outros). Outro aspecto de grande relevância constatado através da presente pesquisa é que nos bairros em que residem os alunos com melhores condições socioeconômicas houve maior acesso e participação nas aulas *online* síncronas. Enquanto que os percentuais menores foram verificados nos bairros periféricos, decorrência provável da indisponibilidade de recursos materiais e imateriais devido à situação de vulnerabilidade social, sobretudo econômica.

As diferenças econômicas e sociais constituem, historicamente, uma realidade concreta na sociedade capitalista, contudo, na pandemia da Covid-19 foram intensificadas, portanto, há se considerar que a realidade social reproduz a sociabilidade que necessita de um projeto histórico que demonstre possibilidade concreta para a sua transformação. Em vista dos argumentos apresentados, faz-se necessário, portanto, que o conhecimento é elemento necessário para transformar em realidade e ideal da emancipação humana, a igualdade humana está relacionada à participação da cidadania.

7 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Pesquisa mostra aprofundamento de desigualdades na infância.** Belo Horizonte: UFMG, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nK5MQJsE7q4>. Acesso em 20 mai. 2021.

ANTUNES, Ricardo *et al.* A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. **Expressão Popular**, São Paulo, v. 1, p. 200, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus [recurso eletrônico]:** o trabalho sob fogo cruzado. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2020.

BARBERIA, L. G.; CANTARELLI, L. G. R.; SCHMALZ, P. H. S. **Uma avaliação dos programas de educação pública remota dos estados e capitais brasileiros durante a pandemia do COVID-19.** São Paulo: FGV, Centro de Aprendizagem em Avaliação e resultados para o Brasil e a África Lusófona, 2021. Disponível em: <http://fgvclear.org/site/wp-content/uploads/remote-learning-in-the-covid-19-pandemic-v-1-0-portuguese-diagramado-1.pdf>. Acesso em 01 de jun. 2022.

BARBOSA, Otávio Luís; CUNHA, Paulo Giovanni Moreira. Pandemia e a precarização do direito ao acesso à educação. **Revista Pet Economia**, UFES, v. 1, jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/31745/21186>. Acesso em 03 nov. 2020.

BASILIO, Ana Luiza Brasil. A geografia da desigualdade digital escancarada pela pandemia. **Carta Capital**, São Paulo, 15 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/a-geografia-da-desigualdade-digital-escancarada-pela-pandemia/>. Acesso em 01 jun. 2022.

_____. Educação pode regredir mais de duas décadas no combate à exclusão escolar. **Carta Capital**, São Paulo, 30 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/brasil-pode-regredir-mais-de-duas-decadas-no-combate-a-evasao-escolar/>. Acesso em 01 jun. 2022.

_____. Brasil pode regredir mais de duas décadas no combate à exclusão escolar. Alerta foi dado por relatório do Unicef. **Carta Capital**, São Paulo, 30 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/brasil-pode-regredir-mais-de-duas-decadas-no-combate-a-evasao-escolar/>. Acesso em 01 ago. 2021.

BBC NEWS BRASIL. **Sem wifi:** pandemia causa novo símbolo de desigualdade na educação. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54380828>. Acesso em 01 jan. 2021.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. **Inclusão digital:** polêmica contemporânea. EDUFBA, 2011.

BOTO, Carlota. A educação e a escola em tempos de coronavírus. **Jornal da USP**, São Paulo, 08 de abril de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-educacao-e-a-escola-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em 01 jul. 2022.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1988. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=73HTDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=dicion%C3%A1rio+do+pensamento+marxista&ots=yFmoljiAll&sig=TonXD_Y8LTOXlhYZ-gcBUA0rxs8#v=onepage&q=dicion%C3%A1rio%20do%20pensamento%20marxista&f=false. Acesso em: 03 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 14.109, de 16 de dezembro de 2020 - Regulamenta o fundo de universalização dos serviços de telecomunicações (FUST)**. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114109.htm. Acesso em 01 jun. 2022.

_____. **Portaria nº. 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19. 2020a**. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em 12 abr. 2020.

_____. **Parecer CNE/CP nº. 9/2020 - Reexame do parecer CNE/CP nº. 5/2020, que tratou da reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19**. Brasília: MEC, 2020a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=147041-pcp009-20&category_slug=junho-2020-pdf&Itemid=301921. Acesso em 01 set. 2021.

_____. **Perguntas e respostas Conselho Nacional de Educação esclarece principais dúvidas sobre o ensino no país durante pandemia do coronavírus 31 de março de 2020**. Brasília, MEC, 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-acoes-programas-e-proje-tos-637152388/87161-conselho-nacional-de-educacao-esclarece-principais-duvidas-sobre-o-ensino-no-pais-durante-pandemia-do-coronavirus>. Acesso em 23 abr. 2020.

_____. **Parecer CNE/CP nº. 11/2020, aprovado em 7 de julho de 2020 - orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia**. Brasília: MEC, 2020b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pcp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em 01 ago. 2022.

_____. **Censo escolar 2020. Resultados do questionário resposta educacional à pandemia de Covid-19 no Brasil**. Brasília: MEC/INEP, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_pesquisa_covid19_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em 01 jun. 2022.

_____. **Política pública de inclusão digital / Tribunal de Contas da União**. Brasília: TCU, SeinfraAeroTelecom, 2015. 76 p. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A1509645C1015096EE37116FE7>. Acesso em 01 jun. 2022.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 jun. 2022.

CANAL SAÚDE OFICIAL. **Pandemia e desigualdade na educação - bate papo na saúde Youtube**. 03 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=npC3CDEWt38&t=2s>. Acesso em 01 jun. 2021.

CANI, Josiane Brunetti; SANDRINI, Elizabete Gerlânia Caron; SOARES, Gilvan Mateus; SCALZER, Kamila. **Educação e Covid-19: a arte de reinventar a escola mediando a aprendizagem “prioritariamente” pelas TDIC**. IFES, Vitória-ES, v. 6 - Edição Especial, n. 1, ano 2020, p. 23-39, DOI: 10.36524/ric.v6i1.713. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/download/713/484>. Acesso em 25 mai. 2022.

CARTA CAPITAL. **Educação na pandemia**. São Paulo. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/?s=PANDEMIA+E+EDUCA%C3%87%C3%83O+EXCLUS%C3%83O+SOCIAL>. Acesso em 01 jun. 2022

CAROLINA, Ana. Evasão escolar: por que acontece? Entenda. **CRM Educacional**, Belo Horizonte, 13 de maio de 2022. Disponível em: <https://crmeducacional.com/evasao-escolar-por-que-acontece-entenda/>. Acesso em 12 dez. 2022.

CARVALHO, Luciene Ferreira Mendes de. Pobreza e desigualdade social: fundamentos sociais e históricos. **Revista em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea**, v. 16, n. 41, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/36689/26321>. Acesso em 27 ago. 2021.

CASTELO, Rodrigo. A questão social nas obras de Marx e Engels. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/a-questao-social-nas-obras-de-marx-e-engels/view>. Acesso em 12 set. 2020.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CLARO. **Desde março de 2020, a Claro segue apoiando clientes e a população brasileira com ações que buscam reduzir o impacto causado pela pandemia de Covid-19. Conheça as iniciativas da Claro que, neste momento de distanciamento, contribuem para aproximar pessoas por meio da tecnologia**. Disponível em: <https://www.claro.com.br/coronavirus>. Acesso em 01 jun. 2021.

CLASSROOM, G. **Google for education**. 2020. Disponível em: classroom.google.com.

CNN Brasil Business. Exclusão escolar: entenda os impactos da pandemia na educação. 03 de maio de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=u5KkyBu_iU4&t=94s. Acesso em 01 jul. 2022.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.BR). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC educação 2018**. São Paulo, Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2019. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/educacao/publicacoes/>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

_____. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2019**. São Paulo, 2020a. Disponível em: CGI.br. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123090444/tic_edu_2019_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 01 de fev. 2021.

_____. **Pesquisa sobre o uso da Internet durante a pandemia do novo coronavírus: Painel TIC COVID-19 (1ª edição)**. CGI.br. São Paulo, 2020b. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20200817133735/painel_tic_covid19_1edicao_livro%20e-letr%C3%B4nico.pdf. Acesso em 01 fev. 2021.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS (CEE-GO). **Resolução nº. 18/2020**. Disponível em: http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2020/11/09/17_43_10_456_Resolucao%CC%A7a%CC%83o_CEE_CP_18_2020_REANP_em_2021.pdf. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. **Resolução nº. 20/2020**. Disponível em: <https://www.cee.go.gov.br/files/Resolucoes/RESOLUCAO-CEE-CP-N.-20-DE-2020.pdf>. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. **Regime especial de aulas não presenciais (REANP) - Resolução CEE/CP nº. 20, de 04 de Dezembro de 2020**. Disponível em: <https://www.cee.go.gov.br/files/Resolucoes/RESOLUCAO-CEE-CP-N.-20-DE-2020.pdf>. Acesso em 20 ago.2022.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. O impacto da pandemia na educação: a utilização da tecnologia como ferramenta de ensino. **Repositório IDAAM**, 2020. Disponível em: <https://repositorio.idaam.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1157/1/O%20IMPACTO%20DA%20PANDEMIA%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20A%20UTILIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20TECNOLOGIA%20COMO%20FERRAMENTA%20DE%20ENSINO.pdf>. Acesso em 27 ago. 2021.

CORDEIRO, Kelly Maia; COSTA, Renato Pontes. Educação na pandemia do novo coronavírus: mídias e desigualdade. **Revista Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6, Edição Especial, jun./out. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/52259/35486>. Acesso em 27 ago. 2021.

COUTINHO, C. N. Citizenship and modernity. **Perspectivas**, São Paulo, v. 22, p. 41-59, 1999.

DELGADO, Guilherme Costa. Desigualdades sociais face ao desenvolvimento científico e tecnológico: antinomia ou problema histórico? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/znbbksFzL4hNJwXsGZm574t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2021.

DONÁRIO, Arlindo Alegre; SANTOS, Ricardo Borges dos. A teoria de Karl Marx. **Centro de Análise Económica de Regulação Social (CARS)**, Universidade Autónoma de Lisboa, mai. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3173/1/MARX.pdf>. Acesso em 26 set. 2020.

DUAYER, Mario. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, sem. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/3880/2723>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DUAYER, Mario; ESCURRA, Maria Fernanda; SIQUEIRA, Andrea Vieira. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/Qvnb9nhHRwScVNkQW87xLrH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 26 ago. 2021.

DUBET, F. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 29-45, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 01 jun. 2021.

_____. As desigualdades multiplicadas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 5-19, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 10 jul. 2021.

Eccos Revista Científica, v. 10, julho, 2008, pp. 147-167, Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71509907>. Acesso em: 25 maio 2022.

ESCOBAR, Herton. Pandemia vs. educação: agravamento da pandemia coloca em xeque a reabertura das escolas no Brasil. Mantê-las fechadas, porém, também tem impactos importantes na sociedade. **Jornal da USP**, 05 de março de 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/pandemia-vs-educacao/>. Acesso em 01 jun. 2022.

ESTRELA, Fernanda Matheus *et al.* Pandemia da COVID-19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid>. Acesso em 26 set. 2020.

FERREIRA, Ronaldo Ribeiro. **Breves notas acerca da ontologia em Marx**: gênese, resolução positiva e seus reflexos no complexo do trabalho. 128f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14567/1/RONALDO%20RIBEIRO%20FERREIRA.pdf>. Acesso em 26 ago. 2021.

FONTES, Virginia. História e teoria política. In: _____. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elzevir, 2012.

_____. História, poder e práticas sociais. In: **Tempos Históricos**, M. C. Rondon, v. 7, p. 11-24, 2005.

FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz; ANTUNES, Charlles da França; COUTO, Marcos Antônio Campos. Alguns apontamentos para uma crítica da educação a distância (EAD) na educação brasileira em tempos de pandemia. **Revista Tamoios - UFRJ**, São Gonçalo, v. 16, n. 1, Especial COVID-19, maio de 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/viewFile/50535/33468>. Acesso em 27 ago. 2021.

GENNERA. **Ensino híbrido**: entenda o que é e sua importância. Disponível em: <https://www.gennera.com.br/blog/ensino-hibrido-entenda-o-que-e-e-sua-importancia/>. Acesso em 27 set. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GOEDERT, Lidiane; ARNDT, Klalter Bez Fontana. Mediação pedagógica e educação mediada por tecnologias digitais em tempos de pandemia. **Revista Criar Educação**, Criciúma/PR, v. 9, n. 2, Edição Especial, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/6051/5402>. Acesso em 27 ago. 2021.

GOVERNO DE GOIÁS. **Bolsa Estudo**: entenda tudo sobre o programa que beneficia estudantes da rede estadual com 100 reais por mês. Goiania: SEDUC, 3 de novembro de 2021. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/programas-institucionais/bolsa-estudo.html>. Acesso em 01 set. 2022.

_____. Decreto nº. 9.633, de 13 de Março de 2020. **Diário Oficial**, 2020. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/103012/decreto-9633. Acesso em 01 jun. 2020.

GOVERNO MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS. **Alfabetizando em tempos de pandemia**. SEMEL, 28 de junho de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/b8OFrWDh1AI>. Acesso em 20 mai. 2021.

_____. **Educação emocional libertária**: desafios da educação para o séc. XXI. SEMEL, 05 de maio 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M6XoRVDb79M>. Acesso em 20 mai. 2021.

_____. **A rede municipal de educação respondeu ao ministério público sobre o andamento da implementação e adaptação das escolas municipais na plataforma google/classroom (google meet e google forms) como medidas necessárias para o ensino híbrido [Facebook]**. SME, 02 de março de 2021. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02f34XaVzB4mUTuYMSYSA86ah97jRUqeuNRFqzcKTdZT2Y1PSUoeV9rt8b8E6yrnil&id=422594067833366. Acesso em 26 ago. 2021.

_____. **Drive thru**. SME, 13 de abril de 2021. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02qok5Dm53Lh91k5o3bqvGD5VWcr3waUGXaRTGCV6xj87ZzqTGivQippqt3R6LyKnlz&id=422594067833366. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. **Ensino híbrido.** SME, 23 de fevereiro de 2021. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid08gbUoUvFLjQTq2V3PYwd7QgZWHHwsee7xGXAnz7CMHAZW65TLN93jswCVmkqiiEvl&id=422594067833366. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. **Foram entregues 190 notebooks para professores e administrativos da rede municipal de ensino (1º ao 9º ano).** SME, 23 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/422594067833366/posts/pfbid02jDQBmAJUuc6vv1VNnYQFkKbGHvWdkFpP3XSuoT6AKYnJbiQyXypBYVXhamcjD9v5l/>. Acesso em 01 dez. 2021.

_____. **Rede municipal inicia formação virtual com os professores na segunda-feira (18).** SME, 18 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/100015264071023/posts/pfbid0F9Bp8LaXAdME2vn5AoVAXj9Ww6eoHjppCajokMd613YDd2XPuz9cGBkt6yAo8F3El/>. Acesso em: 20 de maio 2022.

_____. **Caldas Novas: gestão emocional na pandemia.** SME, 05 de abril de 2021. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02R71tCxhi4Qw7pLHQeemWrLueyXxjTGsoVo1WsFz9KoJnWb969z7G7Wm6T2QiDqkSl&id=422594067833366. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. **Nota da secretaria municipal de educação, esporte e lazer.** SME, 02 de março de 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/100015264071023/posts/pfbid0334bwNFSAP8E34Wx4N7EbSZq9PE4RVi17kr6JSwse1GZ2d4UugDet3Va6ZbB7mkEl/>. Acesso em: 10 de mar. 2021.

_____. Lei nº. 3.162/2021 - A inclusão de medidas de capacitação socioemocional e o acolhimento psicológico à distância em situações durante e após pandemia do novo Coronavírus. **Diário Oficial Eletrônico de Caldas Novas**, 2021. Disponível em: <https://acessoinformacao.caldasnovas.go.gov.br/legislacao/lei/id=671>. Acesso em 20 set. 2022.

_____. **Mensagem ao dia do professor.** SEMEL, 26 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nK5MQJsE7q4&t=1s>. Acesso em 01 de jun. 2021.

_____. **Dados do IDEB. Diário Oficial Eletrônico de Caldas Novas**, 2020. Disponível em: <https://meumunicipio.org.br/eficiencia-gastos/5204508-Caldas-Novas-GO?exercicio=2020>. Acesso em 20 ago. 2022.

_____. **Panorama e pesquisa de Caldas Novas.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/caldas-novas/panorama>. Acesso em 20 de ago. 2022.

_____. **Dados educacionais de Caldas Novas-QEDU.** Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/municipio/5204508-caldas-novas>. Acesso em 20 ago. 2022.

_____. Decretos, portarias e leis da prefeitura municipal de Caldas Novas. **Diário Oficial Eletrônico de Caldas Novas.** Disponível em: <https://acessoinformacao.caldasnovas.go.gov.br/legislacao/decretos>. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. Decretos. **Diário Oficial Eletrônico de Caldas Novas.** Disponível em: <https://diariooficialcal1.websiteseuro.com/>. Acesso em 01 mar. 2021.

_____. **Escolas municipais / CMEIS / Projetos.** SEMEL. Disponível em: <http://www.semectcaldasnovas.go.gov.br/escolas/TEL-Escolas-Municipais-cmeis-e-projetos.pdf>. Acesso em 20 de ago. 2022.

_____. **Decretos.** Conselho Municipal de Educação - CME/CP. Disponível em: <https://cmecaldasnovas.wordpress.com/>. Acesso em 01 mar. 2021.

_____. **Nota técnica nº. 02/2020.** Conselho Municipal de Educação - CME/CP. Disponível em: <https://cmecaldasnovas.wordpress.com/?s=NOTA+T%C3%89+CNICA+N%C2%BA+02%2F2020>. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. **Nota Técnica nº. 03/2020 & Resolução 03/2020.** Conselho Municipal de Educação - CME/CP. Disponível em: <https://cmecaldasnovas.wordpress.com/2020/06/03/nota-tecnica-e-resolucao-03-2020-regime-especial-de-aulas-nao-presenciais-e-ferias-municipal/>. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. **Resolução nº. 08 & 12/2021.** Conselho Municipal de Educação - CME/CP. Disponível em:

<https://cmecaldasnovas.wordpress.com/?s=RESOLU%C3%87%C3%83O+2021>. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. **Resolução nº. 01/2020.** Conselho Municipal de Educação - CME/CP. Disponível em: <https://cmecaldasnovas.files.wordpress.com/2020/03/resoluc3a7acc83o-01-2020-anp.pdf>. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. **Resolução nº. 02/2020.** Conselho Municipal de Educação - CME/CP. Disponível em: <https://cmecaldasnovas.wordpress.com/2020/05/13/resolucao-no-02-2020-cme-cp/>. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. **Resolução nº. 03/2020.** Conselho Municipal de Educação - CME/CP. Disponível em: <https://cmecaldasnovas.files.wordpress.com/2020/03/resoluc3a7acc83o-01-2020-anp.pdf>. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. **Resolução nº. 05/2020 & 06/2010.** Conselho Municipal de Educação - CME/CP. Disponível em: <https://cmecaldasnovas.wordpress.com/2020/08/18/resolucao-cme-cp-n-o-05-2020-06-2020-regime-de-aulas-nao-presenciais-e-outras-providencias-reanp/>. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. **Resolução nº. 01/2021.** Conselho Municipal - CME/CP. Disponível em: <https://cmecaldasnovas.files.wordpress.com/2021/01/resolucao-01-2021.pdf>. Acesso em 20 mai. 2022.

_____. **Resolução nº. 03/2021.** Conselho Municipal de Educação - CME/CP. Disponível em: <https://cmecaldasnovas.files.wordpress.com/2021/01/resoluc3a7c3a3o03-2021anp.pdf>. Acesso em 20 mai. 2022.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. **Cadernos do Cárcere** - Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v. 2, p. 13-53, 2004. Parte 2 do Debate.

HEBECHE, Luiz Alberto. **Ontologia I.** 2 ed., Florianópolis: Filosofia/EAD/UFSC, 2012. 151p.: 28cm. ISBN: 978-85-61484-24-8 1.

IDOETA, Paula Adamo. Os desafios e potenciais da educação à distância, adotada às pressas em meio à quarentena. **BBC News**, São Paulo, 17 de abril de 2020.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Mapeamento aponta que 70% dos estudantes de SP relatam sintomas de depressão e ansiedade.** 01 de abril 2022. Disponível em:

[https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/conteudos/mapeamento -aponta -que -70 -por -cento- dos-estudantes-de-SP-relatam-sintomas-de-depressao.html#: ~:text =Avalia%C3%A7%C3%A3o%20realizada%20pela%20Secretaria%20da,sintomas%20de%20depress%C3%A3o%20e%20ansiedade.](https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/conteudos/mapeamento- aponta -que -70 -por -cento- dos-estudantes-de-SP-relatam-sintomas-de-depressao.html#: ~:text =Avalia%C3%A7%C3%A3o%20realizada%20pela%20Secretaria%20da,sintomas%20de%20depress%C3%A3o%20e%20ansiedade.) Acesso em 01 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD contínua TIC 2019: a internet chega a 82,7% dos domicílios do país. 2020.** Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30521-pnad-continua-tic-2019-internet-chega-a-82-7-dos-domicilios-do-pais.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30521-pnad-continua-tic-2019-internet-chega-a-82-7-dos-domicilios-do-pais) Acesso em 01 jun. 2021.

INSTITUTO DATA SENADO. **Senadores e especialistas cobram recursos para reverter danos da pandemia na educação.** 10/02/2022. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/20/senadores-e-especialistas-cobram-recursos-para-reverter-danos-da-pandemia-na-educacao.](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/20/senadores-e-especialistas-cobram-recursos-para-reverter-danos-da-pandemia-na-educacao) Acesso em 05 jul. 2022.

JESUS, Antonio Tavares. **O pensamento e a prática escolar de Gramsci.** 2 ed., Campinas: Autores Associados, 2005.

JORNAL DA USP. **Educação foi afetada pela descoordenação das medidas de contenção da pandemia.** São Paulo, 05 de julho de 2022. Disponível em: [https://jornal.usp.br/atualidades/educacao-foi-afetada-pela-descoordenacao-das-medidas-de-contencao-da-pandemia/.](https://jornal.usp.br/atualidades/educacao-foi-afetada-pela-descoordenacao-das-medidas-de-contencao-da-pandemia/) Acesso em 01 set. 2022.

JORNAL NACIONAL. **Censo escolar confirma impacto negativo da pandemia na educação básica.** 20 de maio de 2022. Disponível em: [https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/05/20/censo-escolar -confirma -impacto -negativo -da -pandemia -na-educacao-basica.ghtml.](https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/05/20/censo-escolar -confirma -impacto -negativo -da -pandemia -na-educacao-basica.ghtml) Acesso em 01 jun. 2022.

_____. **Pandemia causa forte impacto na alfabetização de alunos no Brasil.** 18 de novembro de 2021. Disponível em: [https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/11/18/pandemia-causa-forte-impacto-na -alfabetizacao -de -alunos -no-brasil.ghtml.](https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/11/18/pandemia-causa-forte-impacto-na -alfabetizacao -de -alunos -no-brasil.ghtml) Acesso em 01 mar. 2022.

_____. **Pandemia causa forte impacto na alfabetização de alunos no Brasil.** 18 de novembro de 2021. Disponível em: [https://g1.globo.com/jornalnacional/noticia/2021/11/18/pandemia -causa -forte -impacto -na -alfabetizacao -de -alunos -no -brasil.ghtml.](https://g1.globo.com/jornalnacional/noticia/2021/11/18/pandemia -causa -forte -impacto -na -alfabetizacao -de -alunos -no -brasil.ghtml) Acesso em 01 jun. 2022.

KUBOTA, L. C. **A infraestrutura sanitária e tecnológica das escolas e a retomada das aulas em tempos de COVID-19. Nota técnica nº. 70 da diretoria de estudos e políticas setoriais de inovação e infraestrutura. Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA).** 2020. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10121/1/NT_70_Diset_A%20Infraestrutura%20Sanit%c3%a1ria%20e%20Tecnol%c3%b3gica%20das%20Escolas.pdf.](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10121/1/NT_70_Diset_A%20Infraestrutura%20Sanit%c3%a1ria%20e%20Tecnol%c3%b3gica%20das%20Escolas.pdf) Acesso em 01 jun. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** 4 ed., São Paulo: Atlas,1992.

LAPA, B.; PINA, A. B.; MENO, M. Empoderamento e educação na cultura digital. **Revista Educação e Cultura Contemporânea.** 16(43), PPG/UNESA, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/5800/47966000.](http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/5800/47966000) Acesso em 01 jun. 2021.

LOSURDO, Domenico. Hegel, Marx e a ontologia do ser social. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9415/6709>. Acesso em 26 ago. 2021.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. 2 ed., São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. 2 ed., [recurso eletrônico]. Trad. de Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2013.

MALAGGI, Vitor. Tecnologia em tempos de pandemia: a educação a distância enquanto panaceia tecnológica na educação básica. **Revista Criar Educação**, Criciúma/PR, v. 9, n. 2, Edição Especial, 2020. Disponível em:

<http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/6052/5400>. Acesso em 27 ago. 2021.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci: americanismo e fordismo**. 3 ed., Campinas: Alínea, 2019.

MARCON, Karina. Inclusão e exclusão digital em contextos de pandemia: que educação estamos praticando e para quem? **Revista Criar Educação**, Criciúma/PR, v. 9, n. 2, Edição Especial, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/6047/5401>. Acesso em 27 ago. 2021.

MARTINS, Caio; MARTINS, Antonio Gabriel Santana. Ontologia marxista, emancipação humana e estudos organizacionais. **Anais... XXXV Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 4 a 7 set. 2011. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/58/EOR270.pdf. Acesso em 26 ago. 2021.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. Educação em tempos de pandemia no Brasil: saberes fazeres escolares em exposição nas redes. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 4, n. 2, p. 215-224, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/51026>. Acesso em 27 set. 2022.

_____. Educação em tempos de pandemia no Brasil: saberes fazeres escolares em exposição nas redes e a educação on-line como perspectiva. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 4, n. mai./ago. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/51026/34672>. Acesso em 27 ago. 2021.

MARX, Karl, 1818-1883. **O capital [recurso eletrônico]: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Recurso digital de Marx-Engels, Trad. das Capital: Kritik der politischen ökonomie. Formato: ePub. Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions. Modo de acesso: World Wide Web. ISBN 978-85-7559-321-9 (recurso eletrônico).

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, v. 1, Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2019.

MENDONÇA, Sônia. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, 1996. P. 94-125. O Brasileira, 2019.

_____. **Sociedade civil em Gramsci: venturas e desventuras de um conceito**. Rio de Janeiro, NUPEPB/UFF, 2014. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snepe/docs/001.pdf>. Acesso em 12 dez. 2022.

MÉSZÁROS, István, 1930. **A educação para além do capital**. Trad. de Isa Tavares. 2 ed., São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

MOREIRA, Eliane Silva; LIMA, Erika de Oliveira; BRITO, R. O. Estudo comparado das políticas públicas educacionais de inclusão digital: Brasil e Uruguai. **Revista da Faculdade de Educação (Universidade do Estado de Mato Grosso)**, Cáceres (MT), v. 32, n. 2, p. 1-22, 2019. Disponível em: http://www2.unemat.br/revistafaed/content/AHEAD_OF_PRINT/2019/Ahead_of_print_ESTUDO_COMPARADO_DAS_POLITICAS_PUBLICAS_EDUCACIONAIS_DE_INCLUSAO_DIGITAL_BRASIL_EURUGUAI.pdf. Acesso em 20 ago. 2021.

NICOLINI, Cristiano; MEDEIROS, Kênia Érica Gusmão. Aprendizagem histórica em tempos de pandemia. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 281-298, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/y8vR5W3t6YRvnRk4fWdM54y/?format=html>. Acesso em 01 ago. 2021.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2017.

O Tempo. O abismo na educação - A escola na pandemia um ano depois. 12 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BeJr9vhF3os>. Acesso em 20 jun. 2021.

OCDE. Education in Brazil: an international perspective. **OECD**, 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/ocde-com-apoio-do-todos-pela-educacao-lanca-relatorio-inedito-sobre-a-educacao-brasileira/https://doi.org/10.1787/60a667f7-en>. Acesso em 17 jun. 2021.

PACIEVITCH, Thais. Evasão escolar. **Infoescola**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar/>. Acesso em 27 set. 2022.

PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton Arlan; MAYER, Leandro (Orgs.). **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta: Ilustração, 2020. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/documentos/ensino-89/8839-livro-desafios-da-educacao-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em 25 mai. 2022.

PEREIRA, Potyara A. P. O sentido de igualdade e bem-estar em Marx. **Revista Katálisis**, v. 16, p. 37-46, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/pjjnXw5y7xXVCtN5JW4zBwP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 27 ago. 2021.

PETERS, Carlos Eduardo Marotta. História da educação brasileira: novas fontes e novos enfoques de análise. **Patrimônio e Memória**, v. 2, n. 1, p. 134-145, 2007. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/94/579>. Acesso em 27 ago. 2021.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, p. 179-195, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 dez. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

QUEIROZ, Christina. Déficit de aprendizagem em escolas da rede pública poderá impactar renda futura dos estudantes. **Jornal Nexo**, São Paulo, 11 de jun. de 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2021/06/11/Educa%C3%A7%C3%A3o-na-pandemia>. Acesso em 01 jun. 2022.

RECORD TV - GOIÁS. **Educação na pandemia: pesquisa revela queda no rendimento dos alunos**. 28 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=daerzwPGUjk>. Acesso em 10 jun. 2021.

REDE CPE. Educação na pandemia: retratos futuros. **Somos Educação / Instituto Ayrton Senna**, 20 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b1M0zYOMapI&t=482s>. Acesso em 01 ago.2022.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

RIBEIRO, Priscilla Bonini. A educação e as desigualdades sociais. **UNDIME**, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.undime-sp.org.br/a-educacao-e-as-desigualdades-sociais/>. Acesso em 27 ago. 2021.

RIGO, Neusete Machado. A pandemia da COVID-19 e uma nova linguagem da educação em curso. **Anais... XXV Jornada de Pesquisa - Salão do Conhecimento**, UNIJUI, 20 a 23 out. 2020. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento>. Acesso em 27 ago. 2021.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande - RS, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/download/38143476/Analise_Documental.pdf. Acesso em 12 dez. 2022.

SAMPAIO, Fabrício de Souza; GÊMES, Ivaldinete de Araújo Delmiro. Educação, direito à vida e as pandemias da contemporaneidade. **Anais VII Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**, Maceió, 15 a 17 out. 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA21_ID1353_01102020195651.pdf. Acesso em 27 ago. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Claitonei de Siqueira. Educação escolar no contexto de pandemia: algumas reflexões. **Gestão & Tecnologia** - Faculdade Delta, Salvador, ano IX, v. 1, n. 30, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://www.faculdedelta.edu.br/revistas3/index.php/gt/article/view/52/41>. Acesso em 27 ago. 2021.

SANTOS, Flávio Reis dos. A educação no Brasil Colonial: da religiosidade católica ao despotismo esclarecido (1549-1820). **Expedições: Teoria da História e Historiografia**, Morrinhos/GO, v. 9, n., jun. 2018. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/7877. Acesso em 27 ago. 2021.

_____. **Diretrizes para apresentação de projetos de pesquisa e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Nova Geração, 2009.

SANTOS JUNIOR, Verissimo Barros; MONTEIRO, Jean Carlos da Silva. Educação e COVID-19: as tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade**, Bom Jesus da Lapa, v. 2, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8583>. Acesso em 27 ago. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41 ed., Campinas: Autores Associados, 2009.

_____. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS-Revista Científica - UNINOVE**, São Paulo, v. 10, p. 147-168, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/viewFile/1356/1020>. Acesso em 27 ago. 2021.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 3, 2009. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/nexin/artigos/download/psicologia-e-desigualdade-social.pdf>. Acesso em 27 ago. 2021.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade**: uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium, 2004.

SILVA, Christiane Pimentel. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 134, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dQkkhqYS3WDkMNX3N44JCKf/?lang=pt>. Acesso em 26 ago. 2021.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/8BFXYRfRdVDYkLvvgKdMwxQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 12 set. 2020.

SILVA, Romeu Adriano. Tendências do marxismo: “ontologia do ser social” e anti-engelsismo. **Revista Histedbr**, Campinas, n. 69, set. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645330/15144>. Acesso em 26 ago. 2021.

SOUSA JUNIOR, Justino de. **Omnilateralidade**. Dicionário da educação. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html>. Acesso em 12 dez. 2022.

THE WORLD BANK. **Políticas educacionais na pandemia da COVID-19**: o que o Brasil pode aprender com o resto do mundo?. 2 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-education-policy-covid-19-coronavirus-pandemic#:~:text=abril%20de%202020-,Pol%C3%ADticas%20Educativas%20na%20Pandemia%20da%20COVID%2D19%3A%20o%20que%20o%20Resto%20do%20Mundo%3F&text=A%20propaga%C3%A7%C3%A3o%20vertiginosa%20da%20COVID,governos%20de%20todos%20os%20pa%C3%ADses>. Acesso em 01 jun. 2021.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/46e7eb_3de1f1cd3e8d49f6a259fa5cb5bc300b.pdf. Acesso em 6 set. 2020.

TUDO CELULAR LTDA. **Claro, Oi, TIM e Vivo se unem em campanha inédita durante crise da corona vírus**. Disponível em: <https://www.tudocelular.com/seguranca/noticias/n154254/operadoras-se-unem-campanha-coronavirus.html>. Acesso em 01 jun. 2021.

_____. **Coronavírus**: projeto de lei prevê internet móvel ilimitada para celular durante pandemias. Disponível em: <https://www.tudocelular.com/Nextel/noticias/n154840/coronavirus-pl-preve-internet-movel-ilimitada.html>. Acesso em 01 jun. 2021.

TV BRASIL CENTRAL. **Educação pública em Goiás atua para diminuir impacto da pandemia no ensino**. 22 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zvLphwGDy3Y>. Acesso em 01 jun. 2021.

TV JORNAL SBT. **Educação pós-pandemia**: desafios e soluções. 30 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b8PriMls6og&t=21s>. Acesso em 01 ago. 2022.

UNDIME-PE. **Educação em tempos de pandemia:** orientações pedagógicas aos municípios. Recife, setembro de 2020. Disponível em:

https://undimepe.org.br/portal/documentos/download/1600972663601edemtemposdepandemia-orientacoespedagogicaaosmunicipios-versaofinal_compressed.pdf. Acesso em 01 ago. 2022.

UNESCO. Garantir um ensino a distância eficaz durante a interrupção causada pelo COVID-19. Título original: Ensuring effective distance learning during COVID-19 disruption: guidance for teachers. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**, 7, Place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França, 2020. Disponível em:

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375116_por. Acesso em 01 jun. 2021.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - UNDIME.

Pesquisa educação e pandemia, 2020. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/pesquisas>. Acesso em 28 abr. 2020.

WLODARSKI, Regiane; CUNHA, Luiz Alexandre. Desigualdade social e pobreza como consequências do desenvolvimento da sociedade. **Anais...IX Simpósio Internacional Processo Modernizador**, Ponta Grossa/PR, 26 nov. 2005. Disponível em:

<https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/workshop/art15.pdf>. Acesso em 27 ago. 2021.

Zoom. Zoom Cloud Meetings - App. 2020. Disponível em: <https://zoom.us/pt-pt/meetings.html>. Acesso em 01 jun. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Pesquisa

Nome da Escola Consultada: () Tipo: Pública / Quantos Alunos na Unidade Escolar:
Data da visita: 27/09/2022

Série / Quant. de Alunos	Uso Whatsapp %	Uso do Classroom	Uso do Meet %	Drive Thru
1º Ano				
2º Ano				
3º Ano				
4º Ano				
5º Ano				
6º Ano				
7º Ano				
8º Ano				
9º Ano				
Profissional Consultado				

Fonte: Conselho de Classe

Questões Centrais:

Qual foi a ferramenta e/ou estratégia mais utilizada para a continuidade do ensino durante a pandemia da covid-19 quando do isolamento social?

() Whatsapp () Meet () Classroom (dificuldade de acesso e formação) () Drive Thru () Facebook () Todas

Você percebeu que é uma ferramenta que facilitou para mediar as aulas?

() Sim () Não () Falta de acesso dos alunos causou ineficiência

É uma ferramenta que continuaram usando após o retorno das aulas presenciais?

() Sim () Não

Qual foi a ferramenta e/ou estratégia mais utilizada para a continuidade do ensino após a pandemia da covid-19 nas aulas presenciais?

() Whatsapp () Google Meet apenas nas reuniões com professores

() Classroom () Drive Thru () Facebook (notícias referente à escola) () Todas

Após a pandemia aumentou o uso das tecnologias entre os professores / Acabou a resistência em acessar as mídias:

- Sim com uso de vídeos do Youtube nas aulas pelo data show ou Televisão
- Sim com uso de conteúdo para envio no whatsapp
- Não. Continuou sem acesso às mídias
- Alguns ainda tem muita resistência ao uso das mídias na sala de aula

ANEXOS

ANEXO A - Relatório de Acompanhamento das Aulas Não Presenciais (Professores)

II SEMESTRE/2020:



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
ADM. 2016-2020

Relatório de Acompanhamento das Aulas Não Presenciais (Professores) II SEMESTRE/2020

IDENTIFICAÇÃO ESCOLAR

DATA: 23/11/2020

Escola Municipal:

Diretora:

Coordenador (a) pedagógico:

Quantidade de turmas: () matutino () vespertino

Atendimento ensino fundamental: () anos iniciais () anos finais

Zona: (X) urbana () rural

1. Quais as maiores dificuldades na realização das aulas não presenciais?

- () Falta de conectividade dos alunos (dificuldade para obter acesso à internet)
- () Falta de conectividade dos professores (dificuldade para obter acesso à internet)
- () Aumento do trabalho pedagógico para elaboração das aulas não presenciais
- () Falta de autonomia para planejar as aulas
- () Falta de acompanhamento dos pais durante as aulas não presenciais
- () Desmotivação / dispersão dos alunos
- () Falta de capacitação sobre Novas Tecnologias da Educação
- () Baixa produtividade dos alunos
- () Dificuldade em avaliar a aprendizagem dos alunos de forma efetiva
- () Falta de contato físico com os alunos (interação social)
- () Falta de Informações sobre as regulamentações e organizações para aulas não presenciais
- () Isolamento profissional
- () Evasão dos alunos

2. Como você avalia sua experiência com aulas online?

- () Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima

3. Sobre o ensino híbrido proposto para retorno das aulas presenciais, Você:

- () Concorda () Discorda () Não sabe

4. Quais temas / providências seriam importantes para capacitação dos professores para atuarem com ensino híbrido.

- () Novas Tecnologias e Educação
- () Acompanhamento do desempenho escolar dos alunos durante o período de aulas não presenciais
- () Melhorar o acesso à Internet e recursos tecnológicos dos professores

- Processo de Avaliação Online
- Relacionamento escola-família durante o período de aulas não presenciais
- Alfabetização e Aulas não presenciais
- Inovação de práticas pedagógicas para o ensino a distância
- Outro: _____

5. Na sua avaliação houve prejuízos pedagógicos aos alunos durante as aulas não presenciais devido a falta de formação de alguns professores para trabalharem com os recursos tecnológicos?

- Sim Não Não sei

6. O que tem sido disponibilizado para os alunos que não acompanham as aulas virtuais por falta de conectividade?

- Atividades Impressas e entregues na residência do aluno
- Atividades Impressas e disponíveis na escola para a família ou aluno buscar
- Acesso à escola para alunos assistirem as aulas
- Atendimento Individualizado pela professora via redes sociais pessoais
- Nenhuma das anteriores

Outro: _____

7. Você recebeu orientações acerca de como planejar as aulas durante o período de aulas remotas?

- Sim Não

8. No geral, como você avalia a participação da maioria dos alunos durante as aulas não presenciais?

- Ótima Boa Regular Ruim Péssima

9. Em relação a aprendizagem dos alunos, você considera que foi satisfatória e que o ano letivo pode ser encerrado em dezembro de 2020?

- Sim Não Não sei

10. Quanto à aprendizagem dos conteúdos nas aulas não presenciais, você avalia que houve:

- Boa retenção do conteúdo
- Baixa retenção do conteúdo
- Não é possível avaliar

11. Se houve baixa retenção dos conteúdos trabalhados nas aulas não presenciais a que você atribui o motivo?

- Dificuldades de lidar com as ferramentas tecnológicas
- Dificuldades de manterem o foco nas aulas não presenciais
- Falta de acompanhamento familiar
- Falta das interações sociais
- Dificuldades pedagógicas pré existentes, agravadas com a situação de aulas não presenciais
- Alunos sem qualquer acesso a computadores e à internet
- Outro: _____

12. Você considera importante realizar uma avaliação diagnóstica com os alunos para decidir sobre o encerramento do ano letivo em dezembro de 2020 ou dar continuidade a ele em 2021?

Sim Não Não sei

13. Como vocês avaliam a participação dos pais e/ou responsáveis pelos alunos durante as aulas não presenciais?

Ótima Boa Regular Ruim Péssima

14. Como vocês avaliam a relação da escola com as famílias dos alunos durante as aulas não presenciais?

Ótima Boa Regular Ruim Péssima

15. Cada aula ministrada remotamente, por você, tem a duração de quanto tempo, em média?

até 10 minutos de 10 a 20 minutos de 20 a 30 minutos acima de 40 minutos

16. Sobre o retorno das aulas presenciais para as etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio você:

- É favorável com um protocolo eficiente de biossegurança
 Não é favorável por não acreditar que haja um protocolo seguro para o retorno na atual
 É favorável somente após a liberação de uma vacina para combate ao novo Coronavírus
 É favorável porque os alunos estão prejudicados em suas interações sociais
 Não é favorável porque as escolas não possuem estrutura para garantir o distanciamento social se tratando de crianças
 É favorável porque os alunos estão prejudicados em sua aprendizagem
 Outro: _____

17. Você gostaria de participar do planejamento para o retorno às aulas presenciais?

Sim Não Não sei

18. Você entende que o período de afastamento das atividades presenciais possa ter lhe causado algum reflexo em sua saúde mental e/ou emocional (como stress, tristeza, apatia ou outro)?

Sim Não Não sei

Qual é a QUANTIDADE de alunos por turmas que a escola alcançou?

ANO	MATRICULA INICIAL	QTD. DE ALUNOS (WHATSAP)	QTD. DE ALUNOS (ATIVIDADES IMPRESSAS)	ALUNOS TRANSFERIDOS/EVADIDOS	MATRICULA FINAL	ALUNOS NOVOS MATRICULADOS
1º						
2º						
3º						
4º						
5º						

6º						
7º						
8º						
9º						
Apoio						

Qual é a maior dificuldade encontrada por você professor durante todo este processo?

Descrição da Dificuldade

Registre alguma informação que ache relevante e necessite ser comunicada

Assinatura: _____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CALDAS NOVAS – GO.
Rua Capitão João Crisóstomo, 147 – Centro Fone/Fax (64) 3454-3531- Caldas Novas - GO.
CNPJ 01.787.506/0001-55 Site: www.caldasnovas.go.gov.br

Fonte: Secretaria Municipal de Caldas Novas Goiás

ANEXO B - Planilha de Acompanhamento Pedagógico:



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
CALDAS NOVAS – GOIÁS
ADM 2021 - 2024



PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

ESCOLA MUNICIPAL:

DIRETORA:

COORDENADORA:

PROFESSORA:

TURMA:											
ALUNOS(AS)		MODALIDADE DE ATENDIMENTO									
Nº	Nome	Evasão Escolar	Faltas recorrentes	Alunos sem avaliação	Alunos não encontrados pela Busca Ativa	Déficit de Aprendizagem (Indicar o déficit: leitura, escrita, operações básicas...)	Drive Thru	Whatsapp	Meet	Plataforma Classroom	Recuperação
1.								X		X	
2.			X					X		X	
3.								X	X	X	
4.							X	X		X	
5.								X	X		
6.								X		X	
7.								X	X	X	
8.							X	X	X	X	
9.								X	X	X	
10.								X	X	X	

11.								X	X	X	
12.								X	X	X	
13.								X	X	X	
14.								X	X	X	
15.			X				X	X			
16.								X	X		
17.			X				X	X	X	X	
18.						Leitura, escrita cálculos		X	X	X	
19.								X	X	X	
20.								X	X	X	
21.			X				X	X	X	X	
22.								X			
23.								X		X	
24.											
25.			X								

Coordenadora Pedagógica

Fonte: Secretaria Municipal de Caldas Novas Goiás